

Maria Ligia Prado  
Gabriela Pellegrino

# HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA

Coleção  
HISTÓRIA  
NA UNIVERSIDADE



**editoracontexto**

---

Copyright © 2014 das Autoras

Todos os direitos desta edição reservados à  
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

*Imagem de capa*

Ricardo Acevedo Bernal, *Simón Bolívar* (óleo sobre tela)

*Montagem de capa e diagramação*

Gustavo S. Vilas Boas

*Preparação de textos*

Lilian Aquino

*Revisão*

Ana Paula Luccisano

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Prado, Maria Lígia

História da América Latina / Maria Lígia Prado e Gabriela  
Pellegrino. – São Paulo : Contexto, 2014.

Bibliografia

ISBN 978-85-7244-832-1

1. América Latina – História I. Pellegrino, Gabriela. II. Título.

14-01514

CDD-980

---

Índice para catálogo sistemático:

1. América Latina : História 980

2014

EDITORA CONTEXTO  
Diretor editorial: *Jaime Pinsky*  
Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa  
05083-030 – São Paulo – SP  
PABX: (11) 3832 5838  
contexto@editoracontexto.com.br  
www.editoracontexto.com.br

---



# Sumário

Introdução.....	7
A crise dos domínios coloniais na América.....	11
Campanhas de independência nos vice-reinos espanhóis.....	25
O horizonte republicano nos Estados nacionais em formação.....	43
Projetos liberais e populações indígenas no século XIX.....	57
Educação e cidadania nos mundos rural e urbano.....	71
Construindo identidades: de Domingo E Sarmiento a José Martí.....	87
A Revolução Mexicana.....	101
Novos atores em cena: inquietações na política e na cultura.....	115
Políticas de massas e reformas sociais.....	131
Che Guevara e os movimentos revolucionários latino-americanos.....	151
Ditaduras militares e sociedade civil.....	167
Cultura e política na América Latina contemporânea.....	185
Considerações finais.....	199
Sugestões de leitura.....	205



## Introdução

**O**s brasileiros, de modo geral, conhecem muito pouco sobre a rica e complexa História da América Latina. Este livro foi pensado, assim, com o objetivo de oferecer ao leitor um amplo quadro de suas principais temáticas. Pretendemos abordar aspectos variados de cada momento histórico, passando pela política, sociedade – incluídas suas dimensões étnicas e de gênero –, cultura e economia; igualmente, escolhemos destacar as trajetórias de relevantes personagens masculinas e femininas. Também procuramos indicar as intrincadas relações entre a América Latina e o mundo ocidental em algumas de suas múltiplas faces.

O Brasil, como todos sabem, faz parte da América Latina. Nossas histórias correm paralelas desde a colonização ibérica, passando pela

concomitância das independências políticas e da formação dos Estados nacionais e chegando aos temas do século XX, como a simultaneidade das ditaduras civis-militares. Salientem-se, do mesmo modo, as semelhanças no que se refere à circulação de ideias e de pessoas, às práticas políticas, às questões sociais e étnicas, à produção cultural e à perspectiva religiosa. Portanto, neste livro, embora o Brasil não seja o alvo de nossas reflexões, referências a sua história serão ocasionalmente feitas.

A denominação *América Latina* integra nosso vocabulário cotidiano. Mas sua historicidade precisa ser lembrada. Esse termo foi inventado no século XIX, carregando desde suas origens disputas de ordem política e ideológica. Os sentidos que lhe foram atribuídos estão vinculados às polémicas que envolveram, de um lado, franceses e ingleses (século XIX) e, de outro, latino-americanos e norte-americanos (séculos XIX e XX).

A precisa origem do termo tem sido alvo de controvérsias. Para uma corrente, os franceses propuseram o nome como forma de justificar, por intermédio de uma pretensa identidade *latina*, as ambições da França sobre esta parte da América. Para outra, foram os próprios latino-americanos que cunharam a expressão para defender a ideia da unidade da região frente ao poder já anunciado dos Estados Unidos.

Acompanhando a primeira perspectiva, o autor da concepção de uma América *latina* teria sido o intelectual, político, economista e viajante francês, Michel Chevalier, em obra de 1836. Seu relato de viagem aos Estados Unidos entendia a história do mundo ocidental como a realização de embates entre “civilizações” ou “raças”. A novidade do texto de Chevalier estava na transposição para o Novo Mundo das disputas entre “latinos católicos” e “anglo-saxões protestantes” que já se davam em território europeu. Para Chevalier, a França, “sendo a primeira das nações latinas”, deveria liderar suas irmãs europeias e americanas na luta contra os países de origem saxônica. De fato, as ideias do viajante francês coincidiriam com as justificativas dos posteriores projetos políticos expansionistas de Napoleão III com relação ao México.

A afirmação da tese da origem francesa do conceito de *América Latina* tem como pressuposto a ideia de que os habitantes que viviam ao

sul do Rio Grande apenas aceitaram de maneira acrítica e passiva o termo engendrado no exterior.

O uruguaio Arturo Ardao discordava dessa visão e defendia a outra perspectiva. Em artigo publicado em 1965 no semanário uruguaio *Marcha*, intitulado “A ideia de Latino-américa”, o autor demonstrava que o termo completo *América Latina* fora utilizado, pela primeira vez, pelo ensaísta colombiano José María Torres Caicedo, em um poema de 1857, chamado de “As duas Américas”. A finalidade clara dos versos era a da integração entre os vários países latino-americanos, buscando seu fortalecimento, como precaução para as possíveis futuras interferências norte-americanas na região.

A argentina Monica Quijada apresentou recentemente uma boa síntese dos debates sobre a questão da origem do termo. Refletindo sobre sua criação e a difusão, a historiadora critica a primeira interpretação (a autoria francesa) e endossa a segunda (a latino-americana). Afirma que “América Latina não é uma denominação imposta aos latino-americanos em função de interesses alheios, e sim um nome cunhado e adotado conscientemente por eles mesmos e a partir de suas próprias reivindicações”. A partir daí, foi se construindo uma identidade latino-americana em oposição aos anglo-americanos dos Estados Unidos.

Não se pode negar que tal denominação, no presente, é hegemônica, sendo adotada internacionalmente por historiadores, cientistas sociais e pela imprensa em geral. Assim, aqui também adotamos a noção de América Latina, cientes das implicações políticas de sua invenção e dos problemas que sua utilização pode gerar. Não propomos apresentar interpretações generalizantes para toda a região. No decorrer de nossas análises, enfatizaremos as especificidades nacionais conectadas a contextos latino-americanos mais amplos.

Antes de terminar esta brevíssima introdução, gostaríamos de sublinhar outras particularidades deste livro. Ele é o resultado de nossa longa experiência no âmbito do ensino e da pesquisa em História da América Latina. Igualmente, seguimos os protocolos próprios do ofício do historiador: leitura crítica das fontes, conhecimento sólido da bibliografia, emprego adequado de ferramentas teóricas. Para dar um exemplo, para nós,

as trajetórias individuais de homens e mulheres só podem ser entendidas dentro dos limites articulados pelo contexto histórico mais amplo. Não estamos preocupadas com o simples julgamento das personagens (herói ou vilão), mas com a explicação dos múltiplos elementos que formam uma determinada conjuntura histórica na qual elas se encontram. Assim, acreditamos que a obra possa ser útil para estudantes e professores.

Esperamos poder transmitir neste livro um pouco do nosso fascínio pela História da América Latina. Acreditamos que ao conhecê-la o leitor terá novos horizontes para pensar as questões do presente e poderá entender as viscerais ligações históricas entre o Brasil e os demais países latino-americanos. /





## A crise dos domínios coloniais na América

No dia 18 de maio de 1781, o curaca José Gabriel Condorcanqui, descendente da nobreza do antigo Império Inca, foi executado no centro da praça central de Cuzco. Chefe político de povoados da província de Tinta, no Vice-reino do Peru, aluno egresso da Universidade de São Marcos, a mais antiga do Império Espanhol na América, assumiu o nome de Tupac Amaru II em referência ao seu antepassado Tupac Amaru. Este foi o último representante político do Império Inca no período que se seguiu à conquista do Peru, até ser capturado e morto pelos espanhóis, em 1574.

Cerca de dois séculos mais tarde, Tupac Amaru II teve sua língua cortada, o corpo arrastado por cavalos e esquartejado. A cabeça e os membros amputados foram pendurados para exibição pública em diferentes locais de Cuzco.

Como outros membros da linhagem de curacas incas, Tupac Amaru, como é conhecido, havia recebido da Coroa espanhola prerrogativas especiais e a incumbência de governar, em nome do regime colonial, as populações indígenas. Batizados com nomes cristãos e finamente educados nos colégios criados por missionários católicos, os curacas incorporaram comportamentos e repertórios introduzidos pelos espanhóis na América.

O Vice-reino do Peru estruturou-se a partir da capital fundada pelo conquistador Francisco Pizarro em 1535, a cidade de Lima. Pizarro concebeu o plano urbanístico de Lima como extensão do modelo das cidades espanholas. Da praça central onde se ergueriam a igreja e as sedes dos poderes políticos, irradiavam ruas retas, que formavam quadriláteros ao cruzarem com suas perpendiculares. A localização das residências em relação à praça simbolizava o *status* social de cada família.

Próxima à costa do oceano Pacífico, distante de Cuzco, a antiga capital do Império Inca, Lima assumiu ares aristocráticos. Nela foi fundada a Universidade de São Marcos, no ano de 1551, existente até hoje. O conhecimento cultivado e transmitido por São Marcos seguia os padrões das universidades espanholas, como a de Salamanca, com o privilégio da filosofia escolástica.

Também na capital estabeleceu-se, em 1543, uma sede da *Real Audiencia*, órgão todo-poderoso da administração colonial relacionado aos assuntos jurídicos. Além de Lima, Panamá, Santa Fé de Bogotá, Charcas, Quito e Concepción, pouco mais tarde transferida para Santiago de Chile, foram as cidades então integrantes do Vice-reino do Peru a sediar a *Audiencia*.

Desde o século XVI, após os primeiros tempos da conquista do Peru e de seu impacto destruidor para os habitantes dos antigos territórios incas, a Coroa espanhola esforçou-se para evitar o genocídio dos súditos americanos organizando os sobreviventes em povoados, os chamados *pueblos*, dotados de terra para o cultivo e de certa autonomia administrativa.

A medida possibilitou uma considerável recuperação demográfica das populações indígenas e mestiças nos dois séculos que se seguiram. No Vice-reino do Peru, cada *pueblo* tinha o dever de pagar à Coroa o tributo indígena e de enviar certo número de moradores para o cumprimento da *mita*, ou seja, de um trabalho gratuito realizado durante uma temporada

do ano. Os braços recrutados eram utilizados principalmente nas minas de ouro e prata, que atiçavam o apetite e a imaginação da Europa moderna.

Em 1545, foram descobertas as jazidas de prata de Potosí, na cordilheira andina do chamado Alto Peru, atual Bolívia. Situadas na região de Charcas, jurisdição do Vice-reino do Peru, as minas de Potosí receberam um enorme fluxo de índios mitayos, recrutados para o trabalho temporário obrigatório. O trabalho envolvia não apenas a extração, mas também a fundição do minério, em fornos de elevadíssima temperatura. Para a tarefa de refinar a prata, que exigia maior especialização, também se recorria à mão de obra de escravos de origem africana. Embora em proporções demográficas pequenas, a escravidão negra subsistiu no Peru já independente até meados do século XIX.

As riquezas minerais de Potosí fizeram das elites da região de Charcas, por algum tempo, as pessoas mais ricas das Índias ocidentais, com renda anual de milhares de pesos. Os carregamentos de prata deixavam as terras altas em lombo de mula, em um longo percurso rumo às margens do oceano Atlântico, onde eram embarcados para o porto de Sevilha.

A despeito de tanta abundância, em meados do século XVIII, a velha Espanha deu-se conta de que muitas das riquezas obtidas com a exploração dos recursos humanos e naturais americanos haviam sido drenadas para o pagamento de dívidas contraídas com a Inglaterra, país então a caminho da industrialização. No Peru, as autoridades vice-reinais endureceram o sistema de arrecadação tributária e adotaram medidas para fortalecer seu controle sobre a sociedade colonial.

A reorganização abalou o *status* da nobreza indígena, dos curacas que até então haviam constituído um corpo distinto na sociedade do Antigo Regime espanhol. Para os índios comuns, a perda de poder por parte dos curacas fragilizou uma instância de proteção e negociação com que contavam em face das autoridades espanholas e dos *criollos*, ou seja, os descendentes de espanhóis nascidos na América. Os próprios curacas, de sua parte, ressentiram-se das mudanças em curso e alimentaram a utopia de restaurar o Império Inca. Essa imagem ajudou a alastrar pelos Andes a chama da rebelião iniciada por Tupac Amaru em 1780.

O curaca vinha procurando de variadas formas solicitar às autoridades vice-reinais o fim do cumprimento da *mita* pelos índios de Tinta nas

distantes minas de Potosí. Viajou a Lima, nas terras baixas que margeiam o oceano Pacífico, para expor à Audiência Real a desproporção entre o número de habitantes de Tinta e o número de *mitayos* requisitados para o trabalho em Potosí. Os índios levavam meses para alcançar o lugar caminhando, adoeciam e desfalcavam o labor agrícola em seus *pueblos* de origem.

Diante das seguidas negativas recebidas, o cacique escolheu o caminho da insurreição. Em 4 de novembro de 1780, o corregedor de Tinta, Antonio de Arriaga, foi capturado e enforcado em praça pública, após a leitura de um documento que justificava a punição exemplar de um funcionário vice-reinal conivente com os abusos impingidos aos índios. A partir de então, a multidão que aderiu ao movimento marchou em direção a Cuzco, invadindo *obrajes*, isto é, as oficinas de produção têxtil existentes no mundo colonial, que impunham aos trabalhadores condições de vida opressivas. Em pouco tempo, os insurretos somavam milhares, entre índios, mestiços e negros traficados como escravos para o Peru colonial.

Já excomungado pela Igreja, Tupac Amaru alcançou os limites da antiga capital inca no dia 2 de janeiro de 1781, acompanhado de cerca de 40 mil homens. As tropas realistas, entretanto, adensadas pelos reforços vindos de Lima, conseguiram resistir. Os rebeldes recuaram para Tinta, para se reorganizarem, enquanto Tupac Amaru procurava negociar com o enviado da Coroa a Cuzco, o visitador Areche, e convencê-lo da legitimidade de suas reivindicações. No mês de abril, um cerco dos realistas provocou muitas baixas entre os rebeldes e obrigou Tupac Amaru e seus colaboradores mais próximos a se retirarem para o sul. No trajeto, sofreram uma emboscada e foram capturados. Conduzidos a Tinta, chegaram à cidade em tempo de assistir ao enforcamento de outros 70 caciques capturados. De lá seguiram para Cuzco, o umbigo do antigo Império Inca, agora palco para o espetáculo da morte de um curaca que acenava com a utopia de restaurar o passado glorioso, de um tempo anterior à chegada dos espanhóis.

A rebelião de Tupac Amaru teve repercussões importantes para todo o mundo colonial. Muitas das prerrogativas reservadas à nobreza indígena no Vice-reino do Peru foram suspensas. Quando, três décadas mais tarde, a Espanha foi invadida pelo exército de Napoleão Bonaparte e as colônias hispano-americanas começaram a movimentar-se para alcançar sua indepen-

dência, as elites peruanas se opuseram à possibilidade, temendo fragilizar sua posição perante as massas indígenas, que já haviam dado mostras de seu poder de insurreição. O Peru acabou emancipado da Espanha especialmente por obra da intervenção das tropas de San Martín, vindas da atual Argentina, e de Simón Bolívar, vindas das atuais Venezuela e Colômbia.

O medo de uma guerra generalizada de uma maioria indígena contra uma minoria branca compara-se ao medo relacionado ao fenômeno do haitianismo, de uma grande rebelião de escravos negros contra os colonizadores franceses.

### INDEPENDÊNCIA DO HAITI

O Haiti foi a primeira colônia da América Latina a tornar-se independente de sua metrópole, a França, e o primeiro Estado das Américas a abolir a escravidão negra. No período colonial, chamava-se São Domingos e ocupava a porção ocidental da ilha de Hispaniola, enquanto a parte leste, que também se denominava São Domingos, era colônia da Espanha.

No século XVIII, representava uma colônia de extraordinária importância econômica para a França. Em 1789, era responsável por dois terços do comércio exterior do Império e o maior mercado individual do tráfico negreiro europeu. Para que uma minoria de senhores brancos pudesse manter o domínio sobre milhares de escravos – em 1790, somavam 465 mil –, sua subordinação baseava-se na brutalidade cotidiana e em punições exemplares, com requintes de perversidade.

O medo e a humilhação não impediram, porém, as fugas constantes, que multiplicavam os quilombos e os ataques de quilombolas às fazendas. No século XVII, a figura lendária de Mackandal, originário da Guiné, liderou um movimento que pretendia aterrorizar os brancos da colônia com técnicas de envenenamento. Mackandal terminou traído, capturado e queimado vivo.

No cenário marcado pela violência, houve, entretanto, brechas para relações mais humanizadas. François Dominique Toussaint, que mais tarde adotou o nome de Toussaint L'Ouverture (*abertura* em francês, sinalizando algo de novo), vinha de uma linhagem de chefes da etnia aja na África. Seu pai fora aprisionado e trazido a São Domingos em navio negreiro. O colono que o comprou – segundo nos conta o autor do clássico livro *Os jacobinos negros*, C. L. R. James – percebeu ser ele uma pessoa fora do comum e lhe deu certa liberdade na fazenda de produção açucareira, permitindo que cultivasse uma horta com ajuda de outros escravos.

Casou-se e teve oito filhos. Perto da casa-grande vivia um velho negro chamado Pierre Baptiste, “de notável caráter e algum conhecimento”, escolhido como padrinho do primogênito Toussaint. Ensinou a ele crioulo, francês, um pouco de latim e geometria. O menino cresceu sem trabalhar no eito. Cuidava dos rebanhos e manadas, tornou-se cocheiro do senhor e mais tarde administrador dos bens vivos da fazenda.

Quando eclodiu a revolta escrava em 1791, vivia com a esposa e os filhos na *plantation* Bréda, no norte da colônia. Uniu-se aos rebeldes no ano de 1793. Entre 1794 e 1802, tornou-se a principal autoridade da colônia. Mas com a invasão napoleônica, foi capturado e deportado para a França, onde faleceu no ano seguinte, em uma gelada prisão nos Alpes, fragilizado por cruéis torturas.



Maurice Renstorf, 1805

Retrato do líder da Revolução de Independência Haitiana, François-Dominique Toussaint L'Ouverture (1743-1803).

A revolta dos escravos em São Domingos está associada aos acontecimentos revolucionários na França de fins do século XVIII, que ocasionaram, em 1794, a proclamação do fim da escravidão nas possessões francesas no ultramar. A deposição de Luís XVI e a instituição da Assembleia Geral, em 1789, haviam encorajado as aspirações autonomistas das elites coloniais nas Antilhas. Em São Domingos, como em outras ilhas francesas, formaram-se no mesmo ano Assembleias coloniais para pressionar por maior liberdade econômica e política. Paralelamente, negros e mulatos livres, numerosos em São Domingos, articularam-se para defender a ampliação de seus direitos de participação política. Os anos 1790 e 1791 assistiram ao agravamento das tensões entre as elites senhoriais e os homens livres não proprietários da colônia.

Em agosto de 1791, um acontecimento imprimiu novos rumos aos conflitos. Os escravos das fazendas açucareiras do norte de São Domingos, liderados por Toussaint L'Ouverture, levantaram-se contra seus senhores, exigindo melhores condições de trabalho nos canaviais e engenhos, com mais tempo livre para dedicar-se à própria roça.

Assustados, os senhores de escravos de outras partes da ilha pediram ajuda à Inglaterra, que forneceu tropas para ocupar o sul e o oeste de São Domingos e reafirmar o controle sobre a população de milhares de escravos nessas regiões. Em fevereiro de 1784, os jacobinos decretaram o fim da escravidão nas colônias francesas. Os escravos já não eram, oficialmente, escravos.

A ascensão de Napoleão Bonaparte ao governo francês marcou uma nova reviravolta no processo. Anulou a lei abolicionista de 1794 e enviou um exército de 25 mil homens, comandados pelo general Victor Emmanuel Leclerc, para restaurar a escravidão em São Domingos. Em 1803, apesar do êxito na captura de Toussaint, as tropas imperiais sofreram uma fragorosa derrota e foram expulsas da ilha. Muitos dos escravos nascidos na África traziam consigo a experiência de guerras travadas na terra natal, com táticas de combate em pequenos grupos, movimentando-se pelo território com grande agilidade.

Jean-Jacques Dessalines, um ex-escravo que ascendera à patente de general nas fileiras de Toussaint L'Ouverture, assumiu o comando da luta. Em 1804, os libertos, vitoriosos, proclamaram a independência do Haiti, apoiando-se em argumentos tomados da Ilustração e da Revolução Francesa. Naturalmente, os agora cidadãos haitianos contribuíram para alargar o alcance dos ideais iluministas, dotando-os de uma universalidade que não existia, senão, em termos muito vagos.

O Haiti tornou-se o primeiro e único país das Américas a associar a independência ao fim da escravidão. Nas demais colônias francesas no Novo Mundo, Martinica, Guadalupe e Guiana, a instituição sobreviveu até 1848. O mesmo ocorreu nas colônias espanholas na América, onde as guerras de independência favoreceram a alforria de muitos escravos que lutaram com os exércitos revolucionários, mas não asseguraram a abolição da escravatura.

Ao mesmo tempo, a rebelião de Tupac Amaru simboliza tensões que marcaram a história do Império Espanhol na América para além das fronteiras do Vice-reino do Peru. Procuremos traçar um quadro desse extenso espaço colonial.

Quando os espanhóis iniciaram a conquista da América, desde a histórica chegada de Cristóvão Colombo, em 12 de outubro de 1492, à ilha caribenha então batizada de Hispaniola, estima-se que houvesse em todo o continente americano 57 milhões e 300 mil habitantes. A região da Mesoamérica, no atual México, era a mais densamente povoada, com 21 milhões e 400 mil nativos. A região dos Andes vinha em segundo lugar, com 11 milhões e 500 mil, seguida pelas planícies da América do Sul, com 8 milhões e 500 mil indígenas. A América do Norte aparecia em último lugar, atrás do Caribe e da América Central.

Antes que a história das populações americanas se encontrasse ou se reencontrasse com a europeia, se considerarmos a teoria das migrações pelo estreito de Bering, civilizações com formas variadas de organização social tiveram lugar nessa porção do mundo, em cenários complexos que, infelizmente, com frequência não se incluem nos manuais escolares.

Havia grupos indígenas nômades ou seminômades vivendo da caça e da coleta; havia populações sedentarizadas que aprenderam a dominar a natureza, cultivando a terra, sofisticando a cultura material e construindo imponentes cidades, com uma complexa estrutura social e política. Conformavam grandes grupos etnolinguísticos, que por sua vez se subdividiam em uma extraordinária multiplicidade de línguas. Ao longo de todo o período colonial, o aprendizado muitas vezes precário do idioma espanhol não implicou o desuso das línguas aborígenes.

A partir do século XVI, os europeus desenvolveram relações diferenciadas com os indígenas. Nos Andes e na Mesoamérica, as populações

autóctones foram vistas como mão de obra necessária para o trabalho nas minas, na lavoura ou nos *obrajes*. Ao mesmo tempo, receberam com maior regularidade as intervenções das autoridades coloniais, dos colonos em geral, dos padres e missionários. Nessas regiões foram intensos os processos de miscigenação ou de incorporação de padrões de conduta e de compreensão do mundo trazidos pelo colonizador, com todas as tensões e estratégias de resistência que esses processos envolvem.

Em outras partes do mundo colonial, como a região da Araucânia, no atual Chile e, em menores proporções, na atual Argentina, os índios permaneceram nas margens, fazendo comércio, não raro guerreando ou aceitando tratados de paz com os novos soberanos do território.

Pelo Tratado de Tordesilhas, assinado com o reino de Portugal em 1494, caberiam à Espanha as terras descobertas ou a descobrir a oeste da linha imaginária de Tordesilhas. Situada a 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, a linha reservava a Portugal o que hoje seria uma porção do território brasileiro, porção que acabou sendo, como é sabido, em muito ultrapassada pela colonização portuguesa. Da mesma forma, na América do Norte, Inglaterra e França conseguiram, sobretudo a partir do século XVII, controlar territórios que a Espanha imaginava seus.

As possessões espanholas na América estendiam-se da Mesoamérica à Terra do Fogo, no extremo sul, separada do continente pelo estreito oceânico atravessado em 1520 pela primeira viagem de circum-navegação, realizada por Fernando de Magalhães. A partir de 1492, diferentes expedições partindo da ilha de Hispaniola obtiveram autorização real para enveredar pelo continente e proceder à conquista. Muitos soldados espanhóis traziam consigo experiências das guerras de Reconquista, as quais culminaram, no mesmo ano de 1492, com a expulsão dos mouros do sul da península ibérica.

As façanhas dos que, munidos de poucos soldados, cavalos e armas de fogo, submeteram impérios grandiosos, continuam intrigando e seduzindo os estudiosos da História.

Vejamos como se organizaram, além do Peru, os demais vice-reinos espanhóis na América.

O Vice-reino da Nova Espanha formou-se sobre as bases do Império Asteca, a partir de 1519, ano de sua conquista por Hernán Cortés e suas cinco

centenas de soldados. Tendo como ponto inicial da viagem exploratória a já mapeada ilha de Cozumel, próxima à costa leste do México, contornou a península do Iucatã e alcançou Vera Cruz, onde foi rezada a primeira missa. Em Veracruz se estabeleceu, em julho do mesmo ano, o primeiro *cabildo*, ou conselho municipal, a exemplo dos existentes nos municípios espanhóis.

Cortés avançou em direção ao Vale do México, palco do impressionante encontro, preparado por emissários astecas, com o imperador Montezuma. O deslumbramento dos forasteiros com a civilização descoberta culminou com a chegada a Tenochtlilán, cidade de 200 ou 300 mil habitantes, comparável a grandes capitais imperiais como foram Roma e Constantinopla.

Em agosto de 1521, depois de sangrentos combates, Tenochtlilán foi tomada pelos conquistadores. A cidade ficou vazia com a fuga em massa após a rendição. Mas Cortés estava decidido a fazer dela o novo centro do governo, revestindo suas ruínas de símbolos do novo poder. Instalou-se no palácio de Montezuma, dando o exemplo a outros soldados que recrutaram os braços indígenas para recuperar, com estilo espanhol, os antigos palacetes mexicas.

Em meio às doenças que ceifavam vidas nativas, novas levas de colonizadores começaram a chegar. Vieram também mulheres, embora em número muito menor, contribuindo para disseminar os casamentos interétnicos e diferentes níveis de miscigenação. Com o estabelecimento das primeiras ordens missionárias na Nova Espanha, com destaque ao papel desempenhado pelos franciscanos nesse primeiro momento, o trabalho de catequese e de ensino do castelhano constituiu-se em uma prática fundamental para a incorporação dos índios à nova ordem.

Cronistas, missionários, humanistas e funcionários reais procuraram descrever, decodificar e moldar o cenário social tão movediço. Cédulas reais dos imperadores Carlos V e, na segunda metade do século XVII, Filipe II, procuraram ordenar a convivência e as obrigações recíprocas, no seio da ordem monárquica, entre a “república” espanhola e a “república” dos índios.

Como na prática a voracidade dos colonos tenha, com frequência, ultrapassado as disposições legais que buscaram proteger os indígenas, estabeleceram-se instâncias jurídicas às quais as populações nativas podiam apelar em defesa de seus direitos: além da Audiência, os Tribunais de Província, o Conselho de Índias ou, a partir de sua instalação em 1592, o *Juzgado*

*General de Indios*. Os dois primeiros vice-reis da Nova Espanha, Antonio de Mendoza (1535-1550) e Luis de Velasco (1550-1564) aceitavam que os indígenas lhes apresentassem pessoalmente denúncias contra abusos sofridos.

O funcionamento das instâncias de apelação jurídica estimulou a mobilização das comunidades indígenas que se formaram a partir de meados do século XVI, como ocorreu no Peru. Nem sempre as comunidades obtiveram ganho de causa nos pleitos que reclamavam contra a espoliação de terras originárias, a cobrança abusiva do dízimo ou do tributo indígena. Mas é fato que a possibilidade de solução jurídica dos conflitos contribuiu para uma diminuição das revoltas rurais ao longo dos séculos XVII e boa parte do XVIII.

Ao longo desse período, os *pueblos* de índios na Nova Espanha experimentaram um movimento de recuperação demográfica e de reorganização identitária. Os *vecinos* de origens variadas reunidos em um mesmo *pueblo* assimilaram o calendário de festas católicas, escolheram um santo protetor para a comunidade, construíram uma narrativa sobre as relações ancestrais que guardavam com aquele local.

Em algumas regiões do Vice-reino, essa integração à ordem colonial alcançou maior sucesso do que em outras. As populações de origem maia do sul do México e da América Central, por exemplo, afirmaram com maior contundência sua condição marginal e resistente em face da colonização. Estabelecidas havia mais de dois mil anos naquela região, organizadas em cidades com sofisticada arquitetura e senhoras de um repertório cultural que envolvia um sistema de escrita e elaborados conhecimentos astronômicos, essas populações realizaram grandes revoltas indígenas nas primeiras décadas que se seguiram à conquista e, em uma nova onda de inquietações, nas últimas décadas do século XVIII.

Mas mesmo onde a ordem estava bem fincada, as relações entre colonos e colonizados foram potencialmente explosivas. Expressão disso foi, dando um salto no tempo, o primeiro movimento de independência do México, iniciado em 1810. Na província de Guanajuato, ao norte da cidade do México, uma multidão de índios pobres, exaurida pelo trabalho nas minas e no campo, respondeu ao chamado do padre Miguel Hidalgo no conhecido *Grito de Dolores* para liberta-se da opressão dos “guachupines”, os espanhóis.

Se os Vice-reinos da Nova Espanha e do Peru se estruturaram logo após a conquista espanhola de extensos territórios no continente america-

no, somente cerca de dois séculos mais tarde essa estrutura administrativa seria revista, com vista a torná-la mais eficiente.

Ao longo do século XVIII, a geografia política do Vice-reino do Peru sofreria importantes alterações. Em 1737, o norte da América do Sul foi desmembrado do restante do território, com a criação do Vice-reino de Nova Granada. À nova jurisdição correspondiam os atuais contornos da Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá. Embora Bogotá, nas terras altas dos Andes, tenha sido escolhida como capital do Vice-reino, coube à cidade de Caracas, na costa atlântica, o protagonismo econômico nos tempos que se seguiram. A cultura do cacau espalhou-se pela região e enriqueceu uma dinâmica elite em meio à qual despontaria, alguns anos mais tarde, o libertador Simón Bolívar. Essa prosperidade contribuiu para que, em 1777, a Venezuela fosse alçada a capitania geral, com maior independência em face de Nova Granada.

O Vice-reino de Nova Granada abarcou cenários geográficos e sociais muito variados. Paralelamente ao desenvolvimento da cultura do cacau, manteve-se ativa a exploração mineradora nas encostas meridionais da cordilheira andina, como na província de Popayán. A atividade baseava-se no trabalho escravo de africanos e seus descendentes e no recrutamento de índios para o cumprimento da *mita*.

O tráfico negreiro tinha na cidade de Cartagena das Índias, no norte da atual Colômbia, um porto cativo para alimentar esse substantivo mercado de escravos da América espanhola continental. Em 1778, os 51.802 negros computados pelo censo correspondiam a 6,98% da população de Nova Granada.

Nos arredores de Bogotá, nas províncias de Condinamarca e Boyacá, populações indígenas, especialmente da etnia chibcha, organizavam-se em comunidades agrárias, à maneira dos *pueblos* que se formaram nos Vice-reinos do Peru e do México. Como nessas regiões, os indígenas foram alvo de um contínuo trabalho catequético por parte da Igreja Católica, instituição que consolidou, em Nova Granada, um lugar de poder e riqueza comparável ao conquistado no México ao longo da época colonial.

Por outro lado, a vastidão da floresta amazônica atraía incursões de exploradores naturalistas, em busca de preciosidades da fauna e da flora, para fins medicinais ou de catalogação científica, na voga da publicação do livro *Sistema da natureza*, do sueco Carl Lineu, em 1735. Diferentes naturalistas europeus viajaram ao Vice-reino de Nova Granada entre fins

do século XVIII e princípios do XIX, para subir o rio Orinoco em direção à Amazônia. Os viajantes não puderam prescindir do apoio dos estudiosos locais, com os quais se corresponderam e ocasionalmente se encontraram. A inquietação de homens envolvidos no processo de revolucionar o conhecimento humano – em bases racionais e empíricas – não passou ao largo da atmosfera intelectual e educacional da capital vice-reinal, Bogotá.



**Mapa de vice-reinos e capitânias.** América espanhola em fins do século XVIII, com a demarcação dos quatro vice-reinos e das quatro capitânias gerais, que eram subdivisões administrativas de caráter militar circunscritas a regiões com importância estratégica.

Em 1776, foi a vez de as regiões meridionais da América se separarem do Vice-Reino do Peru com a criação do Vice-Reino do Rio da Prata. Localizada às margens da bacia do Prata, Buenos Aires era uma convidativa porta de entrada para os grandes rios que penetravam o território. Tornou-se estratégico que a Espanha protegesse o lugar da cobiça de comerciantes e piratas vindos, sobretudo, da Inglaterra. Embora houvesse na região alguns lugares de sólida presença colonial, como a cidade de Córdoba, desde o século XVII dotada de uma importante universidade, o sul do continente americano constituía, em muitos sentidos, uma área marginal dos domínios espanhóis.

Feita capital, Buenos Aires passou a administrar um território que compreendia o atual Paraguai, uma parte da atual Bolívia e, em disputas permanentes com a Coroa Portuguesa, o Uruguai. A oeste da Cordilheira dos Andes, encontrava-se o Chile, outra capitania geral da América espanhola.

O fato de as minas de Potosí, no Alto Peru, terem passado à jurisdição do Vice-reino do Rio da Prata constituiu um duro golpe para a economia peruana. Buenos Aires, por sua vez, foi beneficiada pelo fluxo de mercadorias trazidas para embarcação em seu porto rumo ao Velho Mundo. Da mesma forma, foi beneficiada pelo desembarque de bens manufaturados que os comerciantes portenhos distribuíam pelos confins do território, navegando pelos grandes rios.

Muitos forasteiros vislumbraram oportunidades de enriquecimento nessas transações, tornando forte a presença de mercadores estrangeiros, sobretudo ingleses, nessas paragens. Para ingleses e *criollos* envolvidos com o comércio, as restrições monopolísticas impostas pela Espanha estiveram na base de crescentes tensões com a metrópole. Não por acaso, como veremos no próximo capítulo, Buenos Aires constituiu um centro irradiador da luta contra a condição colonial ao longo da segunda década do século XIX.





## Campanhas de independência nos vice-reinos espanhóis

**E**m determinados períodos da História, há mudanças significativas que acontecem em curto espaço de tempo. Foi assim no início do século XIX, mais precisamente entre 1808 e 1824, na América de colonização espanhola. Em pouco mais de uma década, o imenso Império Espanhol na América desmoronou e novos Estados independentes surgiram.

Se quisermos apontar para o estopim político desses extraordinários acontecimentos, teremos que nos reportar aos desdobramentos políticos e militares europeus que se seguiram à Revolução Francesa de 1789. A França, sob o comando de Napoleão Bonaparte, envolveu-se em guerras no continente europeu, aí incluída a península ibérica. Como bem sabemos, os exércitos franceses invadiram Portugal, levando D. João a vir para o

Brasil. A Espanha, aliada “natural” da França, pois as Coroas pertenciam à mesma dinastia dos Bourbon, mudou de posição com a execução de Luís XVI, em 1793, pelos jacobinos, entrando em guerra com a França.

Na Espanha, as disputas entre Carlos IV e seu filho, Fernando, fragilizavam o poder real. O desfecho desse conflito foi a abdicação de Carlos em favor de seu filho. Mas a situação com a França estava muito tensa, com as tropas de Napoleão acantonadas no norte da Espanha. Nesse quadro, pai e filho encontraram-se, a convite de Napoleão, em Bayonne, para acertar as questões entre os dois países. O resultado desastroso para a Espanha foi o aprisionamento de Fernando VII no castelo de Valençai, em 1808, e a nomeação de José Bonaparte, irmão de Napoleão, para o trono espanhol.

Quando a notícia da captura de Fernando VII chegou às colônias, apresentou-se aos *criollos* uma situação inesperada: o rei legítimo estava prisioneiro e um francês ocupava o trono espanhol. As questões da legitimidade do poder constituído e da fidelidade ao rei estavam postas em discussão.

Na Espanha, houve grande resistência ao rei estrangeiro. Um levante popular sacudiu Madri e foi fortemente reprimido pelos franceses. Uma Junta Suprema Central foi organizada em Sevilha para defender a soberania espanhola e tentar expulsar os franceses. Porém, em 1810, estes também tomaram Sevilha e a oposição espanhola se deslocou para Cádiz. Nessa cidade, foi tomada uma importante decisão, qual seja, a da convocação de cortes constituintes que deveriam escrever a primeira constituição espanhola. Depois de longos debates, que contaram com a participação de alguns representantes vindos das colônias, ela foi promulgada, em 1812, defendendo os princípios liberais e colocando alguns limites à monarquia espanhola, quando o rei legítimo voltasse ao poder. Com relação às colônias, mantiveram-se restrições à liberdade de comércio e à desigualdade dos direitos de representação política.

A agitação política se espalhava pela América espanhola. Desde 1808, começaram a se formar em diversas cidades – Buenos Aires, Montevidéu, Caracas, México, La Paz, Bogotá, Santiago, Quito – Juntas de governo organizadas pelos *cabildos* municipais nas quais se reuniam os representantes das elites locais. A questão principal em debate dizia respeito ao juramento de

fidelidade ao rei cativo, Fernando VII, ou a José Bonaparte. Estas primeiras manifestações, em que havia vislumbres de rebeldia, foram rapidamente reprimidas pelas autoridades espanholas. Porém, em 1810, novas Juntas se formaram e propuseram iniciativas mais concretas como, por exemplo, a instituição do livre-comércio. Mas, de maneira geral, as Juntas na América mantiveram-se fiéis a Fernando VII e demonstraram uma postura moderada e cautelosa sobre uma possível ruptura com a metrópole.

Esses acontecimentos políticos, por si sós, explicam os movimentos de independência? Pensamos que não e, por isso, voltemos os olhos para as colônias para entendermos os descontentamentos sociais e políticos de sua população.

Para tanto, se faz necessário visitar o século XVIII e conhecer as reformas propostas pelos reis da dinastia dos Bourbon, especialmente por Carlos III, que governou de 1759 a 1788. As reformas visavam à modernização da Espanha e de suas relações com as colônias. Para melhor controlar o vasto território da América do Sul, que contava apenas com o Vice-reinado do Peru, foram criados mais dois, o de Nova Granada, em 1739, e o do Rio da Prata, em 1776.

As reformas se dirigiram fortemente para a área da economia. Não restam dúvidas de que nos últimos 35 anos do século XVIII, aconteceram mudanças econômicas importantes. Assim, de um lado, foi posto em prática um modelo mais eficaz de taxação e arrecadação de impostos. De outro, foram abrandadas as regras estritas do comércio exclusivo entre a América e sua metrópole para, entre outros objetivos, diminuir o comércio de contrabando. Terminava o sistema de portos exclusivos – como Porto Belo, Vera Cruz, Cartagena – imposto pela metrópole desde o início da colonização. Outros 20 foram autorizados a fazer comércio com a Espanha, onde também caiu o monopólio de Cádiz. Do mesmo modo, a Coroa criou nove guildas (associações) de comerciantes rompendo com o monopólio, até então existente, dos dois únicos Consulados de Comerciantes, o do México (desde 1594) e o de Lima (desde 1613). Em 1778, estabeleceu-se o livre-comércio entre as colônias, antiga solicitação dos *criollos*.

O afrouxamento das relações comerciais entre a Espanha e suas colônias, projetado para o benefício da metrópole, produziu impacto na

América e demonstrou as dificuldades de conciliar interesses opostos. Os comerciantes espanhóis e seus representantes nas colônias reclamavam a volta das restrições que outrora lhes proporcionaram lucro e segurança e os *criollos* consideravam insuficientes as mudanças, desejando o livre-comércio com todas as nações do mundo.

Essas reformas que preconizavam maior controle da Espanha sobre suas colônias fecharam algumas portas para a ascensão social e política dos *criollos*, que passaram a ter mais obstáculos para alcançar altos postos das carreiras administrativas e eclesiásticas. Com isso, os ressentimentos dos nascidos na América diante das regalias e privilégios desfrutados pelos peninsulares (os nascido na Espanha) tenderam a crescer e se aprofundar.

Com relação aos segmentos mais pobres da sociedade, não houve qualquer iniciativa por parte da Coroa para que sua situação melhorasse. Desde o início da colonização, a Coroa havia montado uma estrutura de controle social hierarquizada e rígida que determinava o lugar de cada um na sociedade. A população indígena, numericamente majoritária, sofria com as discriminações e opressão sofridas. Os índios deviam pagar tributo específico ao rei e estavam submetidos a várias modalidades de trabalhos forçados como a *mita* (trabalho obrigatório nas minas) ou os *obrajes* (trabalho compulsório na produção artesanal têxtil). Ainda que os escravos negros não fossem a principal força de trabalho, estavam disseminados por todas as colônias, sendo mais importantes nas plantações do Caribe, nas costas da Venezuela e nas minas de ouro da Colômbia.

Todas as generalizações sobre os movimentos de independência nas colônias espanholas correm o risco de ser simplificadoras, pois há muitas especificidades próprias de cada região. Entretanto, de forma didática, podemos dizer que, entre 1808 e 1810, os *criollos* ilustrados manifestaram suas inquietações por meio da criação de Juntas autônomas que indicavam sinais potenciais de mudança. Progressivamente, o movimento se radicalizou chegando à luta armada que dividiu o mundo colonial entre rebeldes e defensores da Coroa real.

Entre 1810 e 1814, os insurgentes formaram exércitos que conquistaram muitas vitórias sobre as forças realistas, parecendo anunciar a

ruptura total com a metrópole. Esses anos correspondem aos do cativeiro de Fernando VII e da dominação francesa sobre a maior parte do território espanhol. Desse modo, a maior preocupação da Junta Suprema (de Sevilha e depois de Cádiz) se concentrava na organização da resistência espanhola aos franceses. Os primeiros reforços enviados para combater os insurgentes americanos foram pagos pelos comerciantes de Cádiz, interessados em não perder os mercados coloniais para seus concorrentes estrangeiros. Das colônias, os comandantes espanhóis faziam repetidas solicitações de reforços, desde Montevideu até Lima e Caracas, sem obter os resultados esperados.

Porém, quando os exércitos de Napoleão foram derrotados em 1814, Fernando VII voltou à Espanha e retomou a coroa de José Bonaparte. Determinado a não perder suas colônias, começou a organizar a ofensiva para derrotar definitivamente os rebeldes americanos. Em fevereiro de 1815, a grande expedição do general Pablo Morillo, com 10 mil homens e 18 navios de guerra, partiu para Caracas, pois o norte da América do Sul fora considerado o lugar com as necessidades mais urgentes. Com a chegada das forças espanholas, o movimento rebelde atravessou um período de derrotas, pondo em risco tudo que havia sido alcançado anteriormente. Mas a violenta repressão aos rebeldes com muitas prisões e fuzilamentos provocou mais insatisfação nas colônias. Os insurgentes não apenas sobreviveram, mas também ganharam fôlego e marcharam em direção à independência.

Em 1820, os dois vice-reinados mais importantes do Império Espanhol, a Nova Espanha (futuro México) e o Peru, ainda não haviam alcançado a independência. No entanto, cinco anos mais tarde, com a derrota definitiva das forças realistas no Alto Peru (atual Bolívia), todo o continente rompera com suas metrópoles. O Brasil também declarara sua independência de Portugal. Apenas as ilhas de Cuba e Porto Rico permaneciam sob o domínio da Espanha.

A narrativa minuciosa dos azares da longa e sangrenta guerra na América do Sul comporia um formidável romance de aventuras, com episódios dramáticos e épicos. A região esteve exposta a uma luta incerta, em que a vitória de um dos lados não era evidente e em que a sorte mudou de rota muitas vezes. As sociedades dividiram-se entre a adesão à causa da

independência e a lealdade à Coroa espanhola. O medo e a insegurança estavam incorporados à população, ao mesmo tempo que a esperança e a crença na possibilidade de transformações positivas faziam emergir aspirações sociais diversas e conflitantes. Quando a guerra começou, pôs em relevo tais conflitantes expectativas e alimentou sonhos de diversos segmentos da sociedade. O historiador peruano Flores Galindo nos fala de vários murais limenhos do começo do século XIX, que retratavam a imagem do mundo de ponta-cabeça: o réu aparecia aguardando o juiz, o usurário exercendo a caridade, os toureiros investem contra os touros.

Dentro desse amplo quadro, as lideranças militares que comandaram os exércitos insurgentes desempenharam papel importante. Na América do Sul, os dois grandes generais foram o venezuelano Simón Bolívar e o argentino José de San Martín. Porém, se não há exércitos sem comandantes, também não há guerra sem adesão e participação dos diversos setores da sociedade. Assim, é imprescindível levar em consideração essas duas dimensões da insurreição. Vamos começar pelo primeiro ponto, apresentando a trajetória dos dois grandes líderes da independência.

José de San Martín nasceu em Yapeyú, povoado da atual província de Corrientes, em 25 de fevereiro de 1778. Seu pai era um militar espanhol que estava no Rio da Prata a mando da Coroa. Aos 6 anos de idade, a família voltou à Espanha, onde San Martín estudou, tendo ingressado na carreira militar. Ganhou experiência ao participar de batalhas no norte da África e no território espanhol contra as tropas de Napoleão que tinham invadido o país.

Recebia regularmente notícias de Buenos Aires, onde, a partir de 1810, havia começado o movimento pela independência. Como membro de uma sociedade secreta que defendia as ideias liberais, estava convencido de que era preciso combater o Antigo Regime. Assim, em 1812, decidiu abandonar sua carreira na Espanha e dirigir-se ao Prata. No próprio ano de sua chegada, com patente de tenente-coronel, assumiu o comando de um regimento que venceu os espanhóis na batalha de São Lourenço. A independência das Províncias Unidas do Rio da Prata foi proclamada em Tucumán em 9 de julho de 1816.

San Martín tinha uma ampla visão do quadro geral da América do Sul e, desse modo, entendia que a consolidação da vitória sobre os espanhóis só seria alcançada se o Peru, baluarte das forças realistas, fosse li-

bertado. Seu plano era chegar a Lima passando pelo Chile. Mas para tanto, era preciso cumprir a difícil façanha de atravessar os Andes. Durante três anos, preparou uma expedição que contou com a mobilização de 5.500 homens, entre eles um significativo contingente de escravos negros vindos de Buenos Aires. Durante a célebre travessia, houve baixa de 400 soldados.

As forças de San Martín foram bem-sucedidas em sua passagem pelo Chile. Mostraram-se fundamentais na batalha de Maipu, que ocorreu em abril de 1818 e que consolidou a independência do Chile, proclamada por Bernardo O'Higgins, dois meses antes.

Mas o objetivo final era libertar o Peru. Assim, uma expedição de 4 mil homens em 23 navios deixou o Chile, em agosto de 1820, em direção a Lima. A tomada da capital do Vice-reinado do Peru ocorreu em 28 de julho de 1821, quando a independência foi proclamada.

San Martín foi um grande líder militar, porém não demonstrou ter habilidades políticas suficientes para governar o Peru. Depois de grande resistência a sua liderança, incapaz de contornar os problemas pós-independência, resolveu deixar tudo e partir, em 1824, para a Europa com sua filha de 8 anos, Mercedes Tomasa, cuja mãe havia falecido um ano antes. Viveu na Bélgica e na França, até sua morte, em 1850. Na Argentina, é considerado "herói nacional". E, como tal, teve suas cinzas, em 1880, trasladadas para Buenos Aires e depositadas em mausoléu na catedral da capital.

A outra grande figura da independência, Simón Bolívar, também teve uma vida repleta de peripécias. Nasceu em Caracas, em 24 de julho de 1783, filho de uma rica e tradicional família de fazendeiros de cacau. Órfão desde muito cedo, foi criado pelo avô, que lhe proporcionou uma esmerada educação de inspiração liberal entregue ao lendário e radical preceptor Simón Rodríguez. Como era comum entre os *criollos* mais ricos, viajou várias vezes à Europa, tendo passado por França, Itália e Espanha. Neste último país, casou-se com María Teresa del Toro que, após oito meses de casada, faleceu em terras venezuelanas, de febre amarela, para grande desgosto do marido.

Entre idas e vindas da Europa, instalou-se definitivamente na Venezuela, em 1807, envolvendo-se, desde o início, nos movimentos pela independência.

Na América, a Venezuela foi o primeiro território a declarar sua independência frente à Espanha, em 5 de julho de 1811. Mas a nascente

república não se sustentou. As dificuldades aumentaram para os rebeldes, quando na Sexta-Feira Santa de 1812, a cidade de Caracas foi sacudida por um terrível terremoto. Os realistas afirmaram que este havia sido o “justo castigo” de Deus diante da rebelião contra o monarca e a Igreja.

As vitórias e derrotas das forças rebeldes lideradas por Símon Bolívar, no norte da América do Sul, demonstravam a dificuldade da Espanha em vencer os rebeldes e os obstáculos que estes enfrentavam para manter as conquistas. Depois da restauração de Fernando VII, como já foi indicado, chegou a Nova Granada a grande expedição do general Pablo Morillo para reconquistar os territórios perdidos. A repressão foi muito violenta, indicando, num primeiro momento, que esta era a estratégia correta. Mas a resistência rebelde também se adensou, alimentada por insatisfação crescente frente às arbitrariedades das forças realistas. Bolívar e seus generais reorganizaram os exércitos e iniciaram a virada no tabuleiro da guerra, prometendo a alforria aos escravos que se alistassem e terra aos soldados do exército.

Do mesmo modo que San Martín, Bolívar atravessou os Andes para lutar contra os espanhóis, tomando Bogotá. No final de 1819, foi proclamada a independência do Vice-reinado de Nova Granada e a união de todas as províncias na república da Grã-Colômbia, sendo Bolívar o primeiro presidente. Pouco tempo depois, em 1821, a Venezuela conquistava a independência depois da vitória na famosa batalha de Carabobo.

A saga militar bolivariana só terminaria após a intervenção de seus exércitos nas lutas pela independência do Vice-reinado do Peru, que haviam sido conduzidas anteriormente por San Martín. As batalhas finais pela libertação da América do Sul aconteceram na serra peruana, sendo a última delas, a de Ayacucho, comandada pelo general José Antônio de Sucre, em 1824, o mesmo que libertara o Equador na Batalha de Pichincha, dois anos antes. Sucre era uma figura muito próxima de Bolívar e, como reconhecimento por seus feitos, propôs que a região do Alto Peru passasse a ser denominada de Bolívia.

Diferentemente de San Martín, Bolívar envolveu-se fortemente com as questões do poder político. Exerceu cargos executivos, trabalhou na elaboração de textos constitucionais e deixou muitas cartas e outros escritos versando sobre temas políticos diversos, carregados de ideias e propostas.

Angariou muitos seguidores e também fez muitos inimigos. Alguns deles, como o general colombiano, Francisco de Paula Santander, futuro presidente da Colômbia, fora seu antigo aliado. Bolívar sofreu atentados à sua vida, mas saiu ileso. Em uma das vezes, foi salvo por Manuela Sáenz, sua última companheira. Nascida em Quito, Manuela deixou o marido para seguir Bolívar. Já em vida era conhecida por sua iniciativa, coragem e lealdade ao general.

No entanto, as tramas políticas nas quais Bolívar se envolveu acabaram por deixá-lo isolado. A Grã-Colômbia que ele idealizara se fragmentou, fazendo surgir países separados: Venezuela, Equador e Colômbia. No começo de 1830, renunciou ao cargo de presidente e, desgostoso com tudo, partiu em direção a Cartagena, para se autoexilar. Antes de lá chegar, morreu em Santa Marta, pobre e tuberculoso, no dia 17 de dezembro de 1830.

Construiu-se, desde o século XIX, um verdadeiro culto ao “Liberador”, considerado o “maior herói nacional” da Venezuela. Algumas de suas propostas atravessaram os séculos, como a ideia de construção de uma possível unidade latino-americana. Essa perspectiva nasceu com sua proposta da constituição de uma liga que se formaria num congresso de representantes das novas nações, a ser realizado no Panamá, em 1826. Como convidados especiais foram chamados os Estados Unidos (o representante morreu a caminho) e a Inglaterra (mandou um simples observador). A reunião fracassou e notáveis ausências foram registradas como as do Brasil, Argentina e Chile. Mas “o sonho” persistiu e foi ganhando novas roupagens com o passar das gerações, chegando até o presente.

Interessante lembrar que Bolívar e San Martín tiveram quadros pintados por seus contemporâneos. O peruano José de Castro Gil, conhecido pelo nome de Mulato Gil, fez retratos de ambos, assim como o de Bernardo O’Higgins. Bolívar, que deixou inúmeras imagens para a posteridade, encontrou tempo para pousar por duas vezes para o pintor colombiano José María Espinoza, também autor da última tela que traz o general já envelhecido e alquebrado.

Como vimos, os exércitos rebeldes contaram com comandantes estrategistas para vencer a guerra. Mas, para que as forças insurgentes se pusessem em marcha, era preciso que pessoas abastadas patrocinassem sua organização.

Nesse sentido, os ricos comerciantes da cidade de Buenos Aires financiaram a formação dos primeiros batalhões e, na Venezuela, foram os plantadores de cacau os responsáveis por parte importante de tal financiamento.

Porém, não há exército sem soldados que, por sua vez, deviam estar convencidos de que a causa da independência era a mais justa e necessária para destruir a ordem colonial. Desse modo, “pessoas comuns” dos mais diversos segmentos sociais e étnicos foram indispensáveis para engrossar as fileiras insurgentes, mas suas histórias acabaram esquecidas ou pouco valorizadas. Assim, é importante mostrar tal participação.

As novas ideias que estimularam a independência foram divulgadas por um grupo considerável de letrados provenientes das diversas partes da América. Nos muitos escritos desse período – panfletos, memórias, discursos, jornais – defendiam a independência, demonstrando sólido conhecimento das ideias liberais. Fundamentaram-se nelas para armar suas plataformas de ação e sua justificativa da ruptura com a metrópole.

Um belo exemplo desses letrados é Francisco José de Caldas (1771-1816), nascido em Popayán, atual Colômbia. Geógrafo, astrônomo e naturalista, fez coexistir sua fé católica com a adoção do método experimental em ciência, aliadas à firme defesa da independência política da Nova Granada. Foi diretor do Observatório Astronômico de Bogotá – criado pouco tempo antes – e editor do *Semanario del Nuevo Reino de Granada*. Quando a guerra começou, assumiu a causa da independência e criou um jornal, *Diario Político*. Em 1816, as forças realistas do general Morillo o aprisionaram. Julgado, foi fuzilado em Bogotá junto com um grupo de liberais colaboradores do *Semanario* e do *Diario*.

Do mesmo modo que os homens ilustrados contribuíram para a independência, os mais desfavorecidos membros da sociedade colonial, os escravos negros, marcaram sua presença. Como já vimos, eles foram os protagonistas centrais nas lutas pela independência do Haiti. Mas também lutaram nas guerras na América do Sul. A eles, em geral, era concedida a alforria, caso se alistassem do lado dos insurgentes. Há muitos exemplos a serem indicados. No Rio da Prata, eles integraram vários batalhões e sofreram pesadas baixas. O mais conhecido foi o “Batalhão Negro de Buenos

Aires”, integrante do exército de San Martín, que atravessou os Andes. De um total de 5 mil homens que partiram em direção ao Chile, 1.500 eram negros. O exército de Sucre, responsável pela vitória na decisiva batalha de Ayacucho, no Peru, contava com um grande contingente de soldados negros. O antigo escravo Pedro Camejo, apelidado por sua coragem de *Negro Pimero*, participou dos exércitos de Bolívar e morreu no campo de batalha em Carabobo. Sua morte foi retratada com destaque na tela sobre a batalha elaborada pelo grande pintor venezuelano Martín Tovar y Tovar (ver box “A escravidão na América espanhola”).

### A ESCRAVIDÃO NA AMÉRICA ESPANHOLA

A partir de fins do século XV, e com grande intensidade a partir do século XVII, os domínios coloniais europeus nas Américas e no Caribe incorporaram o regime de trabalho escravo de populações trazidas de diferentes regiões do continente africano. Entre fins do século XV e o século XIX, mais de 12 milhões de africanos foram embarcados rumo ao Novo Mundo. A América portuguesa foi a maior receptora do tráfico, ultrapassando a casa dos quatro milhões de indivíduos ingressos. Na primeira metade do século XIX, até que se promulgasse a Lei Eusébio de Queirós, em setembro de 1850, o volume de escravos desembarcados alcançou níveis sem precedentes. Também os Estados Unidos experimentaram um aumento do tráfico no alvorecer dos anos 1800, com números menores do que o Brasil e um fluxo francamente decrescente a partir de 1826. O que não significa, como sabemos, que a escravidão tenha se tornado um problema secundário naquele país, nas décadas que se seguiram.

Na América espanhola, incluindo-se os domínios hispânicos no Caribe, estima-se que tenham entrado 1.660.000 cativos. Do total de 1.660.000, Cuba recebeu, entre as décadas de 1790 e 1870, 840 mil escravos. A importância que a escravidão de origem africana assumiu na ilha, associada ao sistema de *plantation* do açúcar, está associada ao lugar estratégico que o império de Carlos III conferiu a Cuba, no contexto das já mencionadas Reformas Bourbônicas. O modelo de produção escolhido, celebrado pela oligarquia agrária sediada em Havana, inspirava-se nas economias escravistas das colônias francesas e inglesas nas Antilhas. Dentre elas, o Haiti.

Como os próprios números sugerem, a escravidão foi menos central nos vice-reinos espanhóis no continente. Ela esteve presente, entretanto, no trabalho minerador, doméstico, agrícola, artesanal e mercantil, em muitas partes do mundo colonial. Em algumas regiões, como nas minas do Vale do Cauca ou da Antioquia, no Vice-reino de Nova Granada, na sua cidade portuária de Cartagena das Índias, os africanos e seus descendentes, nascidos em cativo ou forros, foram a base da mão de obra.

Mas em que pesem as diferenças regionais na América espanhola, a importância demográfica dos escravos e libertos foi proporcionalmente pequena em face das populações indígenas. Na América do Sul, os exércitos libertadores recrutaram escravos para lutar em suas fileiras. Como resultado, muitos morreram ou conquistaram sua alforria ao fim das guerras.

Ainda sim, a escravidão sobreviveu às independências. Somente em Porto Rico e em Cuba, onde a emancipação teve de aguardar quase todo o século XIX, foi abolida, respectivamente, em 1873 e em 1886, alguns anos antes do fim do jugo espanhol.

No restante da América espanhola, mais cedo ou mais tarde, o tráfico de escravos foi proibido e a escravidão abolida. No Peru, por exemplo, isso aconteceu em 1854, durante a presidência de Ramón Castilla. Os proprietários de escravos foram indenizados pelas perdas patrimoniais. No registro de indenizações, o Convento de La Buena Muerte figura como o maior dos proprietários, obrigado a emancipar 517 pessoas. Dos países continentais hispano-americanos, o Paraguai foi o último a libertar os escravos, no ano de 1869, em plena guerra com a Tríplice Aliança.

Indígenas e mestiços igualmente participaram das lutas pela independência. No México, os exércitos liderados pelos padres Miguel Hidalgo e José María Morelos contaram com número expressivo de camponeses indígenas e mestiços (ver box "Independência do México"). Do mesmo modo, eles aderiram à rebelião de Cusco de 1814, liderada pelos irmãos Angulo, que se espalhou desde o sul do Peru até a atual Bolívia. Um exemplo sempre lembrado é o do cacique indígena Mateo Pumacahua, de 75 anos, cujas forças se integraram aos insurgentes. Ele foi preso, condenado à morte e executado em frente de suas tropas.

### INDEPENDÊNCIA DO MÉXICO

Em 16 de setembro de 1810, se iniciava na Nova Espanha a rebelião contra o domínio espanhol, liderada por Miguel Hidalgo y Costilla, padre do pequeno *pueblo* de Dolores, próximo da cidade mineradora de Guanajuato. A Nova Espanha era a parte mais rica e mais importante do Império Espanhol na América.

Depois de expressivas vitórias sobre as forças realistas, os rebeldes foram derrotados na Batalha de Aculco, muito perto da Cidade do México. Hidalgo foi preso, julgado e fuzilado em julho de 1811. O comando das forças independentistas passou para as mãos de outro padre, José María Morelos y Pavón. Depois de vitórias expressivas, como a tomada da cidade de Oaxaca, no sul do México, os exércitos rebeldes não tiveram condições de reagir ao avanço das tropas realistas. Morelos acabou preso e fuzilado em 1815. Com a morte de Morelos, os grupos insurgentes lutaram isoladamente, fazendo uma resistência de guerrilha, mas sem alcançar êxito.

Importante assinalar que os dois padres, em especial Morelos, defenderam as aspirações dos mais pobres, tomando atitudes radicais. Hidalgo proclamou a abolição da escravidão negra e o fim dos tributos indígenas. Morelos propôs a distribuição de terras, inclusive as da Igreja, para os camponeses. Desse modo, se entende a grande participação de indígenas e camponeses nos exércitos rebeldes que carregavam à frente o estandarte da Virgem de Guadalupe e que chegaram a contar com 80 mil homens. Esta adesão se explica pela extrema pobreza em que vivia a maior parte da população do futuro México e as esperanças abertas com a rebelião.

Finalmente, em 1821, depois de 10 anos de guerra, da morte de aproximadamente 1 milhão de pessoas (a sexta parte da população) e da devastação da economia, a independência foi alcançada. Ela foi o resultado de um acordo entre as elites, sendo seu líder o general Agustín de Iturbide, que havia anteriormente combatido com obstinação as forças rebeldes independentistas.

A Igreja Católica, enquanto instituição hierarquizada, esteve ao lado dos realistas durante o processo de independência e, muitas vezes, usou a religião como arma para dissuadir os rebeldes. Quando o terremoto de 1812 sacudiu Caracas e outras cidades da Venezuela, a posição da Igreja foi a de afirmar que este fora um castigo de Deus pela revolta contra o rei e a Igreja.

Por outro lado, é notável o número de padres que se incorporaram ao movimento de emancipação. Na Nova Espanha, calcula-se que mil dos 10 mil sacerdotes existentes tomaram posição diante das lutas. Muitos padres se transformaram em líderes como Hidalgo e Morelos na Nova Espanha, Camilo Henriquez no Chile ou o cônego Luís Vieira em Minas Gerais.

Entretanto, não apenas o gênero masculino marcou sua presença no período. A participação das mulheres foi significativa e se deu em diversos níveis: como acompanhantes dos exércitos, como soldados, como mensageiras ou como animadoras da causa da independência. Tomemos alguns poucos exemplos.

Nos campos de luta, as mulheres, às vezes com filhos, acompanhavam os soldados – maridos, amantes ou irmãos. Como não havia abastecimento regular das tropas, cozinhavam, lavavam, costuravam, em troca de algum dinheiro. Essas mulheres aguentavam as duras caminhadas e as agruras das batalhas sem qualquer reconhecimento positivo. Ao contrário, em geral, carregavam a pecha de “mulheres fáceis” que se vendiam aos homens por qualquer preço.

Também participaram de batalhas como soldados. Uma delas foi Juana Azurduy de Padilla que nasceu em Chuquisaca (hoje Sucre), em 1780. Junto com o marido, homem de posses, dono de fazendas, liderou um grupo de guerrilheiros, participando de 23 ações armadas, algumas sob seu comando. Ganhou fama por sua coragem e habilidade, chegando a obter a patente de tenente-coronel. Depois da morte do marido, Juana, que perdeu todos os seus bens, continuou participando da luta guerrilheira, ainda que com dificuldades crescentes. A seu lado, nos combates, havia um grupo de mulheres, chamadas “las amazonas”.

Mulheres de famílias abastadas, demonstrando sua adesão à causa da independência, abriram seus salões para tertúlias em que se discutiam ideias e se propunham estratégias em favor do movimento.

Entre as mensageiras, um exemplo extraordinário foi o de Policarpa Salavarrieta, conhecida como Pola, nascida em Guaduas, na atual Colômbia, em 1795, numa família de regular fortuna ligada à agricultura e ao comércio. Pola trabalhava como costureira em casas de famílias defensoras

dos realistas e, como tal, colhia informações para serem enviadas às tropas guerrilheiras, das quais fazia parte seu noivo, Alejo Sabaraín. Ao ser preso, foi encontrada com ele uma lista de nomes de realistas e de patriotas que Pola lhe havia entregue. Assim, ela foi capturada, julgada e condenada à morte por um Conselho de Guerra. No dia 14 de novembro de 1817, Policarpa Salavarrieta e Alejo Sabaraín e outros oito homens foram fuzilados na Praça Maior de Santa Fé de Bogotá. Sua morte causou grande comoção, provocando fortes reações. Imediatamente após seu fuzilamento, ela foi retratada, num célebre quadro, esperando pelo momento final. Poemas e peças teatrais surgiram cantando sua lealdade à causa independentista e sua coragem diante do cadafalso.



Obra do século XIX de pintor anônimo retratando Policarpa Salavarrieta (1795-1817) pouco antes de ser fuzilada a mando da Espanha, acusada de ter participado ativamente da luta pela emancipação do Vice-reino de Nova Granada.

Importante indicar, igualmente, os poemas e canções escritas nessa época por aqueles que vivenciaram aquelas lutas. O mais conhecido entre os poetas populares foi Bartolomeu Hidalgo, nascido em Montevidéu, em 1778, e falecido na Argentina em 1822. Deixou muitos versos, entre eles um *Cielito* (canto e baile popular da região) sobre a Independência, do qual retiramos uma estrofe:

Os persistentes argentinos  
juram hoje com heroísmo  
eterna guerra ao tirano,  
guerra eterna ao despotismo:  
*Cielito, cielo* cantemos,  
se acabarão nossas penas  
porque já jogamos fora  
os grilhões e as correntes.

Os historiadores, desde o século XIX, buscaram entender as razões que desencadearam os acontecimentos da independência. Alguns deles insistiram na importância das ideias para mudar o cenário colonial. Nessa perspectiva, salientaram as novas ideias da Ilustração francesa – sintetizadas no lema revolucionário “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” – como fundamentais; outros afirmaram que tais ideias chegaram às Américas por intermédio de alguns pensadores da própria Espanha; a independência dos Estados Unidos, ocorrida em 1776, também inspirara os *criollos* que a viam como modelo a ser seguido.

Para outros estudiosos, os motivos centrais estavam em questões estruturais e materiais de ordem econômica. Desse modo, a força da Revolução Industrial inglesa que necessitava de mercados consumidores por todo o mundo se mostrava incompatível com as restrições comerciais impostas pelas metrópoles ibéricas – monopólios e privilégios – sobre suas colônias americanas. As regras de funcionamento do capitalismo exigiam plena liberdade de comércio, o que levaria fatalmente ao desmoronamento do mundo colonial.

O bicentenário das independências estimulou muitos trabalhos sobre o tema. Discutiu-se, por exemplo, a importância da reunião das Cortes de

Cadiz, em 1812, que despertou um intenso debate jurídico/político e que explicitou as divergências entre os vários participantes – muitos deles vindos da América – sobre as novas bases em que se assentaria o Império Espanhol.

Como procuramos mostrar, para se compreender o processo de independência das colônias espanholas, é preciso computar fatores tanto de ordem econômica, social, como cultural, religiosa, jurídica e política. É nessa moldura que homens e mulheres de carne e osso fizeram suas escolhas e optaram por se engajar na longa guerra contra a Espanha ou por permanecer fiel à ordem colonial. Concordamos com a interpretação do historiador peruano Alberto Flores Galindo. Para ele, ao se pensar o passado, deve-se levar em conta que “os desenlaces são o resultado de combinações sempre específicas entre determinações estruturais e vontades, tanto individuais como coletivas”.

Terminada a guerra, as consequências desse período conturbado afloraram. A longa luta desorganizara a economia e muitas das riquezas produzidas nas fazendas e nas minas haviam sido destruídas. O comércio estava em franco declínio e os tesouros públicos encontravam-se esgotados. O trabalho de reconstrução que se impunha era enorme. Os líderes políticos disputavam o poder e os novos Estados ainda em formação mostravam-se frágeis.

Na Espanha, continuaram a existir planos rocambolescos para a reconquista da América. Assim, em julho de 1829, Fernando VII enviou ao México, partindo de Cuba (que permanecia como colônia espanhola), um exército de 4 mil homens para reconquistar o que havia sido perdido. Julgava que ali os realistas eram muito fortes e que o apoiariam. Depois de perder 900 soldados, o brigadeiro Barradas rendeu-se e deixou o México. Foi a última tentativa de retomar o continente perpetrada pela Coroa espanhola. Fernando VII, ao morrer em 1833, ainda acreditava que a independência tinha sido o desejo de uns poucos e “que a América se perdera contra a vontade da mesma América”.





## O horizonte republicano nos Estados nacionais em formação

A conquista da independência marcava o rompimento dos laços políticos com a metrópole e também indicava que complexas tarefas mostravam-se urgentes. Era necessário construir os novos Estados, montar uma estrutura administrativa, delimitar fronteiras, organizar instituições para garantir a ordem e o controle sociais e, além de tudo isso, encontrar formas de reanimar as combalidas economias. Grupos políticos se formaram para pensar e encontrar soluções para tais problemas.

A América espanhola, como se sabe, optou pelo regime político republicano. No entanto, lá também havia defensores da Monarquia – como José de San Martín, por exemplo – que entendiam ser esse o único regime capaz de garantir a ordem política e manter a coesão social. Para eles,

apenas um monarca com sua “imparcialidade” seria capaz de se colocar acima dos interesses imediatistas dos grupos em disputa. Assim se explica o fato de grupos conservadores peruanos e mexicanos tentarem encontrar na Europa, algumas vezes durante o século XIX, um monarca “salvador” que hipoteticamente resolveria os problemas endêmicos das novas nações.



**Mapa político da América Latina em 1830.** Depois de encerradas as guerras de independência, os territórios dos Estados nacionais que se formaram nas antigas possessões de Espanha e Portugal já estavam praticamente definidos, com os limites similares aos que conhecemos hoje.

Se as questões da grande política ocupavam as elites, aqueles que não dispunham de recursos – quer econômicos, quer culturais – mantinham a esperança de que os tempos que se abriram com a independência lhes trouxessem benesses e regalias. Contavam que acontecessem reformas sociais, como acesso à terra, melhores condições de vida e maior participação política. Quando as esperanças se frustraram, rebelaram-se contra os que detinham o poder nos novos Estados instituídos.

Interesses econômicos e sociais diversos num quadro de fortes mudanças institucionais formavam o pano de fundo da construção dos Estados nacionais. Desse modo, nas primeiras décadas após a independência, houve grande instabilidade política provocada pelo confronto entre adversários que tinham propostas conflitantes para o futuro de seus países. Essa turbulência desembocou, algumas vezes, em guerras civis que envolveram setores diferenciados da sociedade, de abastados fazendeiros a pobres peões. Os pontos mais controversos giravam em torno da organização centralizada ou federalista de governo; da manutenção dos privilégios das corporações e dos foros especiais relativos ao Exército e à Igreja, instituição muito poderosa durante todo o período colonial; e sobre a participação política popular, vale dizer, sobre os significados e alcance da democracia.

Este último tema foi fortemente discutido pelas elites do período. Num Estado republicano era preciso escrever uma constituição e promover eleições. O poder político emanava da sociedade, porém os setores populares poderiam ter participação plena, sem afetar a ordem social defendida com vigor pelos grupos dirigentes?

Desde antes da independência, Simón Bolívar já se preocupava com essa questão, defendendo posições contrárias à ampla participação política popular. Na famosa Carta da Jamaica, de 1815, na qual fazia uma análise da situação de cada uma das partes da América do Sul, ainda sob o domínio espanhol, escreveu sobre a Venezuela:

Em Caracas, o espírito de partido teve sua origem nas sociedades, assembleias e eleições populares, e estes partidos nos levaram à escravidão. Assim como a Venezuela tem sido a república americana que mais tem aperfeiçoado suas instituições políticas, também tem sido o mais claro exemplo da ineficácia da forma democrática e federal para nossos nascentes Estados.

Em 1819, no decisivo Congresso de Angostura, na Venezuela, Bolívar propunha que o Senado, ao invés de ser eleito, deveria ser hereditário, para evitar “as investidas” do povo. Nesse mesmo discurso, dizia que “a liberdade indefinida e a democracia absoluta são os escolhos onde foram se arrebentar todas as esperanças republicanas”. Mais tarde, em 1825, em pronunciamento diante do Congresso Constituinte da Bolívia, propôs a presidência vitalícia para o país:

O presidente da república nomeia o vice-presidente, para que administre o Estado e o suceda no poder. Por esta providência, evitam-se as eleições, que produzem a grande calamidade das repúblicas, a anarquia, que é o luxo da tirania e o perigo mais imediato e mais terrível dos governos populares.

Outra figura importante do período da independência foi o argentino Bernardo de Monteagudo. Na juventude, foi ardoroso adepto da democracia e diretor da Sociedade Patriótica, fundada em Buenos Aires em 1812. Acompanhou San Martín, de quem foi secretário, na épica travessia dos Andes. Depois da independência do Peru, ocupou o cargo de ministro do Exterior. Lá fez inimigos políticos poderosos e terminou a vida misteriosamente assassinado em uma rua de Lima, em 1825. Com o passar dos anos, moderou mais e mais suas convicções, tornando-se monarquista. Escreveu em 1823, depois de sua breve experiência política no Peru: “É necessário concluir que as relações que existem entre amos e escravos, entre raças que se detestam e entre homens que formam tantas subdivisões sociais quantas modificações há em sua cor, são inteiramente incompatíveis com as ideias democráticas.”

Nas décadas de 1820 e 1830, foram os liberais que se detiveram em pensar, de forma mais consistente, sobre as questões em torno da democracia, elaborando justificativas que impunham limites à soberania popular. Tomemos dois Estados, a Argentina e o México, para entendermos este último ponto.

A Argentina depois da independência estava dividida politicamente entre aqueles que propunham um governo centralizado – os unitários – e os que advogavam a autonomia radical das províncias – os federalistas. As divergências entre eles foram de tal envergadura que acarretaram guerras civis intermitentes. Líderes políticos locais ou provinciais, chamados de caudilhos, à frente de grupos armados, impediram a organização de um Estado nacional centralizado até 1862, quando Bartolomeu Mitre assumiu a presidência nacional.

Essas disputas eram o resultado das muitas diferenças entre as regiões da futura Argentina. A província de Buenos Aires com suas estâncias de gado e seu dinâmico porto desejava controlar as rendas da aduana em proveito próprio e não queria a livre navegação dos rios, como o Paraná e o Uruguai. A região do chamado litoral dos rios, onde estavam as províncias de Entre Rios e Santa Fé, lutava, ao contrário, pelo livre-comércio nas águas desses rios. O interior – e suas grandes cidades como Córdoba, Mendoza e Tucumán – fora muito importante durante o período colonial até a segunda metade do século XVIII, e tinha estabelecido uma dinâmica econômica e cultural própria. Desse modo, era extremamente difícil harmonizar os interesses dessas três regiões e construir um Estado que os representasse. Assim, se entende a força dos federalistas e o apoio local e popular que receberam.

Dentre os federalistas, estavam o governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas e Facundo Quiroga, poderoso caudilho da província de La Rioja. Esses líderes nem sempre advogavam posições semelhantes a respeito de muitos temas, como por exemplo, a própria organização do Estado nacional. Enquanto Quiroga pensava ser necessária a criação de um Estado dentro do sistema federalista, Rosas entendia que cada província devia primeiro se organizar e se estabilizar para só então poder se constituir a Federação. Dentre os unitários, a figura já lendária do derrotado general José Maria Paz, natural de Córdoba, permanecia ainda como símbolo de resistência contra o poder dos federalistas.

Depois de uma efêmera experiência, na década de 1820, em que o país esteve unificado sob um governo centralizado, a Argentina estava organizada como uma instável federação de províncias. Em Buenos Aires, o estancieiro Juan Manuel de Rosas chegou ao governo da província em 1829. Com um breve intervalo, ali permaneceu até 1852, quando, na grande batalha de Caseros, foi derrotado por um exército comandado por Justo José de Urquiza, natural de Entre Rios, do qual faziam parte tropas do Império Brasileiro (ver box “Conflitos no Prata”). Rosas governou Buenos Aires com mão de ferro. Por intermédio de uma série de pactos com outros governadores ficou encarregado dos Negócios Estrangeiros do futuro país. Depois do assassinato de seu importante rival político, Facundo Quiroga, em 1835, seu poder político estendeu-se por todo o país.

## CONFLITOS NO PRATA

Desde o início, em 1810, das lutas pela independência das colônias espanholas, Portugal (posteriormente também o Brasil) e Argentina disputaram o domínio sobre a Banda Oriental. Quando José Artigas iniciou, em 1811, as lutas pela independência do futuro Uruguai, o Império Português entendeu que era o momento apropriado para atingir seus antigos objetivos, mobilizando suas forças para intervir na região. A movimentação e as propostas de Artigas eram consideradas perigosas aos olhos Coroa portuguesa, porque estavam voltadas para as aspirações populares. Isso levou à primeira (e frustrada) intervenção portuguesa, na Banda Oriental, em 1811. Mas, do outro lado do estuário, Buenos Aires comandava as lutas para se tornar independente da Espanha. Conquistando rapidamente seguidas vitórias, projetava manter sua hegemonia sobre os mesmos territórios que haviam composto o antigo Vice-reinado do Rio da Prata. Desse modo, tanto a Banda Oriental, quanto o Paraguai “deveriam” fazer parte das nascentes Províncias Unidas do Rio da Prata. Assim, as ambições portuguesas e portenhas se enfrentaram em torno do território do futuro Uruguai. Em 1816, quando Artigas lutava contra os Unitários portenhas e desagradava, com suas propostas radicais de confisco de terras, à elite mercantil e proprietária da Banda Oriental, os portugueses novamente mandaram tropas por terra e por mar para a região, culminando suas ações com o cerco a Montevidéu. Receberam apoio de proprietários rurais e de comerciantes, descontentes com Artigas. Este acabou derrotado em 1820, deixando o território da Banda Oriental para sempre. Aproveitando-se da debilidade dos portenhas – provocada pelas lutas políticas locais que os dividiam –, os portugueses, temporariamente vitoriosos, incorporaram, em 1821, a Banda Oriental a seu Império, com o nome de Província Cisplatina. Com a independência brasileira, em 1822, o imperador D. Pedro I seguiu a política externa já estabelecida. A província Cisplatina “pertencia” ao novo país.

No entanto, as ambições brasileiras sobre o território da Banda Oriental começaram a ser soterradas em 1825. A luta dos uruguaios pela reconquista anulou os compromissos políticos com o Brasil e reintegrou a Banda Oriental ao território das Províncias Unidas do Rio da Prata. A guerra desencadeada entre Brasil e Argentina terminou sem vencedores. Com a arbitragem da Grã-Bretanha, o Estado Oriental do Uruguai, como país soberano, nasceu em 1828.

Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, abriu-se com a menoridade do sucessor ao trono brasileiro o período conhecido como o das Regências. Nesses anos, o Brasil foi sacudido por uma série de rebeliões de forte cunho regionalista, muitas delas propondo a separação do resto do país, constituindo-se em ameaçador perigo da dissolução “da ordem e da unidade” do Império. A mais longa dessas rebeliões foi a Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul, que pôs em risco a manutenção das “fronteiras naturais” do sul do país. A tentativa de separação se alicerçava em propostas republicanas de governo, concretizadas na criação da República de Piratini. O fantasma da perda da Província Cisplatina rondava a corte imperial, e o envolvimento de grupos uruguaios nas lutas indicava a permanência de interesses econômicos e políticos comuns, assim como de fronteiras bastante flexíveis.

No final da década de 1840, o Brasil trabalhava pela derrubada de Oribe, líder dos Blancos uruguaios, e do poderoso governador federalista de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas. Para tanto, aliou-se a seus inimigos internos, como o governador de Entre Rios, Justo José de Urquiza, e aos Colorados uruguaios e buscou (em vão) também aliados no Paraguai. Os resultados dessas intervenções foram muito positivos para o Brasil. Em 1851, Oribe era derrubado no Uruguai, refugiando-se temporariamente em Buenos Aires. Em 1852, na impressionante Batalha de Caseros, em que se confrontaram 50 mil homens, Rosas caiu derrotado pelo conjunto de forças nacionais e estrangeiras. Finalmente foi assinada uma série de tratados com a república uruguaia, de interesse para o Brasil.

Na província de Buenos Aires, Rosas deu atenção especial à questão da fronteira, expandindo-a em direção ao sul, por intermédio de campanhas militares contra os índios, buscando garantir mais segurança para os donos de terra. Conseguiu grande respaldo social, respondendo, de um lado, às demandas dos setores estancieros, pois legalizou a propriedade da terra e disciplinarizou a força de trabalho; e, de outro, atendeu a certas reivindicações populares, fato que lhe rendeu apoio entusiasmado. Em carta a um correligionário, datada de 1829, afirmava que os indivíduos que nada tinham se indispunham contra “os ricos e superiores”. Desse modo, para não causar “maiores males”, entendia que era “muito importante conseguir uma influência grande sobre essa classe [os pobres] para contê-la ou para dirigi-la; para

isso foi preciso que eu trabalhasse com muita constância, com muitos sacrifícios de comodidades e de dinheiro, fazer-me 'gaúcho' como eles, falar como eles e fazer quanto eles faziam; protegê-los, fazer-me seu 'apoderado', cuidar de seus interesses, enfim, não economizar trabalho nem meios para crescer mais em seu conceito”.

Rosas teve plenos poderes, depois de 1835, para governar Buenos Aires e não aceitava contestação a seu governo. A lealdade a ele devia ser pública com o uso obrigatório de variados emblemas com a cor vermelha, a cor dos federalistas; aos inimigos, a mazorca, a degola, a prisão, o exílio. Seus adversários o representavam como a encarnação do absolutismo, arbitrariedade e barbárie.

Para escapar da repressão por parte do regime rosista, seus opositores foram empurrados ao exílio. Fugindo de uma possível prisão ou mesmo da morte, instalaram-se, em geral, no Uruguai ou no Chile, onde se organizaram e mantiveram, por intermédio de seus escritos, forte resistência política contra o governador. Esse grupo de intelectuais e políticos ficou conhecido como a *Geração de 37*, a primeira de uma série de futuras gerações de exilados políticos latino-americanos.

Desse grupo fazia parte Estebán Echeverría, que nasceu em Buenos Aires, em 1805, e morreu no exílio em Montevideú, no ano de 1851. Ainda que mais conhecido como literato, desenvolveu intensa atividade política contra o governador da província de Buenos Aires. O jovem Echeverría, depois de viver na França, entre 1826 e 1830, e conhecer os debates políticos e ideológicos que lá se travavam, voltou à Argentina, alinhando-se com aqueles que se opunham ao rosismo. Foi um dos fundadores, em 8 de julho de 1838, de uma associação secreta, denominada *Jovem Argentina*, inspirada nas congêneres europeias, *Jovem Itália*, *Jovem Europa*, idealizadas pelo republicano italiano Giuseppe Mazzini. Propunha a formação de um Estado guiado pelos princípios liberais e pelas luzes da razão que moldariam uma Constituição a ser seguida e respeitada, pondo fim, por meio da conciliação, às lutas que dividiam a Argentina. Echeverría era o presidente da Associação e outros dois importantes intelectuais, Juan Bautista Alberdi e Juan María Gutierrez, integravam sua direção.

Em 1839, a Associação Jovem Argentina publicou no jornal *El Iniciador*, de Montevideú, um manifesto que recebeu uma segunda edição redigido por Echeverría em 1846, no exílio no Uruguai, tomando o título definitivo de *Dogma socialista de la Asociación de Mayo*. Morreu em Montevideú, em 1851, sem ver, portanto, a derrubada de Rosas do poder, no ano de 1852.

O *Dogma*, composto por vários tópicos, é uma síntese dos princípios políticos defendidos por Echeverría e se inicia com a enumeração das palavras simbólicas do que ele denominava a *Fé da jovem geração argentina*: Associação, Progresso, Fraternidade, Igualdade, Liberdade, Deus, Democracia. Seriam elas que fariam a Argentina “sair do caos” para encontrar “a luz que a guie” e “a crença que a anime”.

São suas reflexões sobre o conceito de democracia que nos interessam de forma particular. Democracia, para ele, se confundia com a ideia de soberania popular, isto é, que o poder legal e efetivo residia e emanava do povo. Em se tratando da política e da “coisa pública”, todos os indivíduos deviam se guiar pela razão e não pela vontade ou pelos sentimentos. Segundo ele, a razão examinava, pesava, decidia, enquanto a vontade era cega, caprichosa, irracional. Portanto, apenas a parte sensata e racional da comunidade social podia exercer a soberania. A democracia não era, dessa forma, o despotismo das massas nem das maiorias, e sim o regime da razão. Os ignorantes que não podiam distinguir o bem do mal deviam se submeter aos que tinham o domínio das luzes; e os vagabundos e aqueles que não tinham ofício não podiam fazer parte da soberania do povo, porque não possuíam qualquer interesse ligado à sociedade, necessitando, portanto, de tutela. Obviamente, referia-se à tutela das elites. No entanto, as massas ignorantes ainda que privadas do exercício dos direitos de sua soberania ou de sua liberdade política estavam em pleno gozo de sua liberdade individual. Segundo Echeverría, as massas tendiam ao despotismo, estavam guiadas pelos instintos e eram sensíveis ao império da vontade e não ao da razão.

Finalmente, anunciava que quando todos os membros da sociedade estivessem em plena posse das liberdades – a individual, a civil e a política – e as exercessem, então estaria constituída plenamente a democracia. Mas, para se atingir tal estado, era necessário preparar as massas para o desempenho

das atividades políticas por meio da educação, que lhes seria ministrada por aqueles detentores das luzes. Assim, fechava-se o círculo dos eleitos para o exercício da democracia e daqueles que ficavam de fora, aguardando o consentimento dos ilustrados. No final do texto, afirmava sem deixar dúvidas: “A soberania só reside na razão coletiva do Povo. O sufrágio universal é absurdo. Não é nossa a fórmula dos ultrademocratas franceses: tudo para o Povo e pelo Povo, mas sim, a seguinte: *tudo para o Povo e pela razão do Povo.*”

Sem dúvida, Echeverría se apropriou das referências teóricas dos franceses – em especial Saint Simon, Leroux e Lamennais –, mas seus olhos estavam cravados nos dramas sociais da Argentina daquele período. Rosas, “o bárbaro”, “o déspota”, contava com apoio popular, repetidamente reiterado em momentos de crise. As “massas” que lhe davam sustentação política eram conseqüentemente perigosas, deixavam-se levar pelos instintos e pela vontade enganadora. Os civilizados, guiados pelas luzes da razão, capazes de distinguir o bem do mal, constituíam-se no único grupo apto para exercer o poder, após a derrubada do ditador Rosas. Para levar a Argentina ao caminho do progresso, fazia-se necessário encontrar os meios legais que impedissem a participação política dos despreparados. No *Dogma*, Echeverría apresentou uma análise sucinta, refletida e pormenorizada do conceito de democracia, justificando com argumentos filosóficos a exclusão dos setores populares do exercício legal da política e da gestão da nação.

No México, formaram-se dois grupos políticos: os liberais e os conservadores. Diferentemente do que ocorreu no Brasil do século XIX, estes dois partidos chegaram à guerra civil, porque seus projetos para a construção do Estado eram profundamente antagônicos. De maneira geral, podemos afirmar que os conservadores tinham preferência pelo regime monárquico, estavam ligados estreitamente à Igreja Católica e eram defensores dos foros privilegiados da Igreja e do Exército e das demais corporações coloniais. Como em nenhum outro país da América Latina, a luta pelos bens da Igreja dividiu tão fortemente a sociedade e deflagrou uma guerra civil de proporções tão agudas.

Os liberais defendiam a República, queriam um Estado separado da Igreja e exigiam a extinção dos foros especiais eclesiásticos e a nacionaliza-

ção de seus bens, assim como a desestruturação das formas de organização social próprias da colônia, incluindo as das comunidades indígenas. Não havia, como na Argentina, tão fortes divisões entre as regiões que compunham o país; a consolidação do Estado mexicano só aconteceu na segunda metade do século XIX. Para darmos apenas um exemplo, toda a região do Yucatán entrou e deixou a Federação mexicana por mais de uma vez. Como veremos no próximo capítulo, a longa luta terminou com a vitória dos liberais e a subordinação da Igreja ao Estado laico.

Nesse quadro, é interessante analisar a visão de um liberal sobre a mesma questão debatida na Argentina, a da participação política popular. José María Luis Mora nasceu em Guanajuato, em 1794, e morreu em Paris, em 1850. E, a despeito de ter recebido as ordens sacerdotais, inscreveu-se nos debates políticos do México pós-independência como um dos mais notáveis defensores dos princípios liberais, identificando-se fortemente com o liberalismo constitucional francês, especialmente com o de Benjamin Constant. Mora estudou no antigo e prestigiado Colégio de Santo Ildefonso, fundado pelos jesuítas, e depois tomou as ordens sacerdotais. Exerceu uma atividade política e intelectual intensa: pertenceu à maçonaria, foi designado membro da deputação provincial do México em 1822, e foi uma espécie de conselheiro do governo liberal de Valentin Gómez Farías, em 1833; com a derrubada do governo pelos conservadores, partiu no ano seguinte para a Europa, onde viveu os últimos 16 anos de sua vida. Expôs suas ideias em vários periódicos políticos que criou e dirigiu como, por exemplo, o *Observador da República Mexicana* (de 1827 a 1830). Fez, também, incursões pela história, tendo projetado uma história do México desde a independência, em oito volumes, dos quais se conhecem apenas três.

Ainda que tivesse recebido as ordens sacerdotais e ensinado no Colégio de Santo Ildefonso, distinguiu-se por um anticlericalismo militante que foi se acentuando com o passar dos anos. Declarou que discordava do partido que representava “sua classe” [o clero] e que renunciava a “todos os privilégios civis” dela, pois sua posição política o colocava contra todo tipo de privilégios. O combate que Mora propunha estava sendo travado contra os privilégios coloniais, encastelados fundamentalmente na Igreja e no Exército, entendidos por

ele como as forças do retrocesso. O “partido do progresso”, que ele defendia, propunha a desamortização dos bens da Igreja, a abolição dos privilégios do clero e do Exército, a difusão da educação pública, a liberdade de opinião, a igualdade para os estrangeiros e o estabelecimento do tribunal do júri. Sua reflexão política alicerçava-se, assim, nos princípios do liberalismo elaborados na Europa, mas era alimentada pelas questões específicas da sociedade mexicana, seus conflitos e lutas sociais. *h*

Alguns dos maiores males da República – caos político, desordem social, lutas intestinas –, segundo ele, tinham sido causados pela “perigosa e funesta palavra igualdade”. Os excessos da teoria igualitária da democracia política podiam ser medidos pela “escandalosa profusão com que se prodigaram direitos políticos, fazendo-os extensivos e comuns até as últimas classes da sociedade”. Em nome da igualdade, um punhado de homens “sem educação e sem princípios” ocuparam postos públicos, levando a administração do Estado ao desastre.

As “paixões populares” haviam transformado a Câmara dos Deputados em algo semelhante à Convenção francesa, no período revolucionário, pois não era mais um “instrumento ativo” governado pela “razão dos representantes”, e sim um “corpo passivo” sujeito à “vontade de um número de facciosos, charlatães e atrevidos”. A calma e a deliberação racionais tinham dado lugar à paixão e, mais uma vez, os direitos individuais estavam reduzidos em nome da “vontade geral”, numa refutação direta das ideias de Jean-Jacques Rousseau. Em seu *Catecismo político de la Federación Mexicana*, de 1831, escrito em forma de perguntas e respostas, atacava o conceito de soberania popular e vontade geral, propondo a ação de uma “autoridade competente”, que fosse capaz de controlar essa “vontade geral”.

Para se precaver de todos esses males, Mora prescrevia a limitação da participação política popular e determinava que o Congresso fixasse “as condições para exercer o direito de cidadania em toda a República e que por elas ficassem excluídos de seu exercício todos os que não pudessem inspirar confiança alguma, isto é, os não proprietários”. Propriedade, para ele, era a posse de bens capazes de oferecer ao indivíduo meios de uma subsistência desafogada e independente; dizia não estar se referindo

apenas aos donos de terras, mas também a todos que exercessem profissões produtoras de condições para uma vida cômoda. Associando razão e propriedade, elegia essa parte da sociedade para exercer os direitos políticos, pois era “a única a possuir responsabilidades para com o bem comum”.

Para prevenir o perigo de uma nova rebelião camponesa (como a da independência), era necessário que o poder político estivesse em mãos daqueles que possuíssem qualidades adequadas para manter a ordem e também sensibilidade suficiente para precaver-se das “revoluções dos homens”, prescrevendo as “revoluções do tempo”. Para tanto, era mister que a soberania popular e a participação democrática ficassem postergadas para o seu “devido tempo”, pela prudência e perspicácia dos governantes. O povo devia aguardar e ter paciência, até que, por meio da educação, fosse preparado para exercer as liberdades políticas. Insistia: “O elemento mais necessário para a prosperidade de um povo é o bom uso e exercício de sua razão, coisa que só se consegue pela educação das massas, sem as quais não pode haver governo popular”.

Essa era também a visão de um liberal mais radical como Lorenzo de Zavala. Afirmava, em 1833, que no México não havia e não haveria democracia, pois o “despreparo” da população era enorme. Segundo ele, dos 200 mil votantes do Estado do México, dois terços eram analfabetos, metade não tinha o que vestir, um terço não sabia espanhol e três quintos eram instrumentos do partido que estava no poder. Estava subtendido nessa declaração que os índios não tinham capacidade para desempenhar qualquer atividade política e que o “povo” em geral não sabia fazer a escolha correta no momento de votar. Por isso, advogava a limitação do voto apenas aos proprietários, como meio para “evitar a demagogia e a intriga política”. Nenhum desses ideólogos e políticos julgava possível a ideia de que índios, mestiços, brancos pobres ou mulheres fossem capazes de aprender por eles mesmos as regras do jogo democrático e decidir quem melhor os representaria politicamente.

Em suma, durante o século XIX, o descontentamento dos setores subalternos da sociedade emergiu, em diversos países da América Latina, na forma de rebeliões camponesas ou urbanas, que foram duramente reprimidas. Essas demandas populares precisavam de respostas políticas – como

as que mostramos – da parte dos grupos dirigentes que tinham como objetivo principal a garantia da ordem social. Em nome da ordem como valor absoluto, fundamentavam a permanência do poder limitado nas mãos das elites por serem elas consideradas o único grupo social com “preparo” político para exercê-lo. Tal proposta de exclusão das classes populares do universo decisório da política foi a vitoriosa não apenas na Argentina e no México, mas também em toda a América Latina. As justificativas engendradas foram repetidas incansavelmente e se mantiveram fortes até o século XX, alijando a maior parte da população dos direitos de cidadania.





## Projetos liberais e populações indígenas no século XIX

**B**enito Juárez foi protagonista da chamada Reforma Liberal, que nos anos 1850 e 1860 procurou dissolver as formas tradicionais de posse corporativa de terras e de bens imóveis, instaurando uma profunda inflexão na estrutura da Igreja Católica e dos *pueblos* indígenas que ganharam corpo através dos séculos de colonização espanhola.

Juárez nasceu em 21 de março de 1806 no remoto *pueblo* de San Pablo Guelatao, na Sierra de Ixtlán, em Oaxaca, poucos anos antes de o movimento independentista de Miguel Hidalgo e José Maria Morelos atemorizar as elites vice-reinais com a explosão de revolta dos índios e mestiços sob o jugo espanhol. Hidalgo e Morelos terminariam condenados à morte e o movimento que encabeçaram, violentamente debelado.

Três anos depois do fuzilamento do padre Morelos, o menino Benito Juárez, de etnia zapoteca,

encontraria uma saída individual para sua infância de pobreza e exclusão. Como relatou na sua autobiografia *Apuntes para mis hijos*, no dia 17 de dezembro de 1818, aos 12 anos de idade, deixou a casa de parentes, com quem vivia desde a morte precoce dos pais, seguindo a pé até a cidade de Oaxaca. Lá, com o apoio de uma irmã mais velha que trabalhava como cozinheira, conseguiu sobreviver até ser adotado pelo franciscano e encadernador de livros Antonio Salanueva, o qual lhe abriu “o caminho da educação”, título do segundo capítulo da sua autobiografia.

Matriculado inicialmente no Colégio Seminário da cidade, preferiu transferir-se para uma instituição laica quando, em 1821, foi aberto em Oaxaca o Instituto de Ciências e Artes. Formou-se advogado, fez-se juiz e governador do estado de Oaxaca entre 1847 e 1852. Em 1853, Benito Juárez teve de exilar-se no sul dos Estados Unidos por sua oposição à ditadura conservadora de Antonio López de Santa Anna. Nessa conjuntura, participou da elaboração do Plano de Ayutla, movimento liberal que provocaria a renúncia do todo-poderoso general Santa Anna.

A trajetória de Benito Juárez simboliza algumas das dinâmicas fundamentais do século XIX no México e, em alguma medida, na América Latina. No período pós-independência, ganhou corpo uma corrente política que defendia a realização de mudanças profundas na estrutura social herdada da colônia, com vista à sua modernização. O professor de Teologia José María Luis Mora tornou-se um dos principais mentores teóricos da chamada corrente liberal, ao mesmo tempo que Valentín Gómez Farías, vice-presidente e depois presidente do país durante os anos 1830, introduzia as primeiras reformas que alvejavam um pilar da velha ordem vice-reinal – a Igreja Católica.

A obrigatoriedade do pagamento do dízimo e o extraordinário patrimônio imobiliário rural e urbano que a Igreja detinha em caráter de bens amortizados (ou seja, não comercializáveis) foram alguns dos alvos dos ataques retóricos e políticos perpetrados por Mora e Gómez Farías. O México moderno não poderia florescer sob o peso do poder e das prerrogativas políticas e econômicas gozados pela Igreja.

Paralelamente, Mora e os partidários do liberalismo voltaram sua atenção a outro aspecto que consideravam fazer perpetuar a velha ordem – as populações indígenas, assentadas sobre a estrutura corporativa das terras

comunitárias. Originário do mundo rural e indígena, Benito Juárez atuou nos anos 1830 como advogado de *pueblos* envolvidos em conflitos por terra, tributos e dízimos que oneravam sua existência. Em 1834, por exemplo, representou os índios loxica, no estado de Oaxaca, em uma querela contra um padre que lhes exigia o pagamento do dízimo. O advogado chegou a ser preso em meio à contenda a mando das autoridades locais.

Como manifestou em diferentes discursos, Juárez considerava as pesadas contribuições cobradas dos índios um dos fatores responsáveis por seu embrutecimento, degradação e ignorância. Comungando da perspectiva de outros liberais, postulava a emancipação do indígena através da escola primária e da abolição das comunidades.

Na Oaxaca do século XIX, esse não era um problema pontual. Em meados do século, cerca de 88% dos 542.938 habitantes do estado eram indígenas. As terras comunais ocupavam boa parte do território no estado, em posse de 939 *pueblos*, contra 78 *haciendas* em 1844.

### GUERRA ENTRE O MÉXICO E OS ESTADOS UNIDOS

A história da guerra entre o México e os Estados Unidos está relacionada com a ocupação do Texas, que era território espanhol desde o período colonial. Depois que os Estados Unidos compraram a Louisiana da França, em 1803, a Coroa espanhola decidiu autorizar o estabelecimento na região de grupos originários do Canadá francês, da Irlanda católica, e mesmo protestantes anglo-americanos, prussianos ou holandeses, em razão da necessidade de ocupar a nova linha de fronteira do Império Espanhol, que incluía a pouca povoada região do Texas.

Após a derrota de Napoleão Bonaparte, o tratado Adam-Onís, de 1819, regularizou o problema das fronteiras do Império Espanhol na América do Norte. A Espanha voltou a adotar políticas que favoreciam a ocupação da região. Foi nesse contexto que o norte-americano Moses Austin (1761-1821), que fora súdito da Coroa espanhola até que o Missouri se incorporasse aos Estados Unidos, solicitou ao monarca autorização para colonizar o Texas com 300 famílias. Austin obteve apoio das lideranças locais, amedrontadas com os permanentes ataques realizados por indígenas, e por fim a autorização real, expedida em princípios de 1821, a qual impunha, entre outras, a condição de que os colonos jurassem obediência ao império e ao catolicismo.

Moses Austin faleceu no mesmo ano, mas seu filho Stephen (1793-1836) levou adiante o projeto. Após a independência do México, novos juramentos de lealdade lhe foram exigidos, inclusive o de respeito à lei que proibia o tráfico de escravos no Texas. Seguiram-se a queda do Império de Iturbide e a instauração da República no México, que reiterou as prerrogativas de Stephen Austin no Texas.

O governo federal regulamentou as formas de concessão de terras na região, em termos que se revelaram muito atraentes para colonizadores norte-americanos, estes em pleno movimento de busca de oportunidades nos territórios a oeste que se abriam ao "Destino Manifesto". À medida que a comunidade de colonos crescia, Austin galgou posições de liderança política e militar. A organização dos colonos não tardou a redundar em conflitos com residentes mexicanos das zonas de fronteira. Nos anos 1830, alertado sobre as tensões, o governo federal incumbiu o general Mier y Terán de restabelecer o controle sobre a fronteira.

A partir de então, tiveram lugar duras negociações entre México e Estados Unidos em torno das prerrogativas e proibições concernentes aos colonos norte-americanos no Texas. O tema da escravidão, praticada pelos colonos apesar das restrições legais, foi um dos objetos da discórdia. A separação do Texas do estado de Coahuila, ao qual havia sido subordinado desde que promulgada a Constituição de 1824, tornou-se uma bandeira cada vez mais presente entre os colonos liderados por Austin. E o anseio da separação transformou-se em sublevação independentista.

Em princípios de 1836, tropas mexicanas lideradas pelo general Santa Anna entraram no Texas. Entrementes, uma missão de colonos partiu para os Estados Unidos em busca de apoio. Em março do mesmo ano, proclamou-se a emancipação do Texas. A Declaração de Independência listava, como motivações, a tirania militar, a intolerância religiosa, a falta de escolas e a subordinação a Coahuila. Os rebeldes acenavam com a perspectiva de anexação aos Estados Unidos.

Feito prisioneiro, o general Santa Anna ordenou o recuo das tropas federais e assinou o tratado que reconhecia a independência, tratado este que o Senado recusou-se a ratificar. Os anos que se seguiram foram de graves tensões nas relações diplomáticas envolvendo todos aqueles com pretensões territoriais na região, desde México e Estados Unidos até França e Inglaterra.

Em abril de 1846, aproveitando-se de um incidente militar na fronteira, os Estados Unidos enviaram uma declaração de guerra ao Congresso mexicano. As forças federalistas no México tomaram a frente da reação e convocaram o general Santa Anna para conduzi-la. A guerra estendeu-se até meados de 1847, quando foi assinado um armistício. Nas negociações de paz, o México perdeu, além de definitivamente o Texas, o Novo México e a Alta Califórnia. Conseguiu salvar a Baixa Califórnia, que ficou incorporada ao estado de Sonora. Ao todo, perdeu metade do seu território, uma área de 2.400.000 quilômetros quadrados. Muitos expansionistas alinhados com o presidente democrata James K. Polk, eleito em 1844 com a promessa de anexar o Texas, manifestaram sua censura a Nicholas P. Trist, representante diplomático dos Estados Unidos nas conferências de paz encerradas. Os expansionistas consideraram o Tratado de Guadalupe Hidalgo, assinado em fevereiro de 1848, condescendente com o México. Ainda assim, Trist manifestou sua vergonha pela humilhação que as perdas territoriais impingiam aos derrotados. A postura que assumiu provocou sua demissão logo que encerrada a missão e depois da recusa do governo de Polk em cobrir as despesas de Trist no Texas.

Com o êxito da Revolução de Ayutla, em 1854, os liberais não tardaram a implementar as diretrizes do seu projeto de nação. Em 1855, a chamada Lei Juárez cancelou os privilégios jurídicos dos eclesiásticos. Em 1856, foi promulgada a Lei Lerdo, de autoria de Miguel Lerdo de Tejada, ministro do Desenvolvimento do presidente liberal Ignacio Comonfort. Determinava a “desamortização” dos chamados “bens de mão morta”, ou seja, o fim da restrição para que terras e imóveis, pertencentes a corporações, fossem transferidos a mãos privadas e comercializados como mercadoria. No caso da Igreja, estabelecia-se um prazo para que os imóveis rurais e urbanos pertencentes à corporação fossem comprados por seus inquilinos; passado o prazo legal, esses bens imobiliários poderiam ser adquiridos por outros interessados. No que diz respeito aos *pueblos*, a lei previa a divisão das terras comuns entre os habitantes da comunidade e a conversão dos novos lotes em propriedade privada. Buscava-se, assim, integrar os indígenas ao mercado, como pequenos proprietários produtores e consumidores de mercadorias, e à nação, como cidadãos individualizados.

A Lei Lerdo fez estremecer as imponentes estruturas da Igreja no México. A instituição cerrou suas fileiras contra o governo, aproximando-se de seus tradicionais aliados do Partido Conservador, defensores de um Estado Mexicano fiel ao legado colonial. Os liberais responderam com a radicalização de seu plano. Em 1859, decretaram a nacionalização dos bens eclesiásticos. Igrejas, monastérios e outras riquezas patrimoniais foram confiscados pelo Estado, acirrando os confrontos armados e o recurso à violência.

A guerra civil obrigou Juárez, alçado à presidência da República em 1858, a abandonar a Cidade do México e a organizar um governo itinerante de resistência, que vagou de Veracruz a outros pontos ao norte do país. A luta recrudescceu com a chegada, em 1864, de Maximiliano de Habsburgo, enviado ao país, sob a proteção de Napoleão III, como imperador do México. Um ano antes, Napoleão III ordenara a invasão do México pela França, em consórcio com Espanha e Inglaterra, a fim de cobrar dívidas não saldadas pelo governo juarista.

Os interesses da França em estender seu movimento de expansão imperial à América Latina articularam-se com a pressão de conservadores mexicanos enfiados na Corte de Napoleão. O arquiduque Maximiliano de Habsburgo, irmão do imperador austro-húngaro Francisco José I, o primogênito na linhagem dinástica, congratulou-se com a oportunidade de coroação como monarca de outro Império.

Mas o imperador importado pelo México frustrou as expectativas dos diplomatas do Partido Conservador. Maximiliano buscou implementar reformas que protegessem os súditos indígenas da ganância dos antigos senhores e escolheu permanecer no México mesmo após a retirada das tropas francesas, que lhe davam suporte. Terminou refém dos liberais, os quais jamais reconheceram a soberania do Império. Foi fuzilado por ordem de Benito Juárez, nos arredores da cidade de Santiago de Querétaro, em junho de 1867.

A derrota de Maximiliano significou a vitória das forças liberais. Benito Juárez restabeleceu-se na Cidade do México e o país ingressou em uma nova era de reformas modernizadoras. Porfirio Díaz, herói das campanhas de resistência contra os franceses, tornou-se presidente do país em 1876, após um bem-sucedido levante militar contra o presidente sucessor de Juárez, Sebastián Lerdo de Tejada. Ocupou o posto, com uma interrupção formal entre 1880 e 1884, até princípios de 1910, quando eclodiu a Revolução Mexicana.

Ciente das forças vulcânicas que os séculos de colonização espanhola haviam legado ao México independente, procurou selar a paz com a Igreja. Manteve as leis liberais que restringiam suas possibilidades de enriquecimento e proselitismo, mas permitiu, na prática, que a Igreja recobrasse vigor. Por essa razão, ao fim do Porfiriato, o confronto entre forças católicas e anticlericais provocaria um segundo ato do que aconteceria no México nas décadas de 1850 e 1860.

Nos primeiros tempos de seu governo, Porfirio Díaz também ofereceu uma trégua às comunidades. Embora a Reforma Liberal não tenha levado a um desaparecimento imediato dos *pueblos*, a ausência da proteção legal às terras comunitárias e a pressão pelo parcelamento dos lotes fragilizaram as populações camponesas. Ou seja, muitas comunidades perderam terras para cultivo e criação de rebanhos, seja pelo avanço de forasteiros ou de fazendas vizinhas sobre suas parcelas, seja por moradores que aceitaram vender a parte que lhes coube.

Mas o ritmo de desarticulação das comunidades variou drasticamente conforme a região. Entre outros fatores, a relativa ambiguidade da lei pesou em favor de sua continuidade. Em qualquer *pueblo* típico, os terrenos se dividiam em cinco partes: o fundo legal, espaço que compreendia o centro e a área habitada do povoado; o “ejido”, com suas terras de pastoreio, recreação e diversos usos públicos; as áreas para repartir, que constavam de parcelas individuais, possuídas em usufruto por membros do *pueblo*; os chamados próprios, terras trabalhadas em forma comunal para contribuir com os gastos da comunidade, e que muitas vezes eram arrendadas; e, finalmente, os montes e águas. O artigo oitavo da Lei Lerdo protegeu o fundo legal e o “ejido”. Em todos os outros quesitos, a teoria e a prática foram claras e irreversíveis, visando acabar com o “vício comunal”.

Além disso, a implementação da lei revelou-se tão complexa e deu margem a tantos abusos, que Benito Juárez chegou a congelá-la no estado de Oaxaca quando foi governador, entre 1856 e 1857. A ação de Benito Juárez somaram-se outras que indicavam uma falta de consenso entre os grupos dirigentes sobre como proceder. As disparidades se intensificaram durante a invasão francesa e a instauração do Império no México. Se Maximiliano de

Habsburgo ratificou as leis de desamortização dos bens de corporações civis, por outro lado ditou outras que restabeleceram o direito dos *pueblos*, como atores coletivos, a administrar e possuir terras. As comunidades souberam aproveitar as dissensões para aumentar seu poder de barganha.

Em muitas regiões, os *pueblos* foram capazes de incorporar, gradualmente, as novas ferramentas jurídicas introduzidas pela Reforma, pagando advogados e movendo processos para defender suas terras. Nesse sentido, por diferentes vias, empenharam-se em reagir aos efeitos da nova legislação e proteger suas terras e interesses. Como ocorria desde a época colonial, valeram-se de intermediários letrados para mover processos judiciais, produzir petições e trocar correspondências com autoridades.

Foi também por essa via que Porfirio Díaz aproximou-se de muitos *pueblos* a partir dos anos 1870, oferecendo-lhes algum nível de proteção em troca de lealdade política. No povoado natal de Emiliano Zapata, Anenecuilco, no estado de Morelos, havia um clube porfirista que se dirigia por carta ao general solicitando que intervisse em sua defesa contra a fazenda vizinha El Hospital. A fazenda era acusada de espoliar terras reservadas a Anenecuilco. Porfirio Díaz parecia inclinar-se à proteção dos bens e direitos ancestrais das comunidades e foi reconhecido como um possível mediador dos conflitos agrários.

Todavia, à medida que se acelerava o processo de modernização econômica no México de fins do século XIX e princípios do século XX, graças à expansão da ferrovia, da estrutura portuária e da produção voltada ao mercado externo, o governo foi cada vez mais deixando o caminho aberto para o privilégio dos mais fortes. Às vésperas da Revolução Mexicana, somente 5% da superfície agriculturável do país estava em posse de comunidades indígenas.

Também na Argentina, por outros caminhos, os processos de formação do Estado nacional e de modernização colocaram em xeque as formas sociais próprias das populações indígenas. Nesse país, as relações conflituosas tiveram um desenlace dramático a partir dos anos 1870, quando os liberais, na primeira metade do século XIX, conhecidos como unitários, tendo vencido seus opositores federalistas no plano interno, e o inimigo Paraguai no plano externo, puderam dedicar-se a resolver o problema indígena da forma como convinha. Ou seja, liberando o território ocupado pelas grandes Confederações por meio da guerra e do extermínio.

ARAUCANOS

Nas décadas posteriores à independência, ondas imigratórias de índios araucanos, vindos do Chile, adensaram as populações indígenas estabelecidas na Argentina e contribuíram para transformar suas formas de vida.

A chegada dos araucanos iniciou um processo de mestiçagem com os Tehuelche, Pampa e Mapuche, e a desapareição do gado selvagem, criado livremente, levou os indígenas a utilizar cada vez mais os cavalos para atacar os núcleos *criollos*, saquear o gado e sequestrar especialmente as mulheres. A ação militar favorecia a centralização política, a hierarquização e o surgimento de prestigiados caciques, como Pagnitruz Guor, na Confederação de Leuvucó, na região de Córdoba, e Juan Calfucurá, na Confederação de Salinas Grandes, nos pampas ao sul Buenos Aires.

Em 1833, o jovem Calfucurá deixou a Araucânia, no atual Chile, para empreender a travessia da Cordilheira dos Andes rumo ao centro econômico dos pampas, a região das Salinas Grandes, encruzilhada de importantes rotas de comércio, onde se podiam trocar mercadorias.

Ao chegar lá, encontrou um cenário desolador. As tropas de Juan Manuel de Rosas acabavam de partir da região, depois de enfrentarem o cacique que a controlava. Calfucurá aproveitou a fragilidade da antiga liderança política para afirmar seu poder sobre Salinas Grandes.

A região era vital para a economia de Buenos Aires, que necessitava do sal que de lá se extraía para a produção de charque e de couro. Juan Calfucurá soube beneficiar-se do comércio com os portenhos para engrandecer seu prestígio e sua riqueza, base da Confederação que se formou, sob seu comando. Mantinha com caciques menores uma relação de aliança militar e política, mobilizada nas ações de invasão a fazendas de gado, de defesa dos territórios indígenas e de transações comerciais.

O poderio de Calfucurá sofreu um primeiro revés em princípios de 1852, ano da queda do governador de Buenos Aires e principal autoridade política das Províncias Unidas do Rio da Prata, Juan Manuel de Rosas. Na nova configuração política, Buenos Aires assumiu uma postura mais beligerante em relação à Confederação de Salinas Grandes, embora continuasse obrigada a negociar com os índios para obter sal.

Juan Calfucurá aproximou-se da Confederação Argentina presidida por Justo José Urquiza, com sede na cidade de Paraná, na província de Entre

Rios. Até 1861, ano da derrota de Urquiza pelas forças portenhas, a Confederação controlou todas as províncias do país, com exceção de Buenos Aires.

Embora a aliança com Urquiza parecesse mais estratégica, Calfucurá, assim como outros grandes caciques do período, soube blefar e negociar com ambos os lados *criollos* em disputa, utilizando para isso informações estratégicas acerca das outras confederações indígenas. Ou seja, passava aos *criollos* informações, verdadeiras ou não, sobre ataques que estariam sendo preparados por outras confederações. Dessa forma, dava mostras de sua lealdade para selar a confiança, fosse de Urquiza ou dos portenhas.

Em meio às permanentes negociações, os índios comercializavam com os *criollos* e tratavam de incorporar à sua cultura os “benefícios da civilização” – enviando os filhos dos caciques à escola, demandando a aprendizagem de táticas de guerra e de técnicas de trabalho. Os termos da cooperação eram registrados em tratados de paz, formalmente assinados por cada uma das partes envolvidas, ao mesmo tempo que as trocas culturais e de produtos aconteciam de forma espontânea nas chamadas “zonas de contato”.



Manuel Namuncurá, principal herdeiro do cacicado de Juan Calfucurá, com sua família, em 1884. O cacique está sentado em trajes militares, ao lado de duas de suas mulheres e da irmã.

A assinatura de tratados era precedida por uma farta troca de correspondências. As cartas enviadas por Juan Calfucurá às autoridades *criollas* valiam-se de cuidadosos recursos retóricos. As estratégias epistolárias envolviam o cuidado de apresentar-se como um interlocutor à altura, reco-

nhecendo a autoridade e as formalidades dos regimes *criollos* para afirmar também a sua. O mesmo cuidado valia para afirmar-se como interlocutor legítimo frente aos caciques menores dos quais se colocavam como representantes e frente aos militares *criollos*.

De forma semelhante, quando em 1870 o então comandante da fronteira sul, Lucio Mansilla, foi incumbido da missão de estender a fronteira da Argentina *criolla* do chamado Río Cuarto ao chamado Río Quinto, localizado mais ao sul, visitou a Confederação de Leuvucó, dos índios ranqueles, com o objetivo de propor um tratado de paz. A viagem foi a origem do clássico livro escrito por Mansilla, *Una excursión a los indios ranqueles*. Ao mesmo tempo que deseja registrar a vida dos ranqueles, Mansilla narra as estratégias que ele e os índios utilizaram nas negociações que estavam realizando.

Em determinado momento, o cacique Paghitrutz Guor, catequizado e alfabetizado na fazenda de Juan Manuel Rosas, também conhecido por seu nome cristão Mariano Rosas, surpreende Mansilla ao lhe mostrar um recorte do jornal *La Tribuna* de Buenos Aires anunciando os planos do governo de fazer passar a grande linha do trem interoceânica em terras ranqueles. Guardado na caixa de pinho entre vários outros documentos – cartas, notas oficiais, outros periódicos –, o texto contrariava as palavras do comandante, de que o governo compraria as terras, mas que elas continuariam em mãos dos índios. Mansilla afirmou ter, naquele momento, se sentido muito confuso e que poderia ter previsto tudo, menos o argumento que acabava de lhe ser apresentado. Lideranças unitárias e federalistas se empenharam em assinar tratados de paz com os caciques das confederações indígenas. A unitários e federalistas interessava assinar tratados para buscar conter os *malones*. Para uns e outros, entretanto, a política de paz coexistiu com a criação de estratégias militares para intimidar os indígenas.

Com o fim da Confederação Argentina em 1861, com a vitória de Bartolomeu Mitre sobre a Confederação de Urquiza e a afirmação da hegemonia política de Buenos Aires sobre o país, diminuíram também as possibilidades de se manejar as alianças duvidosas e provisórias que fortaleciam os caciques. Uma década mais tarde, terminada a Guerra do Paraguai, os dirigentes portenhos usariam a experiência militar adquirida e o suporte da economia agroexportadora para liquidar o “problema indígena” nas chamadas Campanhas do Deserto.

## GUERRA COM O PARAGUAI

A guerra entre a Tríplice Aliança – Brasil, Argentina e Uruguai – e o Paraguai se iniciou em 1864 e se estendeu até 1870.

No Brasil, durante muito tempo, a historiografia afirmou que Francisco Solano López, chefe de Estado do Paraguai, fora o responsável direto pela origem da guerra, tendo em vista sua ambição excessiva. Considerado um déspota, ele precisava ser derrotado. A partir da década de 1960, surgiu outra interpretação que culpava o imperialismo britânico por fomentar a guerra a fim de destruir a suposta autonomia econômica do Paraguai. Nesse sentido, tanto o Brasil quanto a Argentina teriam sido meros fantoches a serviço do capitalismo britânico, que se constituiria no único vencedor do conflito.

Acompanhamos a perspectiva do historiador Francisco Fernando Doratioto, que entende a guerra como parte do processo de consolidação dos Estados nacionais da região. A livre navegação dos rios Paraná e Paraguai era fundamental para o Império Brasileiro, única entrada para a Província de Mato Grosso. A Argentina, desde a independência, tinha a aspiração de formar uma grande nação com a incorporação do Uruguai (independente do Brasil em 1828) e do Paraguai, cuja independência só foi reconhecida por este país em 1852. Trata-se, portanto, de uma relevante questão geopolítica.

Por razões políticas conjunturais entre os partidos *Blancos* e *Colorados* no Uruguai e os eventuais apoios externos a esses conflitos, a guerra começou e durou muito mais tempo do que qualquer dos envolvidos imaginava. O país que enviou mais tropas ao campo de batalha foi o Brasil, que contou, entre elas, com um enorme contingente de escravos negros. A presença argentina foi menos expressiva, especialmente nos últimos anos, e a participação uruguaia foi pequena. As batalhas terrestres e navais foram sangrentas e seus comandantes foram mudados algumas vezes. A guerra só terminou com a captura e morte de Solano López em 1870.

Houve sempre muita controvérsia em relação ao número de mortos na guerra, em especial os relativos aos paraguaios. Não temos estatísticas seguras que confirmem as hipóteses levantadas. No caso brasileiro, o mencionado historiador Doratioto concorda com o visconde de Ouro Preto, para quem foram 50 mil os mortos em combate ou em virtude de doenças. O número de mortos no Paraguai é muito incerto e de difícil cálculo. Assim, entre militares e civis, estima-se que tenham desaparecido entre 50 mil e 200 mil paraguaios.

As consequências da guerra foram devastadoras para o Paraguai, que perdeu um número elevado de homens, teve sua economia destruída e passou a sofrer a ingerência do Brasil e da Argentina em suas questões internas.

Na Argentina, fortaleceu-se o Estado nacional e as últimas rebeliões de caudilhos foram derrotadas. A guerra com o Paraguai foi também importante porque forneceu a essa geração de militares o conhecimento prático de novas técnicas e estratégias posteriormente utilizadas na guerra de extermínio contra os indígenas.

A guerra com o Paraguai, no Brasil, fortaleceu o Exército, anunciou o fim da escravidão e gerou muito descontentamento interno, contribuindo para a derrubada da Monarquia e a proclamação da República liderada pelo marechal Deodoro da Fonseca, militar que lutara no Paraguai. /

Diante de um Exército agora mais experiente e mais bem armado, Calfucurá convocou as outras etnias dos pampas argentinos e da Araucânia para formarem uma grande aliança e realizar novos *malones*. Os índios dependiam do gado saqueado para mover sua economia, e por isso precisavam encontrar formas de manter a atividade na nova conjuntura. Em 1870, Calfucurá liderou um vultuoso e bem-sucedido ataque à vila e às fazendas da região de Bahía Blanca.

Dois anos mais tarde, desejando repetir a façanha, dois mil guerreiros indígenas conduziram-se à região de San Carlos. Ao fim de três dias, deixando em seu rastro fazendas arrasadas, tomaram o caminho de volta, levando a impressionante quantidade de 70 mil vacas, 16 mil cavalos e um número incontável de ovelhas. Todavia, foram surpreendidos pela ofensiva do Exército.

A rapidez da informação via telégrafo foi vital para a organização deste contra-ataque, e a força e agilidade dos novos rifles foi fundamental para selar a vitória *criolla*. Derrotados, os indígenas se retiraram desorganizada e rumo a Salinas Grandes.

Em fins de maio, contudo, Calfucurá contraiu uma pneumonia. Faleceu aos 83 anos, no dia 3 de junho de 1873. Ao seu enterro foram mais de 2 mil indígenas, caciques e representantes das mais diferentes confederações e etnias. Em 1879, sua tumba e seus arquivos pessoais foram encontrados pelas tropas expedicionárias das Campanhas do Deserto. Estanslao Zeballos levou o crânio de Calfucurá ao Museu de La Plata.

Em 1875, Adolfo Alsina, então ministro da Guerra e da Marinha, concebeu o projeto de abertura de um fosso de mais de 400 km de extensão

– a chamada *zanja*, para usar o termo em espanhol – com vista a proteger a capital do país dos *malones* indígenas. Uma vez pronta, a *zanja* aberta por Alsina teve êxito. Para que fossem capazes de transpô-la a cavalo, os indígenas adotaram a tática de criar passagens preenchendo a vala com centenas de ovelhas mortas, tocando fogo em terreno próximo para que pudessem localizar a “ponte” quando retornassem do ataque. A fumaça, entretanto, servia de alerta aos militares *criollos*, que saíam à caça. Ao longo de 1876 e 1877, diversas *tolderias* – os acampamentos indígenas – foram atacadas pelo exército. Na madrugada de 14 de novembro de 1877, foi a vez da *tolderia* de Juan José Catriel cair. O cacique e seu irmão Marcelino conseguiram fugir mas, um ano depois, acabaram presos na ilha de Martín Garcia.

Os sucessos de Adolfo Alsina, completados por seu sucessor no ministério e futuro presidente da República, Julio A. Roca, liberaram parcelas de território cobiçado pelas oligarquias agrárias das províncias de Buenos Aires e Santa Fé, reunidas sob a *Sociedad Rural Argentina*, principal organizadora do repartimento de terras conquistadas, a partir de 1876. Conforme planejado, ao fim das campanhas do deserto, a fronteira *criolla* alcançara o rio Negro.

Como escreveu, em 1876, Alfred Ébelot, um engenheiro francês que viveu em Buenos Aires nesses anos, como correspondente da prestigiada revista parisiense *Revue des deux mondes*: “[...] em poucas etapas, nós chegaremos ao rio Negro. Trata-se de uma barreira natural que os índios do sul, que não sabem nadar ou navegar, dificilmente conseguirão transpor. [...] A questão indígena ficará então resolvida por muito tempo. Queira o céu que uma política bem pensada e prática complete a obra ao favorecer a valorização de milhares de metros quadrados assim conquistados à civilização.”

As “campanhas do deserto” asseguraram, pela via do extermínio e do confinamento dos grupos indígenas, a vitória do Estado e da dita “civilização” sobre essa indesejada parcela da população nacional. A escrita de cartas, a leitura de jornais, os tratados de paz serviram à ação política enquanto houve espaço para negociar. Ao final, triunfaram as armas.



## Educação e cidadania nos mundos rural e urbano

**E**m 1905, a “Biblioteca de La Nación”, a primeira coleção de livros editada na Argentina para o grande público, lançou o romance *Stella*, escrito, sob pseudônimo masculino, por Emma de la Barra. A obra se revelou um retumbante sucesso editorial.

*Stella* contava a história de duas irmãs criadas na Noruega e recém-estabelecidas na terra natal de sua mãe, Buenos Aires. Encontraram a cidade mergulhada em um turbilhão de transformações que a chegada dos liberais ao poder, na década de 1860, havia ajudado a desencadear.

Órfãs desde a morte em um naufrágio de seu pai, o naturalista de origem norueguesa Gustavo Fussler, as duas irmãs instalaram-se em Buenos Aires na casa de seu tio, D. Luís Maura Sagasta. Teve início, então, nessa convivência,

uma série de embates entre o olhar “europeu humanista”, representado por Alejandra Fussler, a irmã mais velha, e os “vícios” de uma elite portenha que usufruía dos benefícios materiais e simbólicos da modernização sem assumir a responsabilidade de “guiar” as massas e promover a alta cultura. O romance colocava em discussão, assim, o modelo de modernidade que havia prevalecido no país. O modelo precisava ser repensado em face das tensões sociais geradas pela chegada maciça de imigrantes e para explorar caminhos culturais mais férteis do que a frivolidade afrancesada das elites. A trajetória de Alejandra no romance simboliza esse caminho.

Neste capítulo, discutiremos algumas das dinâmicas que marcaram a modernização e a construção da modernidade em alguns países da América Latina, a partir de meados do século XIX.

Modernidade e modernização são dois conceitos que caminham de mãos dadas na História, mas que se referem a processos específicos. A modernidade diz respeito a um ambiente político e cultural associado, entre muitos fatores, à urbanização, ao crescimento das camadas médias e assalariadas, à democratização das relações políticas, à expansão da escolaridade, ao surgimento de espaços de sociabilidade que reorientam a produção cultural (engendrando, em certos contextos, os chamados *modernismos*). Já a modernização compreende, fundamentalmente, as transformações econômicas fomentadas pelo desenvolvimento do capitalismo e de uma economia de mercado.

A modernidade e a modernização foram um horizonte presente em todo processo de formação dos Estados nacionais na América Latina, desde as guerras de independência. Em diferentes países, os grupos liberais alçados ao poder almejavam tornar produtivas as terras agriculturáveis, fomentar a vinda de imigrantes europeus, fazer das cidades mais importantes a expressão dos modos civilizados, educar as massas para o trabalho e para a cidadania.

Muitas cidades passaram por transformações importantes nas últimas décadas do século XIX. Foi o caso de Montevideú, que em fins do século XVIII, recém-fundada, contava com 10 mil habitantes – uma cidade pequena, comparada a outras capitais, como Lima, com cerca de 60 mil, e a Cidade do México, com cerca de 100 mil. A partir de 1829, no entanto, simbolizando os novos tempos, destruíram-se as muralhas que protegiam a cidade original

dos piratas que rondavam a baía do Prata. A cidade incorporou, aos poucos, novos bairros, habitantes e edifícios. Em 1856, inaugurou-se o imponente Teatro Solís e, em 1859, o Mercado da Abundância.

Mas Montevidéu cresceu, sobretudo, a partir da intensificação do fluxo imigratório. Entre 1860 e 1889, passou de 57.916 habitantes para 215.061, perfazendo os cidadãos de naturalidade europeia, a essa altura, 43,3% da população.

Dentre os estrangeiros, destacavam-se numericamente os espanhóis e italianos. A partir do censo de 1884, os italianos se sobrepuseram aos espanhóis, mantendo sua proeminência como maior comunidade de imigrantes até o censo de 1908. Embora os primeiros projetos estatais de atração de imigrantes visassem fixá-los no campo, dedicados a atividades agropecuárias, à medida que se assistia ao fortalecimento dos grupos favoráveis ao desenvolvimento das cidades, das manufaturas e das fábricas, muitos dos recém-chegados fixaram-se em Montevidéu.

Em 1904, a chegada ao poder do presidente José Battle y Ordoñez, do Partido Colorado, eleito para um segundo mandato presidencial em 1911, representou a consolidação dessa tendência, de uma Montevidéu que se modernizava a passos largos. Beneficiava-se dos serviços urbanos promovidos especialmente pelo capital britânico, como o sistema de bondes e de fornecimento de energia elétrica. Era favorecida, por outro lado, pelo crescimento dos setores médios, saídos dos bancos das escolas públicas que o Estado se empenhava em assegurar aos cidadãos desde a chamada Lei de Educação Comum, aprovada em 1870.

Para os leitores em formação, o Conselho Nacional de Ensino Primário e Normal desde muito cedo dedicou-se a publicar e a selecionar bons textos de leitura. Se o crítico literário uruguaio Angel Rama afirmou que a cultura letrada na América Latina esteve historicamente vinculada às esferas mais altas do poder, localizou em fins do século XIX um movimento de difusão social da escrita e da leitura, que aos poucos diversificou o perfil dos escritores e dos públicos leitores. Por essa razão, artigos de jornal, livros e ensaios se colocaram, nesse período, como armas importantes na arena dos debates políticos e culturais.



Fotografia de aula em escola pública no Uruguai, em 1906, durante exercício de leitura. A partir de 1870, a educação primária gratuita e laica difundiu-se no país, acompanhada de políticas de seleção e adição de livros escolares.

Como veremos, uma das obras de maior impacto para a definição de uma identidade latino-americana – para além das identidades nacionais – foi publicada em Montevidéu, em 1900. Trata-se de *Ariel*, de autoria de José Enrique Rodó. Entre muitos sentidos atribuídos a *Ariel* por diferentes intérpretes, o livro lançava luz sobre uma importante dimensão dos processos de modernização em curso na América Latina, qual seja, a dimensão da crescente proeminência dos Estados Unidos, de onde irradiavam poder econômico e novos modelos culturais.

O mesmo Conselho Nacional de Ensino Primário e Normal apoiou, anos mais tarde, a publicação da obra *A idade de ouro*, do escritor e pensador cubano José Martí. Um dos artífices do movimento de independência de Cuba perante a Espanha, independência conquistada em 1898, e ao mesmo tempo um dos arautos da ameaça imperialista que os Estados Unidos representavam para Cuba uma vez que se emancipasse, José Martí concebeu a revista infantil *A idade de ouro* para que as crianças (latino) americanas pudessem conhecer sua própria História e, sem nenhum sentimento de inferioridade, voltar seus olhos para o que havia de melhor em outras regiões do mundo. O livro, depois editado no Uruguai, reunia diferentes números da revista.

Assim como no Uruguai, a atividade editorial avançou de braços dados com as transformações modernizadoras em outros países da América espanhola.

Na América Central, a Costa Rica destacou-se nas décadas posteriores à independência como um Estado que deu ênfase às políticas educacionais. Com uma economia baseada em pequenas propriedades que se dedicavam à produção de tabaco, de café e mais tarde de bananas, o país encontrou recursos para favorecer a difusão das letras.

Em 1830, o cafeicultor Miguel Carranza conseguiu importar dos Estados Unidos a primeira imprensa da Costa Rica, instalada na capital, San José. A novidade contrastava com a situação da vizinha Guatemala, onde desde 1660 existia uma tipografia e desde 1676, a importante Universidade de San Carlos.

A despeito do alto preço da tinta, do papel e outros utensílios, os poucos impressores que seguiram os passos de Carranza lograram editar cartilhas escolares, material legislativo, jornais, almanaques, catecismos e alguns livros. Boa parte dos livros, todavia, continuava sendo importada da Espanha e da França, onde havia imprensas mais modernas e uma rede de editoras interessadas no mercado hispano-americano.

Em meados do século XIX, os leitores costa-riquenhos podiam garimpar publicações impressas na Librería de Imprensa El Album, fundada por Carranza e Cauty em San José, ou na biblioteca da antiga Casa de Enseñanza de Santo Tomás. O repertório oferecido nos catálogos de El Album por vezes desafiava o tradicional controle da Igreja sobre a seleção das “boas leituras”.

Criada quando a Costa Rica ainda era parte do Vice-reino da Nova Espanha, a Casa de Enseñanza de Santo Tomás havia sido transformada em universidade no ano de 1843. O acervo da biblioteca foi inicialmente formado por carregamentos de livros encomendados a comerciantes prósperos que viajavam à Europa. Edward Wallerstein, homem ligado à exportação de café, remeteu à universidade, em 1844, 86 títulos em 1.430 volumes. O governo pagou o investimento em canhões, mas Wallerstein acabou arcando com a defasagem de valor. Muitas das obras trazidas estavam em francês e privilegiavam os temas jurídicos.

Outro lote de livros foi encomendado, em 1850, ao cafeicultor Vicente Aguilar, que viajou à Europa em companhia do professor de Filosofia guatemalteco Nazario Toledo. Incorporaram-se a partir daí livros de religião e obras de Literatura, Ciência e História, além de Gramáticas, Manuais de Lógica e Dicionários. Receberam-se também doações, como a de uma coleção pessoal especializada em Medicina.

A biblioteca de Santo Tomás era aberta a todo o público, inclusive aos estrangeiros. Os livros não podiam ser retirados e os extravios eram noticiados em jornal. Em 1888, em meio à Reforma Liberal em curso na Costa Rica, a Universidade de Santo Tomás foi fechada. O acervo da biblioteca foi transferido à Biblioteca Nacional que se acabava de fundar.

Escola e livros não foram temas exclusivos das capitais nacionais, embora seja inegável que as grandes cidades favorecessem as ações e circulações nesse domínio.

Nas últimas décadas do século XIX, encerrada a guerra civil que consolidou a vitória dos liberais sobre os conservadores mexicanos, o Estado passou a ocupar um lugar proeminente na educação. Durante o Porfiriato (1876-1911), o governo viria a cercar-se de um seleto grupo de intelectuais positivistas – os chamados *Científicos* –, incumbido de traçar o caminho do progresso nacional e de legitimar as políticas oficiais. Ao pensador Gabino Barreda caberia a organização da educação nacional. Tratava-se de estruturar um ensino homogêneo e centralizado para todo o país. Sua maior realização foi no âmbito da educação secundária, com a criação da Escola Nacional Preparatória, que formaria quadros para as carreiras profissionais e contribuiria para cimentar o único meio de conciliar a liberdade com a concórdia e o progresso com a ordem. A educação primária, porém, continuaria a cargo dos estados, que se confrontavam com o desafio de tornar a escolarização obrigatória a crianças em sua maioria situadas nos meios rurais e indígenas.

Já no ano de 1872, o governador de Morelos, Francisco Leyva, decretou a obrigatoriedade da educação em todo estado. Naquele mesmo ano, os *pueblos* vizinhos de San Miguel de Anenecuilco e de Villa de Ayala organizaram-se para contratar um preceptor que levasse adiante a tarefa antes assumida por moradores locais, da família Zapata.

Don Mónico Ayala, filho de Francisco Ayala, professor que marcara a vida de muitos dos que o escutaram, colocou-se à frente de uma escola bem montada – 3 portas arejavam a sala de aula, onde mais de 20 crianças distribuíam-se em 7 bancos. Para os estudos, os alunos dispunham de uma mesa grande, lousas, compêndios de história do México, um livro de Aritmética para cada criança e os silabários de San Vicente.

De acordo com Alicia Hernández Chávez, os homens de 1911, que eram crianças em 1879, lembravam que o *maestro* guardava nas gavetas da mesa grande um exemplar da cartilha lancasteriana e outro exemplar do orçamento geral do Estado, além das listas de assistência e outras anotações. Seu professor lhes ensinou a história do México, que era do que todos mais gostavam. Junto com a história de seus heróis, lhes falou das novas Constituições por que haviam lutado seus pais, e todos aprenderam Aritmética, Moral e Gramática. Na escola se discutia muitíssimo. Seu preceptor lhes dizia com orgulho que ele ensinava com o sistema lancasteriano, que segundo lhes explicou consistia em que todos participassem ativamente e discutissem as afirmações do professor. A essa escola assistiam 19 meninos e 3 meninas, alguns de Ayala e outros de Anenecuilco, o que era pouco comum pois, em geral, separavam-se os meninos das meninas, ou simplesmente nem se enviavam as meninas.

Don Mónico permaneceu vários anos em seu posto, e entregou a escola a seu sucessor em 1879. Poucos anos depois, Emiliano Zapata, o grande herói camponês da Revolução Mexicana (1910-1917), natural de Anenecuilco, passaria por esses mesmos bancos escolares.

No século XIX, a educação popular colocou-se como uma meta de diferentes correntes políticas. Nem sempre esses anseios canalizaram-se para iniciativas de educação escolar. Na Colômbia oitocentista, por exemplo, as associações que representavam os interesses dos artesãos urbanos, envolvidos com a produção de têxteis, de papel, de vidro e outros bens, atraíram a atenção de jovens ilustrados animados a difundir suas ideias. Conhecidos como *Gólgotas* na Bogotá de fins dos anos 1840 e princípios dos anos 1850, jovens entusiastas das correntes socialistas utópicas em voga na Europa aproximaram-se da Sociedade Democrática de Artesão para proferir palestras e conquistar o apoio desses setores para o Partido Liberal.

Uma vez eleito em 1849 o candidato do Partido Liberal à presidência, José Hilário Lopes, tornaram-se nítidas as discrepâncias entre as políticas de livre mercado e a plataforma política dos artesãos de proteção ao mercado interno. A Sociedade Democrática escolheu apoiar, nas eleições seguintes, uma ala dissidente do governo de Hilário Lopes, sendo mais tarde duramente reprimida por isso. Quanto aos jovens socialistas utópicos, não encontraram nos artesãos um grupo aberto e receptivo à formação que gostariam de proporcionar, com vista a cimentar a cooperação entre as camadas sociais que compunham a nação.

As aspirações modernizadoras encontraram conformações específicas nas diferentes regiões da América espanhola. Em cidades como Lima, traduziram-se na passagem do século XIX ao XX em uma atmosfera de modernidade associada à euforia das elites civilistas. Beneficiados pelo chamado *boom* das exportações de guano e salitre, em meados do século XIX, esses grupos voltaram a se consolidar no poder passadas as turbulências da derrota peruana, ao lado da Bolívia, perante o Chile na Guerra do Pacífico (1879-1884).

## ECONOMIA

Até a década de 1860, o desempenho das economias dos países latino-americanos foi bastante fraco. Isso se deveu, em primeiro lugar, à desorganização da produção e do comércio que se seguiu ao final das guerras pela independência política. Não se pode esquecer de que, no período colonial, o comércio era controlado pela metrópole; desse modo, os jovens Estados precisavam encontrar diferentes rotas comerciais e buscar novos mercados de consumo.

Desde as primeiras décadas do século XIX, a Grã-Bretanha já ocupava lugar preeminente no comércio internacional, pois fora a protagonista da Revolução Industrial, que provocara grandes mudanças nas relações econômicas mundiais. Esse país estava interessado em vender seus produtos manufaturados para os mercados latino-americanos, mantendo controle sobre eles. Era notável a diferença entre o poder econômico britânico e a fragilidade financeira das recentes nações latino-americanas.

Na segunda metade do século XIX, a Grã-Bretanha ocupou lugar preponderante no mundo dos negócios latino-americanos. Investiu de forma crescente na América Latina, como já o fazia em relação aos Estados Unidos e o Canadá. Muitos desses investimentos tomavam a forma de empréstimos aos governos; mas também foram os capitais britânicos os dominantes na construção de estradas de ferro, na modernização dos portos e na implantação de serviços como eletricidade, gás e telégrafo. A preeminência britânica na América Latina na segunda metade do século XIX foi abrangente e sólida, ainda que disputasse espaço com capitais franceses, alemães e norte-americanos (estes especialmente no México e Cuba).



Litografia de Casimiro Castro, 1875. Inauguração da estrada de ferro pelo presidente Benito Juárez, na estação de Puebla, México.

Nesse período, o desenvolvimento tecnológico provocou outra revolução nos meios de transporte, barateando e facilitando as longas viagens. A introdução do vapor nos transportes ferroviários e marítimos criou condições para o crescimento do comércio a longa distância; a utilização de refrigeração nos barcos, em 1874, possibilitou as trocas de produtos perecíveis, sendo a carne o mais importante deles.

Assim, a partir da segunda metade do século XIX, a América Latina foi encontrando um lugar subalterno de inserção nas correntes do mercado internacional, especializando-se em produtos primários de exportação, já que não possuía capital acumulado suficiente para desenvolver a indústria.

De acordo com as condições naturais e climáticas, as escolhas foram sendo feitas, cada país dedicando-se quase exclusivamente a um produto agrário. Em clima tropical, produziu-se café, cana-de-açúcar e frutas (como bananas). Em clima temperado, cereais como o trigo e o milho. A tradicional criação de gado e de ovelhas teve um notável crescimento.

As inovações técnicas estimularam a extração de “novos” metais que suplantaram as tradicionais explorações de prata e ouro. Por exemplo, o cobre para a indústria elétrica e o estanho para a indústria de conservas. No Peru e Chile, houve a extração do guano (efêmera) e do salitre que serviam como fertilizantes na Europa. Já no final do século foi encontrado petróleo no México e na Venezuela, sendo este último país destinado a se transformar em um de seus grandes produtores mundiais.

Não se pode falar em produção industrial significativa na América Latina do século XIX. Mas é preciso mencionar que houve uma importante produção têxtil na região de Puebla, no México. Tendo sido uma atividade tradicional durante o período colonial, ela sobreviveu à concorrência britânica porque, na década de 1830, Lucas Alamán, ministro do governo mexicano, promoveu medidas de proteção a essa indústria.

Ao final do século, quatro países da América Latina mostravam-se promissores. Em primeiro lugar, a Argentina, cuja crescente produção de trigo e de outros cereais, ao lado da incipiente indústria da carne, anunciava o lugar de destaque que ocuparia nas duas primeiras décadas do século XX, tornando-se a quinta economia do mundo. México e Chile também assistiram a um grande crescimento de suas economias, especializando-se na extração dos “novos” metais; e o Brasil, que se destacava como primeiro produtor mundial de café e de borracha.

Na outra ponta, alguns países continuavam muito pobres, como as nações centro-americanas, o Haiti e o Paraguai, que ainda não se recuperara da guerra.

ARGENTINA

## GUERRA DO PACÍFICO

O Chile e as forças conjuntas de Peru e Bolívia se enfrentaram na Guerra do Pacífico, também chamada de Guerra do Salitre, entre 1879 e 1883. Para entender o conflito, voltemos um pouco atrás no tempo. Na região de Tarapacá, no sul do Peru, desde a década de 1840, o Estado peruano promovia a extração do guano (excrementos acumulados de aves) e posteriormente do salitre, que eram exportados à Europa como fertilizantes muito valorizados. Algum tempo depois, grupos chilenos começaram a realizar a extração do salitre, na região de Antofagasta, estreita faixa de terra no litoral do Pacífico, que então fazia parte do território boliviano.

O estopim da guerra foi a decisão do governo boliviano, necessitado de recursos fiscais para seu orçamento, em 1878, de cobrar um pequeno imposto de dez centavos por quintal de salitre produzido e exportado. As empresas chilenas se recusaram a pagar e conseguiram que o Estado chileno apoiasse suas demandas. Ato contínuo, navios de guerra do Chile dirigiram-se para o porto de Antofagasta, que foi tomado sem problemas de resistência. A guerra à Bolívia estava declarada.

Em 1873, o Peru havia assinado um secreto Tratado de Aliança com a Bolívia para se prevenir de um possível ataque chileno. Essa aproximação entre Bolívia e Peru não era novidade. Além das fortes ligações durante o período colonial, entre 1836 e 1839, havia sido constituída a Confederação Peru-Boliviana, sob inspiração do general boliviano Andrés de Santa Cruz. Nesse período, aconteceu a primeira luta armada entre o Chile e a Confederação, que terminou com a vitória chilena e a dissolução da Confederação.

Tendo em vista o Tratado de 1873, o Peru entrou na guerra ao lado da Bolívia. Houve batalhas no mar e em terra. Em janeiro de 1881, as tropas chilenas tomaram Lima e hastearam sua bandeira no palácio do governo, a antiga casa do conquistador Francisco Pizarro. Lá permaneceram por dois anos e meio. Houve resistência guerrilheira na zona central dos Andes, mas a derrota peruana não pôde ser evitada.

Pelo Tratado de Ancó, de outubro de 1883, o Chile recebeu perpetuamente a província de Tarapacá, e por dez anos as de Tacna e Arica (apenas por um acordo final, em 1929, Tacna foi incorporada ao Peru e Arica ao Chile). A província de Antofagasta também foi anexada ao Chile, fazendo com que a Bolívia perdesse sua única saída para o mar. Até o presente, os governos bolivianos, sem êxito, têm reivindicado ao Chile o retorno dessa região.

O Chile, assim, se transformou no maior produtor mundial de salitre até Primeira Guerra Mundial, quando essa produção entrou em crise em razão da descoberta, pelos alemães, do salitre sintético.

A nova bonança econômica desses grupos assentou-se sobre as concessões feitas ao capital estrangeiro, sobretudo no âmbito da mineração. O tema do imperialismo tornou-se, por essa razão, um problema-chave nas análises ao longo do século XX sobre as profundas assimetrias sociais e regionais na conformação do país.

Para boa parte das elites limenhas, essas assimetrias não ofuscavam o brilho da modernidade urbana, experimentada nos cafés e elegantes bulevares. Entretanto, logo se começaram a sentir os efeitos da concentração fundiária em curso no campo. Populações de origem andina, egressas de *pueblos* indígenas que se desestruturavam com o avanço das grandes fazendas e dos enclaves mineradores, intensificaram sua migração para as cidades. Em Lima, ocuparam as ruas do centro da Ciudad de los Reyes, fundada por Francisco Pizarro logo após a conquista, com barracas de um comércio informal.

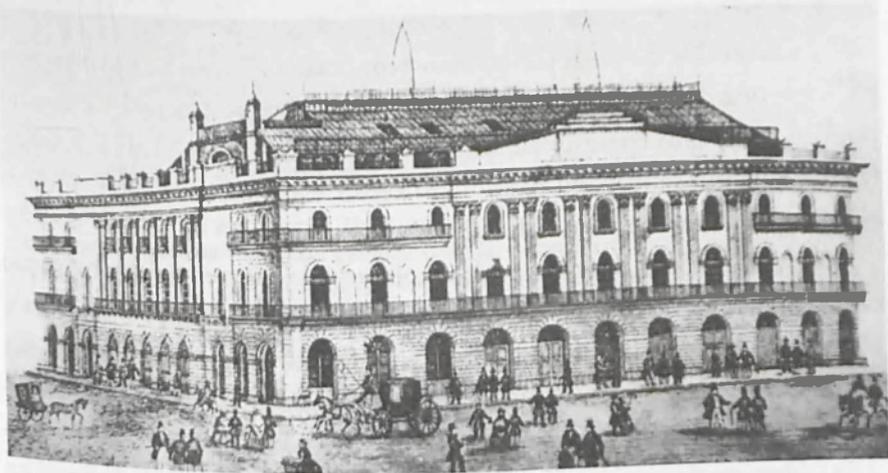
A gradual mudança da paisagem urbana estimulou as primeiras reflexões sobre a condição social que o Peru vinha reservando ao índio. Em 1889, a publicação pela escritora peruana Clorinda Matto de Turner de um romance chamado *Aves sin nido* marcou o início de um movimento genericamente conhecido como indigenismo. O romance denunciava a situação de miséria e humilhação em que viviam os habitantes indígenas de um povoado na região dos Andes. Com ousadia, apontava a Igreja e as autoridades políticas como responsáveis pelos abusos que se perpetravam.

O romance teve extraordinária repercussão e Clorinda Matto foi obrigada a deixar o Peru para proteger-se das agressões sofridas. Nos anos que se seguiram, outra voz levantou-se para atribuir responsabilidades pela prostração dos índios. Manuel González Prada, escritor anarquista, colaborador de diversos jornais limenhas, contrapôs-se aos tradicionais argumentos acerca da falta de higiene, da preguiça etc. que mantinham o indígena no atraso, para associar sua exclusão social ao problema do acesso à terra. Lima tornou-se, nesse contexto, o centro de discussões e iniciativas de caráter indigenista que se desenharam em princípios do novo século.

Nas cidades da região do Prata, a despeito das tensões sempre presentes, articularam-se de forma mais clara os processos de urbanização, educação e cidadania. Discutimos isso em relação a Montevidéu e, para concluir, retomaremos o caso de Buenos Aires, cenário do romance *Stella*.

Na passagem do século XIX para o século XX, Buenos Aires conheceu um crescimento demográfico surpreendente, impulsionado, sobretudo, pela chegada de imigrantes europeus. A população quadruplicou-se entre 1869 e 1914: de quase 2 milhões de habitantes, saltou para quase 8 milhões nesse período. Os fluxos migratórios tinham grande responsabilidade nesse crescimento: em períodos de maior vigor econômico, as entradas superavam 200 mil por ano. Os estrangeiros, que em 1914 compunham 30,3% da população nacional, davam preferência às cidades, as quais concentravam, naquele momento, 53% dos habitantes do país.

Buenos Aires centralizava manifestações de dinâmicas sociais, culturais e econômicas que se introduziam no cenário nacional. A paisagem urbana alterava-se rapidamente, conferindo à capital do país ares mais cosmopolitas e, à vida de seus habitantes, novos ritmos e qualidade. A cidade modernizava-se: iluminava passeios públicos, via surgirem cafés, livrarias, teatros e cinemas, expandia-se na direção de bairros afastados, favorecidos pelas novas facilidades de transporte. Beneficiava-se da exportação de gêneros agrícolas (grãos, em especial) e pecuários, que aumentava em níveis extraordinários, ao mesmo tempo que tinham sucesso iniciativas pioneiras de bens manufaturados.



O antigo Teatro Colón, na Praça de Maio, cuja construção remonta a 1857, em desenho de C. E. Pellegrini (s. d.). Em 1908, o Colón ganhou uma nova sede no coração de Buenos Aires, inaugurada com a ópera *Aída*.

Em 1880, a chegada à presidência de Julio A. Roca – do recém-criado Partido Autonomista Nacional – confirmou uma era de prosperidade e de privilégios para as oligarquias argentinas. Proprietárias de fazendas e frigoríficos, negociadoras, com capitais ingleses, de financiamentos para portos e estradas de ferro, frequentadoras dos salões exclusivos do Jockey Club, as oligarquias assumiam ares patricios diante da multidão estrangeira que inundava o país.

Em contrapartida, entre trabalhadores não raro com experiência sindical trazida do país de origem, penalizados pela inflação e submetidos a condições de labuta insalubres e exaustivas, surgiram focos de mobilização. Também, em meio às próprias camadas médias e a alguns setores da elite tradicional, nasceu um novo partido, a Unión Cívica, com aspirações vagamente democráticas. Heterogêneo, o partido acabou dividido nas eleições de 1892. Da cisão surgiu a Unión Cívica Radical, que em 1916 chegaria à presidência do país. Entre 1892 e 1916, contudo, o poder permaneceu com o Partido Autonomista Nacional, que voltou a eleger Roca em 1898.

A tônica de sua segunda gestão foi, mais do que antes, o progresso econômico e a austeridade para com os perturbadores da ordem. A Lei de Residência, sancionada em 1902, autorizava a deportação de estrangeiros que semeassem inquietude na sociedade argentina.

Os índices de desenvolvimento econômico e social são expressivos na Argentina da passagem do século XIX ao XX. Uma sólida rede de ensino público havia sido estruturada, assegurando ao país, com 77,4% de alfabetos quando se realizou o primeiro censo nacional, em 1869, índices elevados de alfabetização em décadas posteriores.

Se o Estado buscava fazer da escola primária um meio de instrução e de controle das “massas”, o ensino médio, criados os *colegios nacionales* – o primeiro deles, de Buenos Aires, em 1863 –, revestia-se de sentidos elitistas, oferecendo, especialmente aos bem-nascidos, a formação enciclopédica conveniente às funções administrativas que viriam a assumir.

O ponto de partida para se pensar as políticas de difusão educacional na Argentina é, forçosamente, a já mencionada figura de Domingo F. Sarmiento (1811-1888). Em 1849, exilado no Chile, publicou a obra *Educación popular*,

que condensava diretrizes para a criação de um sistema de educação nacional o qual, duas décadas mais tarde, introduziria na Argentina.

Sarmiento via a educação como fundamento do sistema republicano, como meio para a geração de um “espírito público”, tal como percebera quando viajou aos Estados Unidos para estudar o assunto, a pedido do governo do Chile. Definia esse espírito como “a ação dos sentimentos comuns a uma sociedade” que se manifesta “por atos independentes da ação governante”, sobretudo por meio da criação de associações com finalidades sociais e benéficas.



Escola Normal n. 1 em Buenos Aires idealizada por Emma Nicolay de Caprile, que chegou à Argentina vinda dos Estados Unidos, a convite de D. F. Sarmiento, para trabalhar como professora.

Os livros, como depositários de “toda ciência, de toda moral e de toda luz”, fortaleceriam a missão da escola, “generalizando o conhecimento onde quer que haja um homem capaz de recebê-lo”.

À frente do governo argentino Sarmiento promulgou, em 1871, uma lei que autorizava o financiamento de iniciativas de instrução pública provinciais pelo Tesouro Nacional. Seguiram-se outras medidas com vista

à organização do sistema educacional público, que culminou, em julho de 1884, com a promulgação da Lei n. 1420 de Educação Comum, já sob a presidência de Roca. A ideia de uma educação laica, gratuita e universal constituiu a sua pedra fundamental.

A expansão do ensino primário envolveu, paralelamente, a preocupação com o estabelecimento de bibliotecas. Desde a segunda metade do século XIX, buscou-se impulsionar, por um lado, a formação de uma rede de bibliotecas escolares, voltada aos alunos e ao conjunto da comunidade escolar; por outro, uma rede de bibliotecas populares, que se difundisse pelos bairros urbanos e pelos vilarejos do país.

O tema das bibliotecas populares merece aqui destaque por expressar a força das políticas públicas de difusão da leitura naquele país, dirigidas ao conjunto da sociedade. Sarmiento foi responsável pela criação, em 1870, da Comissão Protectora de Bibliotecas Populares, encarregada do fomento, da inspeção e do investimento dos fundos destinados aos estabelecimentos que se colocassem sob seu amparo como associações particulares. As bibliotecas interessadas deveriam dirigir-se à comissão apresentando-lhe seu estatuto e o montante de dinheiro reunido, assim como a relação de livros que desejariam obter; por sua vez, o Poder Executivo lhes atribuiria um valor monetário correspondente, “empregando-se o total em compra de livros”, cujo envio se faria por conta da nação.

As dificuldades enfrentadas em seus primeiros anos levaram à supressão da Comissão Protectora em 1876. Porém, ela renasceria com vigor em 1908, sob a presidência de José Figueroa Alcorta. Na esfera da sociedade civil, associações de bairro e organizações políticas, preocupadas com a formação de leitores, fariam multiplicar o número de bibliotecas pelo território nacional. O projeto foi tão bem-sucedido que, em 1954, a Argentina contava com 1.623 bibliotecas populares.





## Construindo identidades: de Domingo F. Sarmiento a José Martí

**D**urante o século XIX, em especial na sua segunda metade, políticos, publicistas, historiadores, homens e mulheres letrados e artistas, nos mais diversos países da América Latina, refletiram sobre a história e a cultura dos Estados recém-formados, buscando dar-lhes uma particular identidade.

Desde muito cedo, ainda durante as lutas pela independência, já se indagava sobre “nossas diferenças” em relação ao Velho Mundo e sobre a “originalidade” das Américas. Afirmava-se que aqui as sociedades não eram como as europeias, pois havia índios, negros e mestiços. Assim, o próprio Simón Bolívar se perguntava na celebrada *Carta da Jamaica*, de 1815: “Quem somos nós?” Como resposta, escreveu: “não somos índios nem europeus, e sim uma espécie média entre os legí-

timos proprietários do país e os usurpadores espanhóis”. Em uma palavra, éramos americanos, o que nos dava um perfil distinto do europeu.

Romantismo  
Foucault #  
Al. M. V.  
DA  
POVO

Além dessa identificação comum – americanos – era preciso especificar aquilo que distinguia cada novo país. O Romantismo europeu que desembarcou, com enorme vigor, na metade do século XIX, nas Américas, oferecia as bases para o início do debate. Cada “povo” deveria se constituir com suas peculiaridades, com sua “natureza” particular. No campo primordial da língua, devia-se começar por demarcar as diferenças com o Velho Mundo. Tanto no Brasil, quanto nos países de colonização espanhola, foram intensas as controvérsias sobre a autonomia americana nas maneiras de falar e escrever a língua herdada dos colonizadores. Havia que romper com os preceitos estabelecidos pelas academias das antigas metrópoles, abrindo espaço para a voz do “povo” de cada uma das novas nações que precisava incorporar, inclusive, palavras das línguas indígenas.

O fundamental era forjar as nações. As elites tomaram a si tal tarefa, procurando despertar no “povo” o sentimento de lealdade à Pátria, elevada à categoria de entidade superior aos desejos e interesses individuais.

No México, no Brasil ou na Bolívia, mostravam-se as peculiaridades do torrão natal, em suas diversas facetas, nos jornais, nos púlpitos, nos museus, nas escolas, nos banquetes políticos. Assim, além dos problemas econômicos, das disputas políticas, das convulsões sociais, das guerras, que mobilizaram as energias das sociedades, aconteceram integrados a eles debates apaixonados sobre a construção da nação e a constituição de identidades.

Ao lado das discussões sobre a língua, era imprescindível escrever a História das recentes nações, identificar e dar forma a seus heróis, marcando as diferenças com as antigas metrópoles e mostrando que a história da América Latina não era igual à europeia. O nascimento das nações se legitimava pelas lutas emancipacionistas e as façanhas dos heróis precisavam ter adequado tratamento. No entanto, para escrever a “verdadeira” História nacional era necessário, acompanhando as diretrizes europeias, pesquisar e organizar os documentos históricos comprobatórios dos “autênticos fatos”. Muitos estudiosos, assim, se dedicaram a esse primeiro objetivo. Entre eles, alguns historiadores, posteriormente consagrados, como o chileno José Toribio Medina, o brasileiro

Francisco Adolfo de Varnhagen e o mexicano Carlos Maria de Bustamante. Os dois primeiros, assíduos frequentadores de arquivos europeus, coletaram documentos para elaborar seus livros de História nacional. Dessa maneira, estava sendo elaborada uma memória nacional coletiva.

Os historiadores do século XIX interpretaram os acontecimentos a partir de uma perspectiva nacional, moldando visões que foram sendo incorporadas pelas gerações seguintes. As narrativas sobre a vida dos heróis da independência os transformaram em figuras sagradas, colocando-os “no altar da Pátria”. Acompanhem a saga de Simón Bolívar. Depois de comandar as lutas pela independência em diversas regiões da América do Sul e de ser guindado aos mais altos postos políticos, Bolívar enfrentou problemas de toda ordem que culminaram com sua retirada da vida pública e sua decisão de partir para o exílio. Morreu desprestigiado, sem recursos financeiros e sem poder político. Seu funeral foi muito simples e sem maior reconhecimento. Apenas depois da década de 1840, Bolívar foi alçado à condição de herói nacional. Como bem demonstrou Germán Carrera-Damas, o líder ressurgia das cinzas com os adornos com que a História passaria a vê-lo. Por uma série de razões internas, na década de 1840, na Venezuela dividida, iniciava-se o processo de “recuperação” da figura do herói nacional como aquele que poderia oferecer ao país as soluções para recompor a unidade e alcançar a ordem social. A cerimônia de traslado de suas cinzas – realizada com pompa e circunstância – do exílio para Caracas marcava o nascimento do herói nacional que emergia como o unificador dos contrários, como o harmonizador dos conflitos. Na segunda metade do século XIX, alcançou o lugar ímpar de herói sul-americano e latino-americano.

Do mesmo modo que as Histórias nacionais iam sendo escritas, imagens pictóricas estavam sendo elaboradas para simbolizar os grandes acontecimentos históricos. Os pintores elegeram as independências como um de seus temas mais relevantes.

Como um bom exemplo, basta lembrar o conhecido quadro *Independência ou morte* do pintor brasileiro Pedro Américo de Figueiredo e Melo (1843-1905), que retrata D. Pedro no momento da proclamação da independência, às margens do riacho do Ipiranga. Pintado em Florença

entre 1886 e 1888, encontra-se exposto no Museu do Ipiranga, alcançando grande sucesso de público. Essa tela traz forte simbologia que permanece no imaginário brasileiro contemporâneo, fato comprovado por sua constante reprodução em diversos suportes, incluindo livros escolares, folhetos comemorativos, calendários e imagens televisivas.

Tão relevante quanto o quadro de Pedro Américo, destacamos a tela *El juramento de los treinta y tres orientales*, do uruguaio Juan Manuel Blanes (1830-1901). Pintada entre 1875 e 1877, representa o juramento de 33 homens, em abril de 1825, data na qual Juan Antonio Lavalleja e Manuel Oribe se lançaram à reconquista militar da Província Oriental, postulando a anulação dos compromissos políticos com o Brasil (nesse período, a Província com o nome de Cisplatina estava incorporado ao Brasil) e a conquista da independência. Do mesmo modo que a brasileira, essa pintura contribuiu para a construção de imagens-símbolos que representam a identidade nacional uruguaia.



O quadro *El juramento de los treinta y tres orientales* (1875-7), óleo sobre tela do pintor Juan Manuel Blanes, representa os rebeldes que, em 1825, passaram da Argentina à Província Oriental – o Uruguai – para libertá-lo do Brasil.

Muitos ensaios também foram escritos para refletir sobre questões ligadas à cultura e à política do continente. Entre eles, saliente-se um texto, publicado em 1845, da autoria do argentino Domingo Faustino Sarmiento, que se denomina *Facundo ou civilização e barbárie*. A obra obteve grande êxito, tendo sido, logo depois, traduzida para o francês e o inglês.

SARMIENTO

Sarmiento nasceu em San Juan, província argentina de Cuyo, em 1811, portanto, praticamente junto com os movimentos pela independência do antigo Vice-reinado do Rio da Prata. Sarmiento assistiu às lutas entre Unitários e Federalistas e desde muito jovem tomou partido dos Unitários. Tal opção implicava, na década de 1830, lutar contra o poder do governador federalista de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, que, como já assinalamos, havia conquistado grande poder político apoiado em acordos com vários caudilhos das províncias do interior, como Facundo Quiroga, natural de La Rioja. Aos 20 anos, Sarmiento partiu para seu primeiro exílio, no Chile, em companhia do pai, quando Facundo, em 1831, dominou toda a província de Cuyo. De volta a San Juan, envolveu-se numa conspiração unitária que o obrigou a novo exílio no Chile. Instalou-se em Valparaíso, com um modesto trabalho no comércio. Nessa cidade, começou a escrever para o jornal *El Mercurio*.

Algum tempo depois, Sarmiento foi para Santiago, onde passou a produzir artigos para o primeiro diário da capital, *El Progreso*, ligado ao Partido Conservador chileno. É nesse jornal que *Facundo ou civilização e barbárie* foi publicado como folhetim, a partir de 1º de maio de 1845, antes de transformar-se em livro.

O texto é uma biografia de Facundo Quiroga, o caudilho de La Rioja, a um tempo adversário e correligionário de Rosas, que morreu assassinado em uma emboscada, em Barranca Yaco, em 1835. O subtítulo do livro, *Civilização e barbárie*, indicava suas pretensões de ultrapassar os limites individuais da personagem e construir uma análise mais abrangente e generalizadora que alcançasse toda a sociedade argentina. Sarmiento inaugurava neste livro uma matriz interpretativa que estabelecia a oposição entre o campo – lugar da barbárie, território livre dos Federalistas – e cidade – lugar da civilização, da cultura, do progresso e da riqueza. As oposições eram não só políticas, entre federalistas e unitários, mas também culturais, entre mundo letrado e tradição oral.

A primeira parte do livro é uma análise do meio geográfico da Argentina, na qual Sarmiento descrevia as paisagens que compunham o cenário em que se desenvolveriam as lutas civis entre unitários e federalistas. A segunda parte está dedicada à biografia propriamente

dita de Facundo Quiroga. Sarmiento identificava Facundo como um típico caudilho, isto é, um indivíduo “feroz”, com “instintivo ódio às leis”, atitude própria de um “primitivo barbarismo”. A terceira parte diz respeito à nação e à política, já que a biografia de Facundo foi um pretexto para Sarmiento atacar Rosas, pugnar por sua derrubada e indicar uma proposta alternativa de governo, um projeto político para a futura Argentina unida, forte e liberal.

Sarmiento escreveu sua obra usando livros de viajantes europeus como referências centrais para descrever as localidades onde nunca estivera – tanto as cidades como o campo. Nessa época, além de Valparaíso e de Santiago, o conhecimento empírico do mundo geográfico limitava-se, para nosso autor, a modestas capitais de província, como San Juan ou Mendoza. Quanto ao campo, se estava familiarizado com as montanhas, nunca havia visto os pampas. E jamais pisara em Buenos Aires.

O texto de Sarmiento ganhou enorme repercussão e sua interpretação da divisão da sociedade e da cultura em civilizados e bárbaros marcou a visão das elites letradas da América Latina. Os civilizados se identificavam com os brancos, que tinham os olhos voltados para a Europa. Do lado dos “bárbaros”, alinhavam-se os negros, os índios, os gaúchos/mestiços, os pobres, os não proprietários, os camponeses, todos eles incapazes – na perspectiva das elites – de compreender a coisa pública. Deveriam ser meros coadjuvantes no universo das decisões políticas, com um papel subordinado e controlado pelas classes dirigentes. A dicotomia civilização *versus* barbárie justificava a preeminência dos primeiros sobre os segundos. Ainda que artificial e injusta, essa visão teve grande força de persuasão, permanecendo até o presente.

Se Sarmiento defendia a cultura vinda da Europa, outros autores ampliaram as narrativas do nacional elegendo os subalternos como figuras centrais de suas obras. Foi assim com o gaúcho “bárbaro”, supostamente violento e ignorante, fruto mestiço da terra americana. O argentino José Hernández lhe dedicou o poema *Martín Fierro*, publicado em 1872. O poema alcançou sucesso retumbante. Seus versos, que contam a triste história de um gaúcho perseguido e injustiçado, foram recitados de cor por muitas gerações.

Os escritores latino-americanos do século XIX olharam para dentro das sociedades que lhes rodeavam e não puderam escapar da constatação

de que o presente era o resultado das mesclas e das misturas étnicas que aconteciam desde o início da colonização. Assim, conceberam romances nos quais os encontros étnicos estavam na base dos pares amorosos imaginados. No Brasil, José de Alencar desponta como o autor de romances – *Iracema*, *O Guarani* – em que narra os amores impossíveis entre brancos e indígenas.

Na América espanhola há muitos outros exemplos. Tomemos um, o romance *Sab*, escrito pela cubana Gertrudis Gómez de Avellaneda, em 1841, portanto, quando a ilha ainda era uma colônia espanhola. Sab é um escravo mulato perdidamente apaixonado por sua senhora, Carlota, que fora sua companheira de brinquedos na infância. Na perspectiva da época, um amor impossível de se consumir. Mas o notável nessa narrativa é que a autora ousa contemplar o escravo com o papel determinante no livro, responsável por todo o desenrolar da trama. Ao final, Sab morre, mas deixa uma carta endereçada à amada, na qual explica tudo que havia feito para que ela alcançasse a felicidade, isto é, casar-se com Enrique Otway, o oportunista filho de um comerciante inglês, interessado apenas em seu dote. Avellaneda, neste romance, permite que a sociedade escravista cubana, com seus paradoxos e contradições, penetre na trama amorosa. Além disso, apresenta a figura do estrangeiro como o aproveitador da ingênua “nativa”.

No mundo das artes, ocorreu fenômeno semelhante. Se diversos pintores, por toda a América Latina, se dedicaram a pintar retratos de homens e mulheres das elites, outros tantos se deixaram seduzir pela “cor local”, permitindo que temas da vida cotidiana e modelos de gente simples entrassem em suas telas. Como a maioria desses pintores havia estudado na Europa, alguns críticos afirmavam que os artistas precisavam “se nacionalizar”, abandonando as temáticas europeias e elegendo os “tipos populares” como tema de suas obras.

O pintor brasileiro José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899), nascido em Itu, São Paulo, ao voltar de Paris, fez uma série de quadros nos quais o homem rústico do interior, o *caipira*, era apresentado como protagonista. Seu *Caipira picando fumo* é o exemplo do quadro que mostra “como eram os brasileiros”. Na tela ensolarada, um homem mestiço, magro, descalço, vestindo calça e camisa de algodão surrado, corta o fumo de rolo para enrolar seu cigarro na palha colocada atrás da orelha. Sentado

num tronco, em frente à porta de sua casa de pau a pique, demonstra serenidade e um ar digno e de confiança. A pobreza à sua volta não lhe incomoda. O pintor indicava que também aqueles brasileiros simples e pobres integravam a nacionalidade.

No México, acontecia o mesmo movimento. Os artistas escolheram temas populares para compor suas obras. José Agustín Arrieta (1803-1874?), pintor que se dedicou a produzir quadros sobre cenas populares, como mercados e bodegas da cidade de Puebla, deixou uma obra cheia de cor, com os personagens populares plenamente integrados ao ambiente. Chama a atenção a tela *El Costeno* (s. d.) em que retratou um adolescente negro com um ar sereno, carregando um cesto com frutas típicas do país (à venda recentemente na Galeria Sotheby's por 1 milhão de dólares).



*El Costeno* (s. d.), óleo sobre tela do mexicano José Agustín Arrieta, 1803-1874. Considerado um *costumbrista*, o pintor distinguiu-se pelas representações da vida cotidiana da cidade de Puebla.

José Jara (1866-1939) constitui-se em outro bom exemplo de pintor mexicano que elegeu personagens e ambientes populares como tema de suas obras. Produziu vários quadros nos quais representava os costumes de camponeses de seu país. Entre eles, destaca-se *El carnaval de Morelia*, de 1899, em que mostrou as festas de carnaval, originárias de um antigo ritual camponês, num pequeno *pueblo* perto de Morélia.



*El carnaval de Morelia* (1899), óleo sobre tela do pintor mexicano José Jara, que retratou outros temas populares em suas obras.

Em suma, quisemos mostrar que, no século XIX, escritores e artistas produziram obras fortemente vinculadas à temática da nação. As identidades nacionais foram elaboradas com intenções políticas diversas. Para alguns, apenas as elites brancas – por sua cultura e proximidade com a “civilização” europeia – deveriam dirigir o país, instituindo como cerne da nacionalidade suas concepções culturais letradas e exclusivistas. Para outros, ainda que poucos, a presença popular e as manifestações de sua cultura não podiam ser deixadas de lado e deviam ser incorporadas ao cenário da nação. A construção das identidades nacionais foi aos poucos se estruturando concomitantemente com a ideia e o sentimento de identidade latino-americana. O nome *América Latina*, como indicamos no início deste livro, foi inventado e

acabou sendo aceito como a denominação da região, marcando as diferenças que distanciavam os latino-americanos da “outra” América, a anglo-saxônica.

As visões dos latino-americanos sobre os Estados Unidos se dividiam. Para um grupo, o país do Norte aparecia como modelo a ser seguido, por seu progresso material, sinal dos “povos civilizados”, por sua estabilidade política e pela iniciativa e determinação de seus habitantes. Entre os admiradores dos Estados Unidos, Domingo Faustino Sarmiento, na Argentina, e Joaquim Nabuco, no Brasil, merecem destaque. Sarmiento louvava o sistema educacional dos Estados Unidos e convidou professoras norte-americanas para ensinar na Argentina. Nabuco, ardoroso defensor da abolição da escravidão, ainda que monarquista, apoiou a aproximação diplomática entre o Brasil e os Estados Unidos. Depois de muita relutância e insistentes solicitações por parte do novo governo republicano, aceitou voltar à diplomacia e, em 1905, atingiu o ápice de sua carreira ao ser nomeado responsável pela primeira representação diplomática brasileira nos Estados Unidos. O barão do Rio Branco e ele foram os artífices da política externa de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos no século xx.

No polo oposto, estavam aqueles que olhavam a América inglesa com temor e apreensão. Um dos primeiros, na metade do xix, a alertar para as possibilidades expansionistas dos Estados Unidos foi o chileno Francisco Bilbao, polemista radical e inimigo do clero e dos jesuítas. Em *Iniciativa de la América*, escrito em 1856, propunha a união da América do Sul em torno de alguns pontos centrais: a República, a liberdade, a fraternidade universal e a prática da soberania. Insurgia-se contra qualquer tentativa de invasão da Europa e denunciava as ambições dos Estados Unidos, país com “garras” que se estendiam cada vez mais em direção ao Sul. Suas palavras são duras e proféticas com relação ao Panamá: “Já vimos cair fragmentos da América nas mandíbulas saxônicas [...]. Ontem o Texas, depois o norte do México e o Pacífico saúdam a um novo amo. Hoje as guerrilhas avançadas despertam o Istmo e vemos o Panamá, essa futura Constantinopla da América, vacilar suspensa [...] e perguntar: serei do Sul, serei do Norte?”. As referências de Bilbao à perda de metade do território do México para os Estados Unidos, em 1848, soaram, na América Latina, como sinal de

alerta contra a política exterior dos Estados Unidos. Mas foi a Guerra Hispano-americana de 1898 – que culminou com a “independência” de Cuba, transformada em protetorado, e a incorporação de Porto Rico e das Filipinas como colônias norte-americanas – que levantou a indignação de muitas vozes na América hispânica. As críticas aos Estados Unidos vinham acompanhadas de uma reflexão sobre a necessidade de união da América Latina e sobre a valorização das particularidades de sua cultura. ✓

### INDEPENDÊNCIA DE CUBA

Os últimos bastiões do poder espanhol na América eram Cuba e Porto Rico. Em Cuba, aconteceu uma primeira, longa e difícil tentativa de libertação em 1868. Durante dez anos, os cubanos lutaram, sem êxito, para ficar livres da Espanha. Havia uma questão central na ilha: a permanência do trabalho escravo. O auge da escravidão aconteceu no século XIX, ligado ao desenvolvimento da produção açucareira. Nessa primeira tentativa de independência, os grandes fazendeiros acabaram por não apoiar essa causa, devido à ameaça espanhola de libertar os escravos. Mas a libertação deles chegou na década de 1880, a despeito das tentativas dos proprietários para seu adiamento.

Por outro lado, em Porto Rico, o movimento pela independência nunca alcançou o mesmo vigor que o cubano. Em 1868, Porto Rico tentou, em vão, libertar-se da Espanha. Aquela ilha, localizada na entrada do mar do Caribe, desempenhava o papel de fortaleza, com uma poderosa guarnição militar espanhola. Além disso, Porto Rico jamais alcançara o crescimento econômico de Cuba, não contando com uma influente classe de proprietários.

Depois de sua participação, ainda muito jovem, na Primeira Guerra de Independência, entre 1868-1878, José Martí viveu no exílio no México e Estados Unidos. Neste último país, dedicou-se a organizar um Partido Revolucionário e uma expedição militar para desembarcar em Cuba e reiniciar a luta pela independência.

Assim, em 1895, começava a segunda grande guerra pela independência. Uma corrente liderada por José Martí propunha a independência plena de Cuba em relação à Espanha e já advertia para o perigo de uma possível ingerência norte-americana nos negócios da ilha. Martí morreu logo depois de iniciada a luta armada, ganhando a aura de herói.

No começo de 1898, os Estados Unidos declararam guerra à Espanha depois de um incidente no porto de Havana, quando um navio norte-americano, o Maine, explodiu e afundou. A Espanha foi acusada – ainda que nunca tivesse sido provado – por tal ato. Em poucos meses, as forças norte-americanas entraram em Havana, conquistando a vitória sobre a Espanha e a “independência” de Cuba.

Pelo Tratado de Paris, assinado no final de 1898, a Espanha cedeu aos Estados Unidos a ilha de Porto Rico, no Caribe, e as Filipinas e a ilha de Guam, no Pacífico. Cuba ficou independente, mas se transformou em protetorado dos Estados Unidos. Um bom exemplo desse *status* foi o acréscimo à Constituição cubana de uma emenda proposta pelo senador norte-americano Orville H. Platt – daí ser conhecida como Emenda Platt – votada e aprovada pelo Congresso cubano em 1901 que, no parágrafo terceiro, consagrava o direito legal de intervenção (armada se necessário) dos Estados Unidos nos assuntos internos de Cuba. Em 1903, também foi assinado um Tratado de Arrendamento de Bases Navais e Militares pelo qual foram cedidos aos Estados Unidos 117 km<sup>2</sup> da costa da ilha, a hoje tão conhecida Base Naval de Guantánamo.

Na obra do uruguaio José Enrique Rodó, *Ariel*, publicada em 1900, ecoavam os acontecimentos da intervenção norte-americana na guerra de independência de Cuba. A reação latino-americana “ao perigo ianque” foi ganhando adeptos, tendo em vista a sequência de novas intervenções dos Estados Unidos na América Central e Caribe, inaugurada pelo governo de Theodore Roosevelt, e sua política externa do “*big stick*” (grande porrete).

Nesse livro, Rodó construiu uma oposição entre a América Latina e os Estados Unidos, que marcava as diferenças entre os dois mundos, ganhando enorme repercussão entre o público leitor da América espanhola. Rodó apropriou-se das personagens centrais da peça de Shakespeare, *A tempestade*, e a partir delas criou metáforas culturais e políticas sobre as Américas. Na peça original, Próspero é o senhor de uma ilha que possui um servo em forma de espírito alado, Ariel, e um escravo disforme, Caliban. O autor fez de Ariel – representação da beleza, da filosofia, das artes, do sentimento do belo, das coisas do espírito – o símbolo da América Latina; e de Caliban – ligado à matéria, ao dinheiro, ao imediato e ao efêmero – a

marca dos Estados Unidos. Para Rodó, era preciso buscar no passado espanhol as tradições culturais formadoras da América hispânica e voltar à Grécia clássica de quem herdávamos os valores de beleza e arte. O passado colonial era revisitado, e a herança espanhola com sua língua, seus valores, costumes e tradições vista como positiva. No entanto, é importante enfatizar que na visão elitista de Rodó ignorava-se qualquer participação de índios, negros ou mestiços na constituição das respectivas culturas nacionais.

Estabelece-se uma associação natural entre José Enrique Rodó, José Martí e Rubén Darío, pois são os três grandes expoentes do denominado *modernismo hispano-americano*. Essa aproximação se faz tanto pela via da história da literatura, como pelas trajetórias políticas, já que eles têm em comum uma produção crítica às atitudes do governo dos Estados Unidos com relação à América Latina.

Rubén Darío é considerado o iniciador do movimento modernista hispano-americano com a publicação de seu hoje lendário poema, "Azul". Nascido na Nicarágua, deixou jovem sua terra e viveu em outras partes da América Latina, como Argentina e Chile, e também nos Estados Unidos e na Europa. Darío tomou posição diante das intervenções dos Estados Unidos, no Caribe e na América Central, colocando em versos um poderoso libelo contra o presidente Theodore Roosevelt. O poema "A Roosevelt" carrega virulência e vigor. Em seus versos, o presidente é o "caçador", o "homem do rifle", identificado com os Estados Unidos e acusado de ser "o futuro invasor" da América que "tem sangue indígena".

José Martí foi considerado herói e mártir da independência cubana, tanto antes, quanto depois da Revolução Socialista de 1959. A célebre frase escrita por Martí, pouco antes de morrer, em uma carta a Manuel Mercado: "Vivi no monstro [EUA] e lhe conheço as entranhas: – e minha funda é a de Davi" continua ecoando até o presente. A "funda de Davi" deveria ser manejada pelos latino-americanos para derrotar "o gigante Golias". Cunhou a expressão *Nuestra América*, para se opor à "outra" América dos anglo-saxões.

Em seus textos, o cubano apresentava a América Latina como uma unidade com passado e destino comuns, dos quais todos deviam de orgulhar: "E em que Pátria pode o homem ter mais orgulho do que em nossas repúblicas

sofridas da América? [...] De fatores tão desordenados, jamais, em menos tempo histórico, criaram-se nações tão adiantadas e compactas.” A perspectiva de que tínhamos uma história rica, mas desvalorizada, era uma de suas constantes reiterações: “A história da América, desde a dos incas, deve ser ensinada minuciosamente, mesmo que não se ensine a dos arcontes da Grécia. A nossa Grécia é preferível à Grécia que não é nossa. Ela nos é mais necessária.”

Diferentemente da maioria dos escritores elitistas seus contemporâneos, olhava para dentro das sociedades latino-americanas e as aceitava em sua mistura étnica. Não existiam raças, afirmava ele, “apenas diversas modificações do homem, em detalhes de hábitos e de formas”. Desse modo, criticava as teorias raciais e não via qualquer traço de inferioridade na composição étnica da América hispânica. Além disso, se compadecia “dos pobres da terra” e com eles se solidarizava.

Ao se encerrar o século XIX na América Latina, para construir as identidades nacionais e latino-americanas, homens e mulheres pensaram sobre problemas da História e das línguas nacionais, escreveram romances, pintaram quadros e discutiram as questões étnicas. Os grandes debates da política que opunham democracia e autoritarismo; cidade e campo; ricos e pobres; elites e povo continuavam na ordem do dia. A escravidão dos negros fora abolida, sem resolver a discriminação contra os novos alforriados. Os indígenas foram arrancados do seu tradicional modo de vida em comunidades e colocados em situação de maior miséria. As mulheres tinham sido ofuscadas e postas em segundo plano, mas entrariam em cena com todo vigor no século seguinte.





## A Revolução Mexicana

O primeiro grande acontecimento do século XX latino-americano merecedor de uma atenção especial é, sem dúvida, a Revolução Mexicana de 1910. Além de ser a primeira grande revolução social daquele século, ela pôs em evidência alguns dos grandes problemas do continente, tais como a questão da terra e dos camponeses, os temas em torno do autoritarismo político, os conflitos étnicos e os embates sobre as produções da cultura nacional.

Como vimos anteriormente no capítulo “Projetos liberais e populações indígenas no século XIX”, o fuzilamento, em 1867, do imperador austríaco, Maximiliano de Habsburgo, cujo governo havia sido sustentado pelas tropas francesas de Napoleão III, selou a derrota do Partido Conservador mexicano. Os grupos liberais retornaram

ao poder, com Benito Juárez na presidência da República. Porfirio Díaz, herói das campanhas de resistência contra os franceses, tornou-se presidente em 1876, após um bem-sucedido levante militar contra o presidente Sebastián Lerdo de Tejada, sucessor de Juárez. Ocupou o cargo, com uma interrupção formal entre 1880 e 1884, até princípios de 1911.

Durante seu longo governo, o México passou por acelerado processo de modernização e crescimento econômico. Nas terras do norte e do sul praticava-se, em geral, a agricultura de exportação, mantendo-se relações de trabalho assalariadas. Mas, nessas regiões, também havia a modalidade da parceria, assim como a de trabalho forçado, como era o caso dos índios Yaquí em estado de semiescravidão no Yucatán. Na parte central do México, desenvolvia-se a agricultura de subsistência, sendo o Estado de Morelos uma exceção, pois lá se cultivava a cana-de-açúcar para exportação. É de se notar que a produção de alimentos básicos de consumo cotidiano, como o milho, diminuiu a ponto de o país precisar importar esse cereal tão tradicional nas mesas mexicanas.

Os Estados Unidos eram o principal mercado importador das mercadorias mexicanas. Além das produções mais antigas como o henequém, madeiras e couro, o México também exportava café e açúcar. As minas, responsáveis pelo polo mais dinâmico da economia mexicana, no período anterior, estavam estagnadas, em virtude de problemas tecnológicos e da falta de capitais. Porém, sob o Porfiriato, foi reformulado o Código Mineiro (1884), que passou a conceder privilégios ao capital externo dirigido à mineração, havendo predomínio dos investimentos norte-americanos. As ricas zonas do norte – Sonora e Chihuahua – puderam ser exploradas pelas novas facilidades proporcionadas pela construção das estradas de ferro que ligavam os centros produtores ao ponto de venda na fronteira com os Estados Unidos. As estradas de ferro, à semelhança do que ocorreu, à mesma época, na maior parte dos países da América Latina, tiveram um crescimento significativo. Em 1876, havia apenas 640 km de estradas de ferro no país, enquanto em 1910, os trilhos chegaram à extensão de 19.280 km. A partir da década de 1890, a produção de metais não preciosos como o cobre, o chumbo, o zinco superou, de longe, as tradicionais produções de prata.

No México, desde o período colonial, havia uma produção têxtil de certa relevância. Depois da independência, especialmente na região de Puebla, os tecidos baratos de algodão voltados para o mercado interno tiveram sua produção aumentada, fazendo diminuir as importações desse produto. Uma das razões desse êxito estava relacionada à proteção por parte do Estado, que determinou, por exemplo, isenções temporárias de impostos.

Em Monterrey, começou a funcionar, em 1903, uma Fundação de Ferro e Aço formada com capitais norte-americanos e mexicanos de origem francesa. Tal iniciativa foi incentivada por uma medida do Congresso norte-americano que colocou tarifas alfandegárias altas sobre os minerais mexicanos a serem beneficiados nos Estados Unidos.

Em 1900, a população mexicana atingia 13.508.000 habitantes, com uma parcela mínima de estrangeiros, aproximadamente 60 mil pessoas. De maneira geral, a economia mexicana teve um notável crescimento durante o Porfiriato, especialmente os setores voltados para os mercados estrangeiros. O incremento do comércio externo indicava claramente essa tendência: entre 1892/1893 e 1910/1911, as exportações se elevaram em mais de três vezes.

Mas a pobreza da maior parte da população era grande e a insatisfação social mostrava-se palpável. Os operários foram protagonistas de muitas greves, na primeira década do século, sendo as mais destacadas as das fábricas de têxteis em Rio Blanco, em Veracruz e nas minas de Cananea, no estado de Sonora. Ambas foram duramente reprimidas pelo governo de Porfirio Díaz.

Do mesmo modo, a situação social dos camponeses era bastante difícil, já que eles vinham perdendo a posse coletiva de suas terras. Desde a vitória dos liberais em 1854, a defesa da propriedade privada da terra como fator de "progresso" ganhava força. O primeiro efetivo golpe contra as comunidades indígenas veio com a Lei Lerdo de 1856, que proibia a propriedade coletiva da terra. A destruturação das propriedades comunais indígenas foi responsável pela expulsão dos camponeses de seus *pueblos*, determinando, de um lado, a diminuição da agricultura de subsistência (o milho, para dar um exemplo) e, de outro, sua transformação em trabalhadores assalariados em fazendas que produziam para exportação. Para que eles permanecessem nas fazendas, foi inventado um sistema perverso que

começava com as dívidas contraídas pelos trabalhadores em mercadinhos dentro das fazendas – as chamadas “*tiendas de raya*” – e terminava com sua obrigação de permanecer no local até pagar a dívida, que era hereditária.

Depois que Porfirio Díaz assumiu o poder, acentuaram-se as medidas para a ampliação legal da propriedade privada da terra. Na década de 1880, as chamadas leis de colonização dos “baldios” (terras devolutas do Estado) provocaram uma grande concentração da terra em mãos de poucos proprietários. Esse processo foi comandado por companhias que “demarcavam” extensas porções de terras, alegando que elas pertenciam ao Estado. Essas companhias tinham, por contrato, o direito de ficar com boa parte das terras consideradas devolutas. Entre 1890 e 1906, foram delimitados 16.800.000 hectares, cabendo a maior parte a essas companhias. Assim, um dos sócios da companhia adquiriu 7 milhões de hectares em Chihuahua; um segundo, 2 milhões de hectares em Oaxaca; outros dois, 2 milhões de hectares em Durango; e, finalmente, quatro sócios, 11,5 milhões de hectares na Baixa Califórnia. Desse modo, oito pessoas transformaram-se em proprietárias de 22,5 milhões de hectares.

Em 1906, essas companhias foram dissolvidas, porém já haviam sido demarcados 49 milhões de hectares, a quarta parte do território mexicano. De acordo com o historiador Jesus Silva Herzog, não existia no país tal quantidade de terra em mãos do Estado à espera de serem ocupadas. Aqueles que não possuíam títulos perfeitos, de acordo com juízes ligados aos interesses das famílias mais influentes e poderosas, acabaram por perder suas propriedades. A injustiça e a arbitrariedade foram armas poderosas na conquista das terras de pequenos proprietários ou de *pueblos* indígenas, que se sentiram usurpados e, muitas vezes, reagiram. A pauperização no campo, a perda das terras, a opressão dos grandes proprietários sancionada pelo Estado porfirista atuaram como estopim responsável pela participação camponesa na Revolução. Com esse quadro social tenso, pode-se entender melhor a explosão do movimento revolucionário.

A Revolução começou a partir de uma questão político-eleitoral. Porfirio Díaz fora reeleito em pleitos consecutivos desde 1884, ainda

que houvesse constantes denúncias de fraudes e de coerção pessoal. Em 1910, quando ele já estava próximo dos 80 anos, novamente se apresentou como candidato à presidência do México. Mas, dessa vez, surgiu um forte nome de oposição, Francisco I. Madero, pertencente a uma rica família de latifundiários do estado de Coahuila, no norte do México. Sua candidatura ganhara inúmeros adeptos pois, como membro do Clube Central Antirreeleição, criado um ano antes, havia viajado pelo país pregando a democracia e o princípio da não reeleição.

Enquanto o México celebrava o centenário de sua independência, Madero se lançava candidato de oposição ao mais alto cargo da República. Entretanto, pouco antes das eleições de julho de 1910, ele foi acusado por "incentivo à rebelião", sendo forçado a passar na prisão todo o período eleitoral. Díaz foi reeleito e Madero posto em liberdade condicional. Então, tomou a decisão radical de fugir para os Estados Unidos e organizar uma resposta armada às fraudes nas eleições. Em outubro, começou a fazer circular um programa que tomou o nome de Plano de San Luis, no qual conclamava a todos para derrubar o governo de Porfirio Díaz, marcando dia e hora para o início do movimento: 20 de novembro de 1910, às seis horas da tarde.

Em 25 de maio de 1911, Porfirio Díaz assinava sua renúncia e partia para o exílio na Europa onde morreria quatro anos depois. A Revolução triunfara depois de difíceis e duras batalhas. Em 7 de junho, Francisco Madero entrava triunfalmente na Cidade do México acompanhado por mais de cem mil seguidores.

Se uma questão de ordem política se apresentou como detonadora da Revolução Mexicana, as demandas sociais, especialmente no campo, sustentaram o movimento e deram-lhe densidade. Tomemos o exemplo do pequeno *pueblo* de Anenecuilco, no estado de Morelos, onde nasceu o jovem líder camponês, Emiliano Zapata. Ali se lutava para que as cobiçadas terras do *pueblo* permanecessem em mãos da comunidade de camponeses. Assim, quando Madero conclamou a todos para a derrubada do governo de Porfirio Díaz, Zapata aderiu à causa. Comandou o Exército Libertador do Sul e contribuiu para a vitória das forças revolucionárias nesse primeiro período.



Emiliano Zapata (sentado no centro) e soldados do Exército Libertador do Sul, em roupas próprias da população camponesa dos *pueblos* indígenas.

Madero, ao chegar à presidência do país, com sua plataforma de caráter eminentemente político, entendeu que a Revolução já era vitoriosa e determinou que todos os exércitos que a apoiaram fossem desarmados. Porém, Zapata se recusou a obedecer, pois sustentava que os objetivos fundamentais do movimento não tinham sido alcançados, ou seja, a questão das terras das comunidades permanecia sem resposta. Assumiu a iniciativa de lançar, em 25 de novembro de 1911, o Plano de Ayala, que considerava o governo de Madero “traidor” das aspirações camponesas e exigia a recuperação das terras das comunidades usurpadas durante o regime anterior. Como afirmam os historiadores Aguilar Camín e Lorenzo Meyer, esse “era o programa por excelência da revolta camponesa e da luta agrária no México”.

A rebeldia dos camponeses de Morelos punha em risco o governo de Madero, que já fora abalado por outras rebeliões internas de caráter eminentemente político, como por exemplo, a de Pascoal Orozco. Mas o golpe final foi dado pelo general Victoriano Huerta, a quem Madero nomeara comandante do Exército nacional. Durante meses, ele conspirou abertamente com o embaixador norte-americano no México, Henry Lane Wilson, pela derrubada de Madero. Em fevereiro de 1913, Huerta chegou ao poder pela via golpista. De forma arbitrária, mandou prender o presi-

dente eleito Francisco I. Madero e seu vice, José María Pino Suárez. Na madrugada, ambos foram retirados de suas celas e sumariamente fuzilados. A primeira fase da Revolução se fechava de forma trágica.

Huerta representava a contrarrevolução, que significava a volta dos grupos ligados ao porfiriato, incluindo seu sobrinho, também conspirador, Félix Díaz. Manter-se no poder, no entanto, não foi fácil. Tentou, sem êxito, eliminar os muitos focos rebeldes. Foi um período de extrema repressão com a perda de inúmeras vidas.

No centro-sul do México, o exército zapatista resistia. No norte, outro importante núcleo lutava contra Huerta. Era Pancho Villa, antigo foragido da lei e ex-combatente do exército maderista. Depois do golpe e da morte de Madero, Villa organizou um poderoso e ágil exército popular que ficou conhecido como Divisão do Norte.



Pancho Villa em 1914. Muitas fotografias de Villa foram tiradas por cinegrafistas da Mutual Film Corporation, de Hollywood, que filmou sua vida e a guerra. O uniforme militar do general surgiu para ser usado no cinema.

Também no norte, o governador de Coahuila, Venustiano Carranza, não aceitou o governo Huerta e organizou o exército depois chamado de Constitucionalista. Contava com um importante aliado militar, Álvaro

Obregón, do estado de Sonora, que teria um papel central nas futuras batalhas da Revolução. O exército constitucionalista, em 14 de agosto de 1914, venceu as forças de Huerta, que ofereceu sua rendição incondicional, fugindo para os Estados Unidos, onde morreu alguns anos depois.

Os episódios em torno da ascensão e queda de Victoriano Huerta comportam igualmente alguns aspectos externos envolvendo os Estados Unidos. Como já foi dito, Huerta conspirou com o embaixador norte-americano para derrubar Madero. Porém, com a eleição de Woodrow Wilson para o governo nos Estados Unidos, logo depois do assassinato de Madero, a direção da política externa estadunidense mudou com relação ao México. Desse modo, em 21 de abril de 1914, fuzileiros navais norte-americanos desembarcaram no porto de Vera Cruz para pressionar Huerta a renunciar. Foi uma invasão malsucedida, rapidamente derrotada, que serviu apenas para despertar fortes críticas dos mexicanos em relação à decisão do governo norte-americano.

Depois da derrota de Huerta, começaram as disputas entre os grupos de Zapata, de Villa e de Carranza sobre o futuro político do México. Os villistas foram se radicalizando e passaram a pleitear uma reforma agrária. Nesse sentido, aproximavam-se dos zapatistas que não abriam mão da exigência da restituição das terras aos indivíduos e comunidades cujas propriedades tinham sido usurpadas. Carranza não colocava as aspirações camponesas como prioritárias e pretendia ser presidente de um país coeso com uma agenda política de âmbito ampliado. Dessa maneira, temia os agraristas, olhando para eles como responsáveis pela desagregação nacional, pois só tinham olhos para a questão da terra.

No final de 1914, por um mês, os revolucionários se encontraram em uma convenção na cidade de Aguascalientes para tentar resolver suas diferenças. Mas não foi possível chegar a um acordo. Os villistas dominaram a convenção e desautorizaram Carranza como chefe do poder executivo. O resultado foi uma divisão com dois lados em pugna. Pancho Villa e Emiliano Zapata, reconciliados, entraram na Cidade do México, no dia 6 de dezembro, com um exército de 60 mil homens, enquanto Carranza e seus seguidores se deslocaram para Veracruz. Uma famosa fotografia na qual se vê um Villa sorridente sentado na cadeira presidencial, com um Zapata bastante sério a seu lado, comprova esse momento único.

Essa foi a ocasião de maior poder das forças camponesas e populares, fazendo parecer possível sua vitória. No entanto, o desenrolar dos acontecimentos mostrou que a direção da Revolução tomara outro rumo, pois Villa e Zapata seriam derrotados no ano seguinte. Como escrevem Aguilar Camín e Meyer sobre 1915: “É o ano de definição da Guerra Civil, com a derrota dos exércitos villistas e zapatistas, os exércitos camponeses da Revolução. É o ano do estabelecimento de uma nova hegemonia política nacional, cuja continuidade fundamental não se perderia nos anos seguintes.”

Na Batalha de Celaya, em 1915, Obregón derrotou Pancho Villa e o obrigou a retirar-se para a região de Chihuahua. Nesse combate, Obregón utilizou uma moderna artilharia, aí incluídas as metralhadoras, que lhe garantiu a vitória e ceifou os villistas aos milhares. Estima-se que as forças villistas perderam 14 mil homens entre mortos e feridos.

Igualmente, o exército zapatista foi dizimado pelos homens de Pablo González que tomaram a capital do estado de Morelos. Em junho de 1916, entraram em Tlaltizapán, a cidade em que funcionava o quartel-general de Zapata. A repressão foi terrível. Ali, como punição exemplar, aconteceu a execução sumária de 132 homens, 112 mulheres e 42 crianças.

A Revolução Mexicana foi fotografada por agências noticiosas norte-americanas e alemãs, assim como por mexicanos, entre os quais se destaca o famoso fotógrafo Agustín Casasola. Há retratos de batalhas, de líderes revolucionários e, também, de mulheres. As chamadas “soldaderas” acompanhavam seus maridos ou familiares, cozinhando, cosendo, servindo como enfermeiras ou trabalhando como prostitutas. No acervo de imagens sobre a Revolução, aparecem muitas mulheres. Na mais conhecida dessas fotos – atribuída a Casasola – vê-se uma jovem mulher na porta de um trem estacionado na estação, a quem se deu o nome de Adelita e que se transformou em símbolo da Revolução.

Em busca do apoio dos camponeses, Carranza criou uma Lei Agrária, em 1915, para iniciar uma tímida reforma agrária em que se propunha a devolução de terras às comunidades. Com isso, procurava cooptar os adeptos de Zapata. O mesmo foi feito em relação aos trabalhadores urbanos. No período da Revolução, os trabalhadores mais politizados estavam organizados

na Casa do Operário Mundial. Carranza e Obregón se aproximaram desses operários e acabaram por fechar um acordo com eles que enviaram 3 mil homens ao exército constitucionalista.

Essa aproximação logo se transformou em repressão. A medida que os operários fizeram reivindicações e propuseram greves, a resposta do governo carranzista foi muito dura. Quando os sindicatos da Cidade do México decretaram greve geral em 31 de julho de 1916, Carranza decretou a lei marcial e a pena de morte para os operários envolvidos no movimento. A lei era tão estrita que bastava ter ouvido propostas sobre alguma greve para ser enquadrado como "criminoso".

Em meio às batalhas e à convulsão geral que atravessava o país, houve espaço para a produção cultural. Em 1915, Mariano Azuela (1873-1952) publicava um livro que se tornaria um clássico, *Los de abajo*, em que relatava os dramas vividos pelos camponeses durante a Revolução. Baseou-se em sua experiência pessoal como médico e integrante das forças villistas.

Do mesmo modo, é surpreendente saber que, em 1914, foi aberto um concurso artístico que pretendia premiar o melhor mural para o Teatro Nacional então em construção (hoje Palacio de Bellas Artes). Não existem documentos que indiquem os desdobramentos de tal iniciativa. Mas um talentoso pintor, Saturnino Herrán (1887-1918) tomou a sério o chamado e produziu um maravilhoso estudo para compor um tríptico denominado *Nuestros dioses*. O retábulo central recebeu o nome de *Cristo/Coatlicue*. Nesse esboço – o quadro nunca foi terminado –, Herrán propôs uma amálgama entre as culturas asteca e hispânica, utilizando uma simbologia religiosa e unindo a deusa Coatlicue e Jesus Cristo. Como muito bem analisou Fausto Ramírez, o pintor buscou definir e concretizar um suposto "espírito nacional", apropriando-se da ideologia da mestiçagem como recurso conciliatório entre as duas culturas. Representava o complexo processo de oposição, conflito e síntese final dos cultos hispanistas e astecas.

Ainda no ano de 1916, houve um forte atrito com os Estados Unidos. Pancho Villa decidiu ocupar Columbus, uma pequena cidade norte-americana de fronteira no Novo México. A cidade foi tomada e saqueada pelos mexicanos durante algumas horas. Esta invasão provocou a

indignação do governo norte-americano. O presidente Wilson organizou uma expedição punitiva composta por 4.800 homens comandada pelo general Pershing para caçar Pancho Villa. Os soldados entraram no estado de Chihuahua e lá permaneceram por oito meses, sem jamais encontrar o líder revolucionário. O único resultado concreto foi o abalo, por considerável tempo, das relações diplomáticas entre o México e os Estados Unidos.

Voltando à política interna, o próximo importante passo de Carranza para consolidar seu poder como “Primeiro Chefe encarregado do Poder Executivo” foi o de convocar, em setembro de 1916, um Congresso Constituinte. Os mecanismos de eleição dos deputados constituintes foram arranjados de tal forma que apenas carranzistas fiéis chegaram ao Congresso. Eles não eram homogêneos, estando divididos em “conservadores” e “radicais ou reformistas”. Não se pode esquecer que Carranza defendia posições nacionalistas e desejava um Poder Executivo forte, enquanto Obregón assumia uma postura declaradamente anticlerical.

Na cidade de Querétaro, celebrou-se o Congresso, que iniciou seus trabalhos em 1º de dezembro de 1916. A Constituição foi promulgada em 5 de fevereiro de 1917 e substituiu a Constituição liberal de 1857. Os reformistas venceram os debates e o texto máximo da nação apresentava uma perspectiva nacionalista e anticlerical, sendo a primeira constituição do mundo a colocar no texto normativo os direitos sociais e econômicos dos trabalhadores. Os avanços sociais inscritos na Constituição precisam ser entendidos como resultado direto da Revolução, pois enquanto ela estava sendo discutida, contavam-se 50 mil homens armados que ainda não haviam se submetido a Carranza.

Alguns dos artigos constitucionais ganharam notoriedade por sua inovação radical. O artigo 123 garantia os direitos dos trabalhadores, entre os quais estavam a jornada de oito horas, descanso obrigatório aos domingos, direito de associação em sindicatos e de organização de greves, limitação do trabalho feminino e infantil e, ainda, a necessidade de um salário mínimo para a sobrevivência digna do trabalhador. O artigo 3 determinava que a educação seria obrigatória e laica, retirando da Igreja essa tarefa fundamental. O 27 estabeleceu uma legislação agrária que conferia ao país o pleno controle sobre as riquezas do subsolo e sujeitava a propriedade privada aos interesses

públicos, permitindo, desse modo, as expropriações de latifúndios e abrindo a possibilidade para que houvesse uma extensa reforma agrária. A Constituição também retirou, pelo artigo 130, amplos privilégios das Igrejas em geral e da Católica em particular, já que esta era hegemônica. O casamento passou a ser um contrato civil, da mesma maneira que os registros de nascimento e de óbito. Os ministros dos cultos passaram a ser considerados pessoas que exerciam uma profissão como outra qualquer. Todos deviam ser mexicanos de nascimento e estar totalmente apartados das questões de ordem política. Por fim, estava completamente proibida a reeleição do presidente da República.

A promulgação da Constituição não significou a pacificação do país. Como já foi dito, havia 50 mil homens armados e as lideranças de Zapata e de Villa continuavam vigorosas. Mas eles estavam isolados. A Constituição abriu a possibilidade de atender, pelo menos em parte, às reivindicações camponesas e a promover a reforma agrária. Os direitos dos trabalhadores passavam a estar garantidos pela lei.

Carranza estava determinado a aniquilar seus principais inimigos. O general Pablo González foi encarregado de acabar com o movimento zapatista em Morelos. Ele concluiu que a maneira mais eficaz para pôr fim a esse grupo era eliminar seu principal e respeitado líder. Como consequência, foi armada uma emboscada. Zapata foi chamado para negociar a paz com a condição de se apresentar sozinho ao general. Lá chegando, em 10 de abril de 1919, aos 40 anos, Emiliano Zapata foi assassinado por soldados gonzalistas. Esse líder, que nunca aceitou fazer acordos que ferissem seus princípios e seus compromissos com os camponeses, transformou-se, após a morte, em figura lendária. Diziam seus seguidores que ele não havia morrido e que rondava a cavalo os *pueblos* dos mais necessitados. O novo movimento camponês surgido em 1994, no estado de Chiapas, guardará seu nome: Exército Zapatista de Libertação Nacional.

O mesmo fim teve Pancho Villa. Ele estava retirado das lides militares fazia algum tempo e vivia em uma fazenda em Parral, no estado de Chihuahua. Caiu vítima de uma emboscada, quando se dirigia de carro de Parral para sua casa. Foi fuzilado, em 20 de julho de 1923, aos 45 anos. As razões de seu assassinato nunca foram inteiramente esclarecidas, mas parecem estar relacionadas com questões de disputas políticas locais.

As desavenças políticas entre Carranza e Obregón vinham se acumulando. Depois de promulgada a Constituição, Obregón, que era ministro da Guerra e que havia sido o líder da ala política radical da Constituinte, renunciou a seu cargo, fazendo públicas suas divergências com o presidente. As negociações que antecederam a indicação do nome do candidato que deveria substituir Carranza na presidência da República ficaram cada vez mais tensas. O líder do Executivo foi se isolando e se indispondo com os generais que sempre o acompanharam. A situação ficou insustentável e ele foi obrigado a deixar a Cidade do México e retirar-se para Vera Cruz. Próximo dessa cidade, Venustiano Carranza foi assassinado, enquanto dormia, no dia 21 de maio de 1920. Os mandantes do crime nunca foram encontrados.

Ao final de 10 anos, a Revolução deixava um saldo de quase 1 milhão de pessoas desaparecidas, numa população que, em 1910, contava com 15.160.000 habitantes. As mortes foram provocadas pelas armas, mas também por doenças como o tifo, a febre amarela e a chamada gripe espanhola de 1918.

Álvaro Obregón assumiu, enfim, em 1920, a presidência do México. Era preciso envidar todos os esforços para construir a unidade do país. Para tanto, educação e cultura passaram a ser as armas da paz para manter o país coeso. Para a Secretaria da Cultura, foi indicado José Vasconcelos, que moldou um projeto com objetivos definidos. De imediato, pôs em marcha uma campanha contra o analfabetismo, mobilizando professores que se deslocaram para escolas rurais no interior do país para ensinar os camponeses indígenas e mestiços. A educação era entendida como missão e sua finalidade era formar cidadãos e incorporá-los à nação. Devido à escassez de livros e de bibliotecas, Vasconcelos decidiu traduzir, editar e distribuir uma coleção que chamou de "Clássicos da Literatura". Ela se compunha, entre outras, de obras de Homero, Platão, Plutarco, Dante Alighieri, Goethe e o indiano Rabindranath Tagore. A América Latina estava representada por Justo Sierra e sua *História de México* e pela poetisa chilena Gabriela Mistral com o texto *Leitura para mulheres*.

José Vasconcelos criou, na Secretaria de Cultura, o Departamento de Belas-Artes com a finalidade de promover e difundir as artes. Essa proposta foi muito bem-sucedida e lhe deu grande visibilidade nacional e internacional. Foi

um encontro entre o patrocínio do Estado e o talento dos conhecidos muralistas: Diego Rivera, José Clemente Orozco e David Alfaro Siqueiros. Vasconcelos encomendou muitos trabalhos a eles, incluindo os murais do prédio da sua própria Secretaria de Educação. Assim, eles produziram obras que se tornaram emblemáticas da cultura mexicana. Os muralistas estavam imbuídos de um forte nacionalismo e pretenderam contar para o povo a História do México, por intermédio da pintura. Exaltaram a luta revolucionária e promoveram o culto dos heróis, acreditando na eficácia didática dos murais.

A Revolução Mexicana, como vimos, pode ser vista e entendida a partir de vários aspectos. Muitos historiadores quiseram explicá-la, dando-lhe uma denominação conceitual ampla. Para alguns, ela foi uma revolução burguesa, pois provocou a modernização do capitalismo; outros encontraram traços de socialismo e anarquismo, especialmente na atuação dos revolucionários irmãos Flores Magón; também há aqueles que a pensaram como uma revolução inconclusa que deveria se completar no futuro. Em nossa exposição, não estivemos preocupadas em rotular a Revolução Mexicana. Insistimos em mostrar suas complexas particularidades, entre as quais, a participação de distintos setores da sociedade com ênfase na presença camponesa. Indicamos que as questões da política – como a decidida defesa da não reeleição e de eleições sem fraude – foram centrais para desencadear o movimento que derrubou o governo autoritário de Porfírio Díaz. Os camponeses de Zapata lutaram pela devolução de suas terras usurpadas e pela volta do sistema de terras comunais. Villa pretendia que se fizesse um grande reforma agrária. Carranza e Obregón propuseram a modernização do Estado com um olhar nacionalista e anticlerical. A Constituição de 1917, resultado direto do conflito armado, se caracterizou por ser nacionalista fazendo do Estado o proprietário das riquezas naturais do país. Consagrou os direitos dos trabalhadores e contemplou a reforma agrária. O anticlericalismo também foi sua marca registrada. Terminada a guerra civil, os revolucionários patrocinaram a educação e as artes com o objetivo de promover a unidade do país, de maneira nunca efetivada anteriormente.

Em suma, a Revolução provocou muitas mudanças no país e teve repercussão continental, como veremos no capítulo “Políticas de massas e reformas sociais”.



## Novos atores em cena: inquietações na política e na cultura

**A** Revolução Mexicana, como vimos, se estendeu por um longo período e produziu um impacto significativo sobre o pensamento e a ação de diversos intelectuais e políticos latino-americanos. Mais adiante, apresentaremos essa questão com mais vagar. Igualmente, durante as primeiras décadas do século XX, houve mudanças econômicas e sociais relevantes no mundo ocidental. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a grande crise de 1929, que se seguiu à quebra da Bolsa de Nova York, produziram desdobramentos sobre todas as regiões do globo, alterando as relações internacionais de poder. A Grã-Bretanha perdeu seu lugar hegemônico, abrindo espaço para a nova potência, os Estados Unidos, fato que repercutiu fortemente no mundo latino-americano.